

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

PROGRAMA CPM/BIRD
- SUBPROJETO VITÓRIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA
- PERFIS DE PROJETOS
VERSÃO PRELIMINAR
VOL. 2



ok
ES 00 183
28.098.15 2075
F981P
5549/82
V. 2 Ex. 1

IJ00183
5549/1982
V.2 Ex.1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA CPM/BIRD
- SUBPROJETO VITÓRIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA
- PERFIS DE PROJETOS
VERSÃO PRELIMINAR
VOL.2



MAIO/80

PROGRAMA CPM/BIRD
- SUBPROJETO VITÓRIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA
- PERFIS DE PROJETOS

VERSÃO PRELIMINAR

VOL. 2



APRESENTAÇÃO

A Fundação Jones dos Santos Neves, integrante do Sistema Estadual de Planejamento, constitui-se na Unidade Administrativa de Subprojeto do Projeto Cidades de Porte Médio levado a efeito a partir do Convênio, assinado em julho de 1979, entre o Banco Mundial (BIRD) e o Governo Brasileiro, através do Ministério do Interior/Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Esse programa visa intervir em bolsões urbanos de pobreza, com o objetivo de possibilitar a melhoria da qualidade de vida às populações carentes. Tal programa será financiado por recursos do BIRD e do Governo Federal, que serão alocados pelo Fundo Metropolitano de Desenvolvimento Urbano, cuja gerência será exercida pelo Conselho de Desenvolvimento da Grande Vitória e sua execução será através das Prefeituras Municipais e concessionárias de Serviço Público.

O problema habitacional das populações de baixa renda não se restringe à escassez de habitação ou oferta reduzida, mas tem sua principal causa no baixo índice de renda desses contingentes populacionais. Expulsas do campo, buscando oportunidades de emprego nas grandes cidades, essas populações se deparam com um baixo índice de absorção de empregos institucionalizados, oferta que, a cada dia, se defronta com a queda de poder aquisitivo, em razão da gradual diminuição de remuneração da venda de força-de-trabalho.

Com o reduzido valor da renda, o trabalhador tem que fazer frente às despesas familiares de alimentação, transporte, remédios e vestuário, em regime de subsistência. Quando dispõe de salário, seu minguado e escasso

valor torna-se forte obstruidor da possibilidade de aquisição de casa própria com os mínimos requisitos que garantam um viver urbano condigno.

Entretanto, essa população, de uma maneira ou outra, mora. Precariamente. Reduzindo o custo da moradia, sacrifica, sucessivamente, os itens onerantes: a qualidade do abrigo, a disponibilidade de infra-estrutura, a acessibilidade e a estabilidade, ocupando áreas de invasão sob expectativa de ser dali expulso no momento seguinte.

A limitação das ações públicas sistemáticas possibilitou o acúmulo dos problemas sócio-econômicos, decorrentes do próprio desenvolvimento do País. O predomínio nas ações da concepção de que a dimensão social se resume ao residual da política econômica levou à separação estanque entre o econômico e o social.

A abordagem das intervenções no setor habitacional tem sido predominantemente econômica, relegando ao segundo plano as questões sociais, não atacando as causas primordiais dos problemas do setor, que são de natureza estrutural.

O planejamento habitacional deve enquadrar-se dentro de uma estratégia global de desenvolvimento - econômico, social, urbano e comunitário - e estar, portanto, associado à fixação de medidas simultâneas em outros setores de atividades, como uma intensificação de uma política de emprego e elevação de renda, bem-estar social, política urbana, desincentivo à migração, fortalecimento de poderes locais, etc.

O que se propôs é uma atuação dentro de um conceito de *habitat* urbano, dotando a população carente de condições urbanas e sociais, para que esta disponha de elementos mínimos sobre o qual tenha condições de equacionar seu problema de abrigo.

Para tanto, o grupo de estudos sobre habitação da FJSN selecionou, entre oitenta e dois assentamentos com padrões subnormais, existentes na Aglomeração da Grande Vitória, quatro áreas para a realização de intervenção, localizadas nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, compreendendo um total de 12 bairros com uma população carente estimada em 75 mil moradores carentes. Nesses assentamentos propõe-se a aplicação de programas envolvendo as três categorias: emprego e renda, infra-estrutura e Administração Municipal.

A avaliação das propostas do Subprojeto são realizadas em duas etapas: na primeira, são apresentados e analisados a estratégia de intervenção e os perfis de projetos, a fim de garantir que os mesmos contribuam para os objetivos do Projeto e sejam compatíveis com a estratégia de desenvolvimento urbano e social. Na segunda, as propostas, levadas a nível de ante-projeto, são analisadas quanto a sua viabilidade e quanto ao seu alcance, considerados dentro da política social do BIRD.

Esse trabalho se constitui na apresentação da estratégia de intervenção adotada pela FJSN e dos perfis dos projetos propostos para a sua concretização.

Constitui-se de dois volumes, sendo apresentado, no primeiro, a política estadual de planejamento econômico, social e urbano, e o enquadramento da política de intervenção em áreas de baixa renda, seguido de uma análise das condições desses assentamentos subnormais na Grande Vitória e a escolha de quatro áreas de intervenção do programa CPM/BIRD no Subprojeto Vitória.

No segundo, são apresentados os perfis dos projetos destinados à consecução dessa política, constituídos de três grupos principais:

- a) aqueles propostos para a geração de emprego e renda, nas quatro áreas de intervenção;
- b) aqueles propostos na categoria infra-estrutura, para regularização fundiária, equipamentos sócio-comunitários e circulação urbana, estes abran

gentes aos municípios;

- c) aqueles propostos para a melhoria dos equipamentos de infra-estrutura em cada uma das áreas de intervenção: Santa Tereza, Maria Ortiz, Porto de Santana e Santa Rita. Alguns dos perfis não apresentam estabelecimento de custos, por dependerem de definição técnica ou político-institucional.

LISTAGEM DOS PERFIS

EMPREGO E RENDA

- Programa de apoio às micro-empresas
- Apoio às micro-unidades de produção do setor informal
- Apoio às atividades produtivas
- Núcleo de intermediação de mão-de-obra
- Expansão da rede SOMAR em áreas de baixa renda
- Central de serviços

INFRA-ESTRUTURA

- Legitimação possessória da terra
- Equipamentos sócio-comunitários
- Equipamentos sócio-comunitários - Educação
- Circulação urbana - Cariacica e Vila Velha
- Comunicação social

INTERVENÇÃO EM INFRA-ESTRUTURA POR ÁREA

- SANTA TEREZA
 - . Abastecimento d'água
 - . Esgoto sanitário
 - . Drenagem pluvial
 - . Contenção de encostas
 - . Rede elétrica
 - . Iluminação pública
 - . Recolhimento de lixo
 - . Telefone público

- MARIA ORTIZ

- . Abastecimento d'água
- . Esgoto sanitário
- . Drenagem pluvial
- . Aterros
- . Rede elétrica
- . Iluminação pública
- . Recolhimento de lixo
- . Telefone público

- PORTO DE SANTANA

- . Abastecimento d'água
- . Esgoto sanitário
- . Drenagem e contenção de encostas
- . Rede elétrica
- . Iluminação pública
- . Recolhimento de lixo
- . Telefone público

- SANTA RITA

- . Abastecimento d'água ^{SC}
- . Esgoto sanitário
- . Drenagem
- . Contenção de encostas
- . Aterros
- . Rede elétrica
- . Iluminação pública
- . Recolhimento de lixo
- . Telefone público

LISTA DE MAPAS

PERFIL DE CIRCULAÇÃO URBANA

- *Sistema integrado de transporte coletivo proposto*
- *Vias propostas para intervenção (Município de Vila Velha)*
- *Vias propostas para intervenção (Município de Cariacica)*

SANTA RITA - PERFIL DE ATERROS

- *Situação atual*
- *Proposta nº 1*
- *Proposta nº 2*

EMPREGO E RENDA

PERFIL DE PROJETO

PROGRAMA DE APOIO AS MICRO-EMPRESAS

1. CATEGORIA DO PROJETO

Emprego e renda

2. COMPONENTE:

Geração de emprego e renda

3. DATA DE FORMULAÇÃO

Maio/80

5. OBJETIVOS DO PROJETO

De forma ampla, o projeto pretende elevar a oferta de emprego e promover acrêscimos de renda, via apoio integrado às micro-empresas dos setores industrial, comercial e de serviços.

O pleno cumprimento de tais objetivos pressupõe o atendimento das metas a seguir relacionadas:

- proporcionar assistência gerencial a 810 micro-estabelecimentos dos setores industrial comercial e de serviços;
- envolver os líderes de micro-empresas em treinamentos visando dotá-los de adequadas informações acerca de aspectos administrativos e técnicos;
- proporcionar assistência financeira a 486 micro-estabelecimentos;

- qualificar e/ou perfeiçoar a mão-de-obra empregada nas micro-empresas;
- tratar da criação de pelo menos 756 novos empregos nos micro-estabelecimentos envolvidos no projeto.

6. JUSTIFICATIVAS

Definidas as áreas carentes localizadas nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, as quais passariam a compor o universo sobre o qual seriam desenvolvidas as ações do Projeto CPM/BIRD, pensou-se logo de início em orientar o sub-projeto de micro-empresa - que representa um dos segmentos do componente emprego e renda, - no sentido de envolver os estabelecimentos concentrados nas referidas áreas, seguindo dessa maneira uma estratégia a princípio determinada para a efetivação dos diversos componentes.

Entretanto, a extrema fragilidade da estrutura econômica ali existente, explicável em maior parte por se tratar de áreas ocupadas por pessoas de baixa renda, que identificam por isso mesmo um nível modesto de consumo, levou-nos a ignorar a conveniência de direcionar os esforços exclusivamente para os estabelecimentos das áreas em questão. Passamos então a compor nosso universo considerando não somente os micro-empreendimentos estabelecidos nas regiões contempladas, como estendemos aos estabelecimentos de mesmo porte pertencentes a ramos ou gêneros de maior expressão, pelo número de unidades, pessoal ocupado e volume de produção, localizados nos municípios onde ditas regiões encontram-se inseridas.

Dessa feita, se antes nós tínhamos um total de 185 micro-estabelecimentos dos 3 setores nas regiões de Santa Rita, Porto de Santana, Santa Tereza e Maria Ortiz, dos quais é bom frizar, 91,4% representam atividades comerciais e prestadores de serviços, que sabidamente não são as que melhor contribuem para o perfil da oferta de emprego, com

a alteração processada no dimensionamento do universo do projeto, esse número elevou-se para 2.735 unidades, como mostra o quadro apresentado a seguir, ampliando sobremaneira as possibilidades de geração de oportunidades de trabalho, em razão de dispormos de uma maior número de micro-empresas para engajarmos no processo, e o que é muito importante, grande parte das quais do setor industrial que responde de forma mais significativa às necessidades de criação de emprego.

TABELA 1

COMPOSIÇÃO DO UNIVERSO DE MICRO-EMPRESAS

MUNICÍPIO	ESTABELECEMENTOS P/SETOR		
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS
Vitória	149	769	158
Vila Velha	130	654	172
Cariacica	81	533	89
TOTAL	360	1.956	419

OBS: no setor industrial foram considerados os ramos de produção alimentares, mobiliário, minerais não metálicos, bebidas, metalurgia e confecções. No setor comercial relacionou-se somente o gênero de produtos alimentares. O setor de serviços está restrito às atividades de reparação, manutenção e conservação.

Do total de micro-estabelecimentos constatados nos municípios em foco, à vista dos ramos e gêneros identificados de acordo com parâmetros já explicitados, o projeto tenciona atender 810 com assistência técnico-gerencial, dos quais 486 receberão financiamentos, cujo valor deverá ser em média de Cr\$ 230.000,00 por estabelecimento.

Os valores acima foram estabelecidos com base principalmente na necessidade de se criar um número de empregos que se aproxime da carência levantada nas regiões de que nos ocupamos, respeitadas as possibilidades da equipe atual com os acréscimos julgados indispensáveis e tendo em vista o integral cumprimento de metas perfeitamente possíveis dentro de um melhor elevado nível de qualidade, e finalmente, em particular no que se refere ao percentual de empresas a serem financiadas, em relação ao total admitido no projeto e o valor do empréstimo por empresa, valemo-nos da experiência do CEAG/ES que desde o ano passado tem executado trabalho semelhante ao que ora propomos em outros municípios do Estado.

Da mesma maneira procedemos para estimarmos os empregos a serem gerados durante a implementação do projeto e que somam 756 (diretos). A fixação desse total foi possível a partir do conhecimento de como tem se comportado os estabelecimentos até então atendidos pelo CEAG/ES através de apoio gerencial e financeiro. Em geral, os estímulos colocados a disposição das micro-empresas dos municípios de Colatina e Cachoeiro do Itapemirim, no interior do Estado, tem proporcionado resultados na área de geração de empregos que variam entre 1 nos setores de comércio e serviços e 2,5 no setor industrial. É de se esclarecer contudo, que isso ocorre invariavelmente nas empresas que além da assistência gerencial assumem empréstimos que lhes possibilitam expandir as atividades.

Concluindo, faz-se necessário ressaltar que a metodologia que se pretende utilizar no desenvolvimento do projeto, é idêntica a que o CEAG/ES vêm utilizando com excelentes resultados nos programas de apoio às micro-empresas, iniciado no ano passado e em franca realização nas regiões de Colatina e Cachoeiro do Itapemirim, onde já foram atendidas 115 unidades dos vários setores de atividades e cuja previsão para o corrente ano é de atingir 180 estabelecimentos.

7. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Pretende-se em 3 anos envolver em assistência técnico-gerencial e financeira um total de 810 estabelecimentos de micro porte distribuídos da seguinte maneira: 300 do setor industrial, compreendendo os ramos de produtos alimentares, mobiliário, minerais não metálicos, bebidas, metalúrgica, madeira e confecções; 260 do setor comercial, mais especificamente o gênero de produtos alimentares, e por fim, 250 do setor de serviços representado pelo gênero de reparação, manutenção e conservação. As micro-empresas serão agrupadas em módulos de 30, sendo que no 1º ano tenciona-se formar 6 num total de 180 estabelecimentos, no 2º ano 9, totalizando 270 estabelecimentos e no 3º ano os módulos somarão 12 e as empresas 360. Nesses estabelecimentos serão aplicadas no decorrer do período de execução do projeto, um total de 31.680 horas técnicas e recursos financeiros que alcança, os Cr\$ 111.780.000,00 possibilitando 486 operações de crédito a igual número de micro-estabelecimentos que em contrapartida estarão contribuindo significativamente para o aumento da renda dos setores a que pertencem e dos municípios a que estão vinculados a par de 756 empregos diretos, resultado do cálculo de 1 emprego gerado por estabelecimento comercial ou de serviço e 2,5 por estabelecimento industrial, de acordo com as experiências que o CEAG/ES tem acumulado na aplicação de programas de apoio às micro-empresas dos municípios de Colatina e Cachoeiro do Itapemirim.

Atualmente os empréstimos às micro-empresas participantes do programa executado pelo CEAG/ES, são feitos pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) através do PROMICRO - Programa de Apoio às Micro-empresas - nas condições apresentadas em seguida:

ENCARGOS - 24%aa (inclusive correção monetária)

PRAZOS:

- Capital de giro - 6 meses de carência
- 12 meses por amortização

OBS: os juros são cobrados mensalmente na carência e trimestralmente na amortização.

- Capital fixo ou misto - 12 meses de carência
- 24 meses de amortização

OBS: os juros são cobrados trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.
a amortização é mensal.

As garantias exigidas podem ser distribuídas em 3 modalidades, podendo o tomador do empréstimo optar por uma delas ou então fazer uma composição com todas. As modalidades atualmente existentes, são:

REAL - 1.25 vezes o valor do empréstimo solicitado;

FIANÇA - fornecida através do PAMICRO da Caixa Econômica Federal;

AVAL - obtido pelo tomador junto a pessoas físicas ou jurídicas.

No projeto de apoio às micro-empresas que se pretende desenvolver com a cooperação do CNDU e do BIRD, as condições dos financiamentos serão mantidas, promovendo-se alteração apenas no que toca à filosofia do PRAMICRO, o qual passaria a constituir um Fundo, também específico de micro-empresas, para onde seriam canalizados os recursos provenientes das instituições inicialmente citadas que se somariam às quantias presentlymente manipuladas pelo programa.

A metodologia que será utilizada na realização do projeto ora formulado, é a mesma que tem sido usada pelo CEAG/ES para cumprir as metas estabelecidas na área de micro-empresas e consiste fundamentalmente das três fases que expomos em seguida:

- pesquisa;
- treinamento básico;
- treinamento específico.

A pesquisa consiste na primeira das etapas principais e é realizada com o objetivo de cadastrar os micro-estabelecimentos do município para posteriores contatos visando a sua admissão na ação programada.

Em seguida à definição dos grupos de micro-empresas realiza-se o Treinamento Básico, orientado no sentido de informar os participantes sobre aspectos práticos e de real interesse a respeito de administração, contabilidade, produção, etc. Nesta fase é levado a efeito ainda o diagnóstico individualizado por estabelecimento.

Incerrando o processo vem o Treinamento Específico, realizado nos estabelecimentos com base nos diagnósticos desenvolvidos na etapa anterior. Durante o Treinamento Específico são preenchidas as propostas de crédito desde que identificada a necessidade de recursos financeiros.

8. CUSTOS DO PROJETO

O valor global do projeto atinge Cr\$ 131.465.000,00 como demonstrado a seguir, o que fixa o custo do emprego gerado em Cr\$ 173.900,00.

TABELA 2

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS

Cr\$ 1.000

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA GERENCIAL	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
ASSISTÊNCIA GERENCIAL			
. Treinamento básico e específico	19.405		19.405
. Despesas de investimento	280		280
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA			
. Recuperação de instalações, reequipamentos e capital de giro		111.780	111.780
TOTAL	19.685	111.780	131.465

TABELA 3

DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

Cr\$ 1.000

USOS	FONTES ¹		TOTAL
DISCRIMINAÇÃO	CNDU/BIRD	GERES BANDES SNDU/BIRD E OUTRAS	
ASSISTÊNCIA GERENCIAL			
. Treinamento básico e específico	19.405	-	19.405
. Despesas de investimento	280	-	280
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA			
. Recuperação de instalações, reequipamentos e capital de giro	-	111.780	111.780

¹CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.
 BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento.
 GERES - Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo.
 BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

9. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A equipe atualmente encarregada de executar o programa de micro-empresas é composta de 5 técnicos (1 coordenador) e 5 estagiários. Nos 3 anos de implementação do subcomponente de apoio às micro-empresas do Projeto CPM/BIRD, a equipe ficará assim formada:

1º ANO

- 1 coordenador
- 4 técnicos
- 5 estagiários

2º ANO

- coordenador
- 5 técnicos
- 6 estagiários

3º ANO

- 1 coordenador
- 6 técnicos
- 7 estagiários

Quanto aos órgão envolvidos no projeto, podemos relacionar a Fundação Jones dos Santos Neves como entidade coordenadora, e o Centro de Assistência Gerencial do Espírito Santo que se encarregará de sua execução, participando também as seguintes instituições:

- Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (CEBRAE);
- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES);
- Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES).

10. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

10.1 - DESPESAS OPERACIONAIS

1º ANO - 180 empresas

a) DESPESAS COM PESSOAL

- Salários e Encargos

1 coordenador	Cr\$	882.395
4 técnicos	Cr\$	3.133.544
5 estagiários	Cr\$	420.000

- Ajuda de Custo

Refere-se a pagamento de quilometragem pela utilização de veículo próprio.

2 técnicos X 600km X 6 meses	=	7.200km
7.200km X Cr\$ 4.36	=	Cr\$ 31.392

- Diárias

Considerou-se 20 diárias/ano fora do Estado, o que totaliza:

20 diárias X Cr\$ 1.569	=	Cr\$ 31.380
-------------------------	---	-------------

Estimou-se um total de 480 diárias parciais ao preço unitário de Cr\$ 280

480 diárias X Cr\$ 280	=	Cr\$ 134.400
------------------------	---	--------------

TOTAL	=	Cr\$ 4.633.111
-------	---	----------------

b) DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO

- Cópia xerox e outros

Montagem de 270 apostilas com 100 páginas cada uma ao custo de Cr\$ 3,00 por página = Cr\$ 81.000

- Material de Expediente
Estimado em Cr\$ 4.000
por módulo = Cr\$ 24.000
- Despesas com Veículos
Referem-se a despesas de manutenção e conservação, estimadas em Cr\$ 30.000
- TOTAL = Cr\$ 135.000

c) DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

- Consultoria
Para efeito de cálculo da despesa com consultoria, considerou-se que 20% das 180 empresas precisarão da assistência de consultores externos.

36 empresas X 2 horas = 72 horas
72 horas X Cr\$ 800,00 = Cr\$ 57.600
- Passagens
Estimou-se em 4 o número de viagens para atender ao Programa, sendo o custo unitário médio de Cr\$ 10.000

4 X Cr\$ 10.000 = Cr\$ 40.000
- Serviços de Comunicação
Estimou-se em Cr\$ 15.000
- Encargos Sociais
Calculados em 8% sobre o item consultoria

8% X Cr\$ 57.600 = Cr\$ 4.608
- TOTAL = Cr\$ 117.208

d) ADMINISTRAÇÃO

Calculado em 10% sobre os itens anteriores

10% X Cr\$ 4.885.319 = Cr\$ 488.532

TOTAL DO 1º ANO = Cr\$ 5.373.851

. 2º ANO - 270 empresas

a) DESPESAS, COM PESSOAL

- Salários e Encargos

1 coordenador = Cr\$ 882.395

5 técnicos = Cr\$ 3.916.930

6 estagiários = Cr\$ 504.000

- Ajuda de Custo

Refere-se a pagamento de quilometragem pela utilização de veículo próprio.

2 técnicos X 800km X 6 meses = 9.600km

9.600km X Cr\$ 4,36 = Cr\$ 41.856

- Diárias

Considerou-se 20 diárias/ano fora do Estado, o que totaliza:

20 diárias X Cr\$ 1.569 = Cr\$ 31.380

Estimou-se um total de 600 diárias parciais ao preço unitário de Cr\$ 280.

600 diárias X Cr\$ 280 = Cr\$ 168.000

TOTAL = Cr\$ 5.544.561

b) DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO

- Cópia xerox e outros

Montagem de 405 apostilas com 100 páginas cada uma ao custo de Cr\$ 3,00 por página = Cr\$ 121.500

- Material de Expediente

Estimado em Cr\$ 4.000
por módulo = Cr\$ 36.000

- Despesas com Veículos

Referem-se a despesas de manutenção e conservação, estimados em Cr\$ 50.000

TOTAL Cr\$ 187.500

c) DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

- Consultoria

Para efeito de cálculo da despesa com consultoria, considerou-se que 20% das 270 empresas precisarão de assistência de consultores externos.

54 empresas X 2 horas = 108 horas

108 horas X Cr\$ 800,00 = Cr\$ 86.400

- Passagens

Estimou-se em 40 número de viagens para atender ao Programa, sendo o custo unitário médio de Cr\$ 10.000

4 X Cr\$ 10.000 = Cr\$ 40.000

- Serviços de Comunicação

Estimou-se em Cr\$ 15.000

- Encargos Sociais

Calculados em 8% sobre o item consultoria

8% X Cr\$ 86.400 = Cr\$ 6.912

TOTAL = Cr\$ 148.312

d) ADMINISTRAÇÃO

Calculado em 10% sobre os itens anteriores

10% X Cr\$ 5.880.373 = Cr\$ 588.037

TOTAL DO 2º ANO = Cr\$ 6.468.410

. 3º ANO - 360 empresas

a) DESPESAS COM PESSOAL

- Salários e Encargos

1 coordenador = Cr\$ 882.395

6 técnicos = Cr\$ 4.700.316

7 estagiários = Cr\$ 588.000

- Ajuda de Custo

Refere-se a pagamento de quilometragem pela utilização de veículo próprio

2 técnicos X 1000km X 6 meses = 12.000km

12.000km X Cr\$ 4,36 = Cr\$ 52.320

- Diárias

Considerou-se 20 diárias/ano fora do Estado, o que totaliza:

20 diárias X Cr\$ 1.569 = Cr\$ 31.380

Estimou-se um total de 720 diárias parciais ao preço unitário de Cr\$ 280

720 diárias X Cr\$ 280 = Cr\$ 201.600

TOTAL = Cr\$ 6.456.011

b) DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO

- Cópia xerox e outros

Montagem de 540 apostilas com 100 páginas cada uma, ao

custo de Cr\$ 3,00 por página = Cr\$ 162.000

- Material de Expediente

Estimado em Cr\$ 4.000

por módulo = Cr\$ 48.000

- Despesas com Veículos

Referem-se a despesas de manutenção e conservação, es
timados em Cr\$ 30.000

TOTAL = Cr\$ 240.000

c) DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

- Consultoria

Para efeito de cálculo da despesa com consultoria, con
siderou-se que 20% das 360 empresas precisarão da as
sistência de consultores externos.

72 empresas X 2 horas = 144 horas

144 horas X Cr\$ 800,00 = Cr\$ 115.200

- Passagens

Estimou-se em 4 o número de viagens para atender ao Pro
grama, sendo o custo unitário médio de Cr\$ 10.000

4 X Cr\$ 10.000 = Cr\$ 40.000

- Serviços de Comunicação

Estimou-se em Cr\$ 15.000

- Encargos Sociais

Calculados em 8% sobre o item consultoria

8% X Cr\$ 115.200 = Cr\$ 9.216

TOTAL = Cr\$ 179.416

d) ADMINISTRAÇÃO

Calculado em 10% sobre os itens anteriores

10% X Cr\$ 6.875.427 = Cr\$ 687.542

TOTAL DO 3º ANO = Cr\$ 7.562.969

e) DESPESAS DE INVESTIMENTO

1 veículo	Cr\$	170.000
4 mesas para técnicos	Cr\$	35.000
1 mesa de reunião	Cr\$	10.000
12 cadeiras	Cr\$	40.000
1 armário	Cr\$	10.000
2 máquinas de calcular	Cr\$	15.000
TOTAL	Cr\$	280.000

APOIO ÀS MICRO-UNIDADES DE PRODUÇÃO DO SETOR INFORMAL

1. TÍTULO DO PROJETO

Apoio às Micro-Unidades de Produção do Setor Informal

2. CATEGORIA

Emprego e Renda

3. DATA

Maio/80

4. JUSTIFICATIVA

A presente proposta está orientada para o apoio ao setor informal do mercado de trabalho.

Poder-se-ia caracterizar como informal o mercado que absorve, na condição de autônomos, membros da família sem remuneração e outros empregados de micro-unidades de produção, em atividades artesanais, comerciais e de prestação de serviços, atividades estas desenvolvidas em pequenas organizações, onde a relação de emprego é incerta, apresentando ainda alta rotatividade, baixa produtividade e, na maioria dos casos, gerando renda insuficiente para garantir um nível de vida adequado ao trabalhador e à sua família.

Estima-se para as áreas objeto de intervenção (Porto Santana, Santa Rita, Santa Tereza e Maria Ortiz) um contingente de população economicamente ativa correspondente a 4.851* pessoas. Deste total, 1.643** po

*ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Planejamento. *Pesquisa Sócio-econômica*. Vitória, 1977.

**FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Pesquisa de observação nas áreas de Porto de Santana, Santa Rita, Santa Tereza e Maria Ortiz. Vitória, 1980.

dem ser incluídas na categoria de micro-unidades de produção, a saber: vendedor ambulante, feirante, eletricista, costureira, doceira, biscaiteiro, sapateiro, manicure, pintor, mecânico, estofador, bombeiro e outros.

Estas atividades, embora carentes de insumos, capital e organização, são atividades que apresentam relativo potencial de expansão podendo, se fortalecidas, gerar oportunidades de trabalho e aumento de renda familiar da população.

As micro-unidades de produção, compreendem as unidades produtivas, que não atendem as exigências jurídicas legais, constituindo-se em micro-unidades de serviço e comércio de pequena escala ou unidades de produção de caráter familiar e artesanal.

Em geral, por não atenderem às exigências jurídicas legais, essas unidades de produção encontram uma série de restrições para a prática de suas atividades, destacando-se a falta de apoio dos órgãos financiadores como consequência da não regularização das micro-unidades; mercado bastante limitado, na maioria das vezes o próprio bairro onde se localizam e a baixa produtividade da mão-de-obra.

Portanto, um programa de atendimento a essas micro-unidades deve ser implementado de modo a superar as restrições que lhes são impostas e que têm provocado o desaparecimento gradativo de algumas dessas atividades.

Apesar de algumas atividades do setor informal estarem em franca decadência, em razão do próprio processo de crescimento do sistema capitalista, pretende-se, pelo menos, apoiar as atividades que apresentam tendências mais marcantes. Esse apoio, de certo, propiciará uma ampliação nas oportunidades de emprego para os trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal de trabalho.

Desta forma, a inexistência de mecanismos voltados especificamente ao atendimento das necessidades das micro-unidades, tem sido grande obstaculizador de sua participação efetiva na economia. De um modo geral, as agências regionais de desenvolvimento não atendem a tais empreendimentos, dado que, comumente, encontram-se estruturadas para atuar em outros níveis e, principalmente, por uma política voltada ao apoio a empresa de médio e grande porte.

A necessidade de se integrar as micro-unidades de produção no processo de desenvolvimento do Estado é evidente. Esta integração ficará garantida a partir do momento em que sejam criadas condições que lhes facilitem o acesso aos órgãos responsáveis por assistência financeira e gerencial, assim como aqueles de caráter social envolvidos com o mercado de trabalho.

5. OBJETIVOS

- . promover a integração da micro-unidade de produção na economia capitalista;
- . estabelecer um conjunto de ações que permitam às micro-unidades tanto contribuir como usufruir os benefícios do desenvolvimento;
- . fornecer elementos indispensáveis à melhoria das condições atuais deste segmento específico do aparelho produtivo;
- . estabelecer uma política de crédito ajustada às características da clientela;
- . elevar e/ou manter o padrão de organização das micro-unidades de produção;
- . elevar o nível total de emprego pela criação de novas vagas e/ou transformação do subemprego por emprego efetivo;
- . proporcionar elevação dos níveis de renda tanto para os titulares das micro-unidades como para os empregados;
- . criar condições de estabilidade no emprego e de renda de modo a minimizar a rotatividade;
- . criar condições para fixar os migrantes já ocupados nas micro-unidades da área de atuação do programa;
- . sensibilizar proprietários para atuação associativa, com o intuito de obter maior poder de barganha junto ao mercado produtor e consumidor;

- . assegurar um melhor nível de produção/serviço, comercialização, provocando a melhoria de renda;
- . orientar as unidades que apresentam condições e interesse, a se organizarem formalmente.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Neste item estará descrita a operacionalização da alternativa selecionada para intervenção no setor informal urbano das áreas objeto de intervenção caracterizada como apoio às micro-unidades de produção.

6.1. PROGRAMAÇÃO DE METAS

A programação de metas do projeto deverá ser formulada anualmente, aproveitando-se do resultado de sua avaliação, como se verá no item 6.6.

O estabelecimento de metas, obviamente, ficará condicionado pela disponibilidade de pessoal, de recursos financeiros e materiais. No entanto, para os três primeiros anos deste programa, prevê-se:

- . assistir, em termos gerenciais e financeiros, a um mínimo de 650 proprietários de micro-unidades de produção, ou seja, 40% das 1,643 unidades identificadas nas áreas. Para a definição deste percentual, levou-se em conta que a maioria das unidades levantadas não apresentam potencial de expansão;
- . realizar, pelo menos, 650 operações de crédito orientado, representandando operações de financiamento de Cr\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros), com empréstimo médio de Cr\$ 50.000,00 (quinhentos mil cruzeiros);
- . integrar às atividades específicas de treinamento um mínimo de 300 trabalhadores das micro-unidades assistidas, que se caracterizam como não proprietários em articulação com outras entidades especializadas.

Na fixação dessas metas, levou-se em consideração as experiências de

Pernambuco e, principalmente da Bahia, no relacionamento com o segmento específico aqui subsidiado.

6.2. TREINAMENTO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO

O treinamento será dirigido à equipe que estará diretamente operacionalizando o projeto, comportando 2 enfoques:

- . *Projeto por inteiro*, envolvendo aspectos referentes ao Programa de Cidades de Porto Médio - CNPU/BIRD; ao Sistema Nacional de Emprego como instrumento de operacionalização da Política de Emprego do Governo; à problemática específica do setor informal urbano.

A execução desse treinamento será de responsabilidade da Matriz Estadual do SINE/ES, comportando 40 horas, ou seja, 5 dias úteis, envolvendo apenas os custos operacionais diretos da Matriz Estadual.

- . *Estrutura Operacional do Projeto*, no qual serão enfatizados os tipos de tratamento a serem empregados no desenvolvimento do projeto, para o que se contratarão serviços da UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, utilizando-se como instrumento o estágio do Coordenador e de um técnico do projeto, junto a referida entidade e ao SINE/BA, que já dispõe de alguma experiência nesse tipo de trabalho. A experiência adquirida será posteriormente irradiada para os demais componentes da equipe.

No que se reporta ao enfoque 2 do treinamento, a contratação de serviços externos está embasada nas seguintes considerações:

- . o segmento social objeto de análise e intervenção, apresenta certas especificidades que determinam também formas específicas de abordagem;
- . tratando-se de uma abordagem inédita no Estado do Espírito Santo, inexistem entidades locais em condições de transferir experiências relativas ao tratamento a esse tipo de clientela.

A opção pela UNO, que possui sedes em Recife e Salvador, como solução para transferência de experiência, fundamenta-se em três aspectos:

- . a UNO tem seu trabalho marcadamente voltado para o setor informal do mercado de trabalho, fundamentalmente no que se reporta a micro-empresendimentos;
- . trata-se de uma entidade de notória experiência no tipo de trabalho que se propõe executar na Grande Vitória;
- . o desenvolvimento de programas de treinamento e orientação a outras entidades constitui-se uma de suas finalidades.

O estágio junto a UNO e ao SINE/BA terá uma duração de 40 horas, ou seja, 5 dias úteis. Os técnicos treinados tornar-se-ão responsáveis pela realização da segunda etapa do treinamento 2, uma vez que se encarregarão de transferir aos demais componentes do grupo, ou seja, os estagiários, os conhecimentos auferidos no estágio realizado.

Os principais resultados que se espera alcançar com essa fase do programa e especificamente com a contratação de consultoria externa são:

- a) treinar adequadamente os coordenadores e estagiários no sentido de que se conscientizem sobre a problemática que envolve a população-alvo do projeto, bem como de situações que certamente enfrentarão no desenvolvimento do trabalho.
- b) proporcionar a maior assimilação possível, por parte dos treinados, das experiências vivenciadas pelas entidades citadas, mediante contacto pessoal e troca de impressões;
- c) proporcionar um treinamento especial para os coordenadores, de tal maneira que, a partir do desenvolvimento do projeto, tornem-se auto-suficientes em termos de *know how*.

6.3. NORMAS OPERACIONAIS

6.3.1. O Cliente

O projeto prestará apoio financeiro e gerencial a micro-unidades de produção informais, que preencham requisitos específicos, como definido abaixo:

a) Características do proprietário:

- . participação efetiva no processo de produção, concentrando, ao mesmo tempo, as atividades gerenciais e administrativas do seu micro-empresendimento;
- . principal fonte de renda proveniente de sua unidade produtiva;
- . rendimento mensal próprio de até 6 salários mínimos do Estado;
- . nível de escolarização relativamente baixo, não atingindo o 2º grau completo;
- . estreito relacionamento com os empregados;
- . integração, inclusive da família, na comunidade em que vive;
- . atuação no ramo, no mínimo, há 1 ano.

b) Características na micro-unidade:

- . caráter rústico, mesmo artesanal, do processo de produção;
- . utilização acentuada de mão-de-obra sem qualificação e de membros da família;
- . inexistência de registros contábeis ou fiscais;
- . mercado consumidor predominantemente local;
- . falta de experiência na obtenção de créditos pela impossibilidade de formalização dos processos de financiamento;
- . deficiência de garantias reais;

- . vendas anuais de até 500 salários mínimos do Estado;
- . número de pessoas ocupadas não excedendo a 5 (cinco), incluindo os membros da família.

6.3.2. Assistência Técnica e Gerencial

A experiência de programas dessa natureza tem demonstrado que a assistência técnica e gerencial é essencial para a consecussão de resultados positivos.

Essa assistência será fornecida através de cursos e orientações de finidas em três etapas.

A primeira etapa será realizada nas comunidades onde forem identificados, através da pesquisa, clientes potenciais do projeto, agrupados segundo a proximidade de bairros onde estão localizados. Essa primeira etapa objetiva informar aos clientes potenciais sobre as características e benefícios do projeto e levar os proprietários das micro-unidades a definirem o seu interesse em participar. A segunda etapa inicia a partir da definição dos interessados, que serão reagrupados, momento em que receberão treinamento específico de forma a que comecem a se familiarizar com rendimentos de organização e, mutuamente, se incentivem e esclareçam as dúvidas que ainda perdurem em relação ao projeto.

Para realização desses treinamentos serão utilizados recursos de entidades especializadas e os existentes nas comunidades selecionadas, tais como: centros comunitários, escolas ou igrejas.

A terceira etapa da assistência técnica e gerencial será prestada individualmente a cada cliente, a partir da elaboração da proposta de créditos, devendo se concentrar nas áreas de controle de caixa e administração geral.

6.3.3. Diagnóstico e Proposta de Financiamento

Essê diagnóstico será específico da micro-unidade interessada em assistência financeira, objetivando detectar as reais deficiências da unidade produtiva nos aspectos gerenciais, financeiros e econô

micos, a fim de determinar o tipo de financiamento a ser proposto e para que se destina; como aquisição de equipamento, instrumental, insumos, instalações físicas e outros.

O instrumento para elaboração do diagnóstico será o contato direto do estagiário na micro-unidade.

Efetuada o diagnóstico, será elaborada a proposta de financiamento, numa ação conjunta entre técnicos do programa e proprietários da micro-unidade. Essa proposta será encaminhada ao agente financeiro, acompanhada da ficha cadastral do cliente, para avaliação e liberação do financiamento. Os critérios para análise não deverão ser rígidos, adequando-se às características do cliente.

A partir da liberação do financiamento e com base no diagnóstico, os técnicos passarão a acompanhar a aplicação do empréstimo e a prestar assistência gerencial individualizada.

6.3.4. Assistência Financeira

a) Sistemática

O instrumento orientador da concessão do crédito será a proposta de financiamento a ser encaminhada ao agente financeiro. Essa proposta de financiamento é menos que um projeto; constituir-se em um conjunto de informações sobre a micro-unidade e seu proprietário, onde está expressado o tipo de investimento a ser estudado.

Acompanharão a proposta de financiamento:

- . ficha cadastral do cliente, obtida através do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC;
- . certificado de participação em cursos e treinamento orientados pelo programa, através do SINE/ES;
- . diagnóstico específico da micro-unidade elaborado pela equipe do programa.

A análise das propostas deve ser simplificada, considerando-se a inexistência ou precariedade do controle contábil das micro-unidades, para o que se buscará compatibilizar as formalidades burocráticas dos agentes financeiros com a informalidade das micro-unidades. Nesse caminho, ressalte-se a redução de exigências de documentos e de comprovação de dados, a agilização interna, efetuando-se o desembolso e a aprovação rápida do cadastro.

b) Acompanhamento

Após a liberação do financiamento, o SINE/ES, através de seu pessoal, manterá contatos com as micro-unidades assistidas, cujas informações coletadas permitirão a elaboração de relatórios de acompanhamento, confrontando o investimento realizado com o cronograma proposto originariamente.

Essa atitude permitirá que se solucione, em tempo oportuno, os pontos de estrangulamento ou as inadequações que porventura ocorram, evitando-se, dessa forma, uma alocação ineficiente dos recursos.

Esse controle mensal será feito até que se realize todo o projeto definido como necessário, direcionando a micro-unidade para sua formalização, nos casos onde houver condições para tal.

6.4. CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Um sistema de controle e acompanhamento que se utilize de avaliações periódicas é importante para o funcionamento do programa, uma vez que fornece subsídios para a determinação de sua própria performance. Sob esse enfoque, dois tipos de avaliação serão desenvolvidos:

. Avaliação Interna - consiste na análise do funcionamento do projeto, a partir de sua própria estrutura, a fim de subsidiar decisões de retificação e/ou satisfação de métodos operacionais.

Aqui, cada fase antecedente do Programa será avaliada em seu funcionamento, estruturação e rendimentos, tendo em vista o seu contínuo aperfeiçoamento.

Serão utilizados como instrumentos de avaliação: reuniões de equi
pe, análise de dados, relatórios circunstanciados.

- . Avaliação Externa - onde a preocupação estará voltada para a mensura
ção do impacto e receptividade do programa junto as comunidades
atendidas e junto a elite econômico-financeira local.

Serão observadas as mudanças determinadas nas micro-unidades em
termos de número de empregados e sua estabilidade; variações nas
vendas e no investimento fixo; alteração na renda familiar e em
sua estrutura de consumo; padrões de organização interna das mi
cro-unidades assistidas.

Comparativamente serão também analisadas as micro-unidades de pro
dução dos bairros assistidos e dos mesmos setores, não participantes
do programa, no sentido de:

- . averiguar o impacto do programa em concorrentes não beneficiados;
- . constatar a participação direta das ações do programa, face as
mudanças evidenciadas;
- . adotar medidas corretivas em situações de inadequação, especial
mente em relação aos não participantes do programa.

Para avaliação externa serão utilizados instrumentos, tais como:
observação participante, entrevistas com proprietários de micro
-unidades, reuniões com clientes, relatórios.

TABELA 1

DEMONSTRATIVO DE CUSTO

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL PARA OS TRÊS ANOS
- Instalações*	-
- Implantação e Financiamento	3.499.585
. Treinamento	73.796
. Pessoal	927.101
. Atividades Meio	1.945.489
. Material Permanente	352.036
. Equipamentos	201.163
- Operacionalização	39.747.683
. Assistência técnica e gerencial	9.747.683
. Financiamentos	30.000.000
TOTAL	43.247.268

*Salas livres dos Centros Comunitários ou Ass. Moradores.

PERFIL DE PROJETO

APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

1. CATEGORIA

Emprego e renda

2. COMPONENTE

Geração de emprego e renda

3. DATA

Maio/80

4. JUSTIFICATIVA

A proposta de Apoio as Atividades produtivas decorre da constatação de significativo número de pessoas (1.802)¹ ocupadas em atividades do setor informal, caracterizadas como lavagem de roupas e serviços de carpintaria, demonstradas no quadro a seguir:

ÁREAS PEA/ SETOR INFORMAL	OCUPAÇÕES				TOTAL	
	LAVADEIRAS		CARPINTEIROS		AB	%
	AB	%	AB	%		
Porto Santana - 1.130	500	44,24	64	5,66	564	49,90
Santa Rita - 2.457	655	26,65	110	4,47	765	31,13
Santa Tereza - 662	110	16,61	13	1,96	123	18,58
Maria Ortiz - 602	250	41,52	100	16,61	350	58,13
TOTAL - 4.941	1.515	30,66	287	5,80	1.802	36,47

¹Pesquisa de observação nos bairros, objeto de intervenção, CNPU - Banco Mundial - FJSN - Vitória - 1980.

No caso das lavadeiras, as condições de trabalho são pecârias, tornando a atividade pouco produtiva. O reduzido espaço disponível em suas habitações para instalações de tanques e a deficiência do sistema de abastecimento de água, são fatores que obrigam as lavadeiras de executarem suas tarefas em bacias, utilizando, também os poços e torneiras públicas.

A pesquisa de observação realizada nas áreas de Porto Santana, Santa Rita, Santa Tereza e Maria Ortiz, evidenciou que a maioria das mulheres exercem a atividade de lavagem de roupas, como forma de obter um acréscimo na renda familiar. No entanto, alcançam apenas uma renda mensal média de Cr\$. 1.800,00, correspondente ao produto de 6 lavagens - família no valor unitário de Cr\$ 300,00.

Paralelo a estas constatações, verificou-se que a maioria é migrante da zona rural, que por não possuir escolaridade, qualificação profissional ou experiência prática suficiente, vem encontrando dificuldades para se integrar no setor formal do mercado de trabalho.

Por outro lado, a partir de uma análise das características da ocupação de lavadeira, pode-se concluir que a atividade não apresenta exigências quanto a qualificação e escolaridade.

No que se refere ao mercado consumidor, o serviço de lavagem de roupas está sendo consumido no mercado, visto que o acesso a lavanderia industrial ou de porte comercial, ainda não é possível a maioria da população da Grande Vitória, considerando que os preços coletados por estes serviços não são acessíveis as diversas categorias da classe média.

Além disto, as dificuldades de mão-de-obra para emprego doméstico residencial e a falta de espaços nas áreas de serviços dos apartamentos para realização deste tipo de tarefa, asseguram que os serviços de lavagem de roupas fora do domicílio, terá clientela por tempo indeterminado.

Quanto aos carpinteiros, constatou-se que a maioria dispõe de ferramentas simples e manuais, para exercer a ocupação. Utilizam-se, quando necessário, de equipamentos de terceiros, sob o sistema de empréstimos ou sublocação, nos horários de ociosidade dos mesmos.

Propõe-se que a oficina comunitária funcione, inicialmente, como consequência ao aproveitamento natural das pequenas atividades, que vem sendo realizadas pelos trabalhadores locais, podendo ampliar e expandir sua capacidade de uso, transformando-se inclusive, em unidade de treinamento de mão-de-obra. Esta previsão fundamenta-se na constatação de grande número de pessoas (692) que realizam atividades indefinidas e sem nenhuma qualificação, denominados de biscateiros. Existe ainda a possibilidade de reunir alunos egressos de cursos profissionalizantes em carpintaria e marcenaria, promovidos por entidades treinadoras da Grande Vitória, dando-lhe oportunidades de se estabelecer e garantir o mercado e exercitar a profissão aprendida.

Considera-se segura a existência de mercado consumidor, podendo os interessados operar em produção ondividual para atender a uma clientela predominantemente domiciliar ou em escala, através de subcontração, com oficinas ou firmas comerciais.

Em consequência do exposto, a alternativa proposta de apoio e estímulo a associações de trabalho, terá um alcance significativo na medida em que poderá contribuir para o incremento e elevação da renda familiar, beneficiando diretamente os trabalhadores associados e indiretamente seus familiares.

As associações de trabalho com o apoio do centro comunitário ou associações de moradores locais, poderão se constituir em instrumento de prevenção e controle da exploração do trabalho, da privatização e individualização e ociosidade do uso do equipamento e instalações. A responsabilidade na manutenção das unidades operativas, oficinas e la

vanderias, será dividida equitativamente com os associados.

Face a estas colocações, pode-se prever o impacto do projeto, no entanto a proposta só adquirirá viabilidade prática com a participação e discussão dos próprios usuários e com o apoio dos diversos segmentos populares e institucionais da comunidade.

4. OBJETIVOS

- integrar grupos de trabalhadores autônomos de baixa renda no processo econômico de produção;
- desenvolver uma ação específica junto à trabalhadores do setor informal, empregados em atividades de lavagem de roupas e carpintaria;
- criar um sistema associativo destinado a garantir postos de trabalhos, reinamentos específicos, renda mensal estável, acesso aos benefícios da previdência e condições satisfatórias de trabalho;
- facilitar a adoção de novos padrões de prestação de serviço (higiene, qualidade do serviço, organização do trabalho etc);
- estimular os trabalhadores a desenvolverem atividades motivadoras à formação de uma consciência social e comunitária;
- identificar e capacitar lideranças para estimular o desenvolvimento das Associações, bem como, para desempenhar funções administrativas na mesma.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto de apoio as atividades produtivas prevê a implantação de 12 unidades de produção, destinadas a agrupar pessoas ocupadas em lavagem de roupas e carpintaria, distribuídas quantitativamente nas áreas, a partir da relação, pessoas ocupadas e número de unidades, conforme demonstra o quadro a seguir:

ÁREAS	ASSOCIAÇÃO DE LAVADEIRAS		ASSOCIAÇÃO DE CARPINTEIROS		TOTAL UNIDADE
	PESSOAS NÃO OCUP.	UNIDADES	PESSOAS NÃO OCUP.	UNIDADES	
Porto Santana	500	3	64	2	5
Santa Rita	655	2	110	2	4
Santa Tereza	110	1	13	-	1
Maria Ortiz	250	1	100	1	2
TOTAL	1.515	7	287	5	12

Estabelecer-se, ainda, como critério para definição dos números de unidades:

- tradição da atividade no local;
- distância de um raio de 500m para a utilização de unidade;
- tendência para formação de grupos reivindicatórios de infra-estrutura local - grupos de lavadeiras de Porto de Santana e Vila Garrido;
- condições do espaço físico para execução dos projetos de lavanderias e oficinas;
- receptividade dos interessados na implantação do projeto.

Com base nas observações do sistema atual adotado pelas lavadeiras, sugere-se a implantação das 7 (sete) lavanderias que visem, ao mesmo tempo, a elevação da produtividade e a introdução de uma tecnologia mais adequada a realidade.

A proposta tem como estratégia:

- redução do tempo gasto pelas lavadeiras na operação, lavagem de roupa - entrega - coleta;
- implantação de um local físico com instalações específicas adequadas as atividades de lavar, quilar, ferver, secar e passar;
- utilização de um *lay-out* racional nas instalações e distribuição do equipamento;

- 2 (dois) sanitários;
- 1 (uma) área coberta para instalação dos equipamentos;
- 1 (uma) área coberta para depósito de madeira, almoxarifado e montagem.

A oficina conterá equipamentos simples, de fácil manutenção e acessíveis a realidade dos usuários:

- balcão de carpintaria/uso múltiplo:
 - . serra circular
 - . despenadeira
 - . furadeira
 - . lixadeira
- instrumentos elétricos manuais:
 - . serra circular
 - . furadeira
- ferramentas manuais

Para desenvolver o processo associativo junto a população-meta, propõe-se a alternativa de Associação, por se constituir na forma mais simples de organização e de fácil gerenciamento. Portanto, a associação, sugerida no projeto, terá uma estrutura simplificada que permita a todos a oportunidade de participar do processo de decisão e de auto-gestão da associação e das suas unidades operacionais, (lavanderias e carpintarias).

Sugere-se, inicialmente, a formação de 7 (sete) associações, sendo uma para cada área e por categoria profissional. Desta forma previu-se 4 (quatro) associações de lavadeiras e 3 (três) associações de carpinteiros, que poderão contar com apoio técnico e organizacional do SINE-ES e de outras entidades sociais, interessadas na programação.

- adoção de projeto arquitetônico simples, funcional e de fácil conservação.

As lavanderias deverão conter uma área coberta, representada por um prédio de 1.000m², localizada em terreno de 2.500m². Os 1.500m² restante serão utilizados nas atividades que podem dispensar coberturas.

Cada unidade terá capacidade para atender as diversas etapas de operação e necessidades dos usuários:

- 1 (uma) sala de recepção, depósito de roupas coletadas e almoxarifado;
- 1 (um) escritório para funcionamento da associação;
- 2 (dois) sanitários;
- 1 (uma) área coberta para instalação de tanques, máquinas de lavar e fogões para ferver as roupas ensaboadas;
- área coberta para secagem de roupa (de grande prioridade dadas as variações climáticas da região, com tendência a chuvas frequentes);
- área coberta para passar roupa.

O processo produtivo inicia-se com a coleta/distribuição de roupas, utilizando-se para esta tarefa de veículo da associação. Optou-se por este meio, considerando que o transporte de *trouxas*, constitui-se numa das dificuldades apresentadas pelas lavanderias entrevistadas. Apresentaram como principais problemas o peso e volume das *trouxas* e as reclamações de passageiros e motoristas dos ônibus, principalmente nos horários de grande afluência de passageiros.

Após o recebimento das roupas, as lavadeiras iniciam as atividades de var, ferver, secar e passar. Neste processo serão introduzidas, modernas instalações e equipamentos em substituição ao sistema anterior, dis

criminados em seguida:

- tanques simples em substituição a bacia;
- máquinas de lavar, em complementação ao uso do tanque. A máquina poderá contribuir para a produtividade, na medida em que terá uso alternado com os tanques, por grupos de lavadeiras, devendo ser utilizada para as peças maiores. Acrescenta-se a isto, o fato de máquina, devolver as peças levadas quase secas, facilitando o processo de secagem de roupas, principalmente nos períodos de chuvas;
- secadores de roupas, a fim de facilitar a tarefa de secagem, considerando as variações climáticas da região, com predominância a chuvas frequentes e seguidas;
- fogões a lenha ou carvão, para ferver as roupas, atendendo as necessidades de higienizar e clarear as roupas;
- galpões com áreas cobertas para instalações de tanques, máquinas, fogões, secadores e mesas de passar roupas. Deverá conter ainda instalações adequadas para o depósito de roupas, considerando que o armazenamento nas casas das lavadeiras é difícil, devido o tamanho reduzido das moradias e as precárias condições de segurança das mesmas;
- instalações de áreas livres para as tarefas de lavar e secar roupas, a serem utilizadas nos dias de sol.

Para implantação das oficinas comunitárias, pretende-se adotar as estratégias semelhantes as propostas para as lavanderias, guardando-se as peculiaridades e especificidades inerentes a atividade de carpintaria/marcenaria.

Concretamente foi previsto 5 (cinco) oficinas, que deverão conter uma área coberta de 300m², com capacidade física para atender as exigências mínimas de funcionamento:

- 1 (uma) sala para recepção, almoxarifado;
- 1 (um) escritório para funcionamento da associação;

Para operacionalizar a associação, sugere-se como procedimento alguns passos interrelacionados que serão apresentados, a seguir, de forma setorizada:

- a) identificação da população trabalhadora nas categorias selecionadas e estudo de mercado;

Nesta fase será cadastrada a mão-de-obra interessada e recrutados grupos para formação da associação.

Em paralelo serão realizados estudos sobre o mercado consumidor do produto ou serviço e avaliação da capacidade de utilização dos serviços ou produto pelo mercado. Definir-se-á, ainda, a sistemática de intermediação e comunicação entre associação/cliente, bem como o preço do produto/serviço realizado.

- b) formalização da associação

A formalização da associação ocorrerá mediante as seguintes etapas: mobilização de interessados em associar-se, desenvolvendo-se estudos de experiências, troca de informações e sugestões, elaboração, aprovação, registro e publicação de estatutos da associação, composição do quadro de associados, eleição de Diretoria e conselhos e outros.

- c) Realização de treinamentos com os associados

Os treinamentos, se constatada as necessidades, poderão atender a dois aspectos:

- capacitação profissional, objetivando treinar e reciclar os associados de acordo com as necessidades e natureza da atividade.
- capacitação para o efetivo funcionamento da associação, com ênfase em aspectos administrativos da associação.

d) instalação e funcionamento da associação

Esta fase corresponderá as atividades de: divulgação, no sentido de possibilitar o associado a oferecere negociar o seu produto/serviço, implantação da sistemática de intermediação do serviço e de colocação do produto no mercado, estruturação da associação como um todo e das atividades de apoio logístico indispensáveis para o seu funcionamento, ampliação gradativa do quadro de associados.

e) acompanhamento e avaliação

Adoção de sistema de acompanhamento, mediante avaliações periódicas em associados, em reuniões da diretoria, com a participação, quando solicitado, dos órgãos de apoio.

7. DEMONSTRATIVO DE CUSTO

7.1. ASSOCIAÇÃO DE LAVADEIRAS

DISCRIMINAÇÃO ÁREAS	ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	AQUISIÇÃO TERRENO		EDIFICAÇÃO		EQUIPAMENTOS CR\$	TOTAL
		m ²	VALOR CR\$	m ²	VALOR CR\$		CR\$
Porto Santana (3 unidades)	900.000	75,00	562.500	3,000	13.611.000	1.485.000	1.558.500
Santa Rita (2 unidades)	600.000	120,00	600.000	2,000	9.074.000	990.000	11.267.000
Santa Tereza (1 unidade)	300.000	125,00	312.500	1,000	4.537.000	495.000	5.644.500
Maria Ortiz (1 unidade)	300.000	200,00	500.000	1,000	4.537.000	495.000	5.832.000
TOTAL	2.100.000	-	1.975.000	7,000	31.759.000	3.465.000	39.299.000

7.2. ASSOCIAÇÃO DE CARPINTEIROS

DISCRIMINAÇÃO ÁREAS	ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	AQUISIÇÃO DE TERRENO		EDIFICAÇÃO		EQUIPAMENTOS CR\$	TOTAL CR\$
		m	VALOR CR\$	m	VALOR CR\$		
Porto de Santana (2 unidades)	600.000	75,00	45.000	600	2.722.200	400.000	3.767.200
Santa Rita (2 unidades)	600.000	120,00	72.000	600	2.722.200	400.000	3.794.200
Maria Ortiz (1 unidade)	300.000	200,00	60.000	300	1.361.100	200.000	1.921.100
TOTAL	1.500.000	-	177.000	1.500	6.805.500	1.000.000	9.482.500

NÚCLEO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. CATEGORIA

Emprego e renda

2. COMPONENTE

Geração de emprego e renda

3. DATA

Maio/80

4. JUSTIFICATIVA

Segundo as observações realizadas nas áreas objeto de intervenção (Porto Santana, Santa Rita, Santa Tereza e Maria Ortiz), estima-se a existência de um segmento do setor informal do mercado de trabalho (2.449 pessoas) que dadas as características das atividades, não se enquadram nas propostas de Associação de Trabalho e de micro-unidades de produção. Entre estas, pode-se citar os pedreiros, faxineiros, motoristas, carregador, bombeiro, covoqueiro, vigia e outros. Além destes, vê-se viabilidade de encaminhar candidatos com possibilidades de serem absorvidos pelo setor formal da economia.

Levando-se em conta, ainda, a ausência de canais de informação sobre as condições do mercado consumidor de serviços, o núcleo poderá se constituir em mecanismo de informação e intermediação. Para tanto, desenvolverá atividades de pesquisa e circulação permanente de dados sobre a situação do mercado absorvedor ou consumidor.

Acredita-se que a criação de núcleos nas áreas, oportunizará condições para que essa população tenha acesso às oportunidades de emprego, treinamentos e prestação de serviços e em consequência prevê-se a melhoria a estabilidade de renda.

5. OBJETIVOS

Criar mecanismos de intermediação entre as pessoas que procuram trabalho ou treinamento e as unidades produtivas que requerem mão-de-obra ou agências de treinamento;

Identificar e cadastrar a mão-de-obra disponível e as unidades produtivas;

Informar e esclarecer aos usuários do sistema, quanto as disponibilidades dos postos de trabalho do setor formal e informal do mercado;

Encaminhar candidatos aos postos de trabalho identificados;

Prestar informações, esclarecimentos e encaminhamento dos candidatos quanto as oportunidades de cursos e treinamentos.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Os núcleos de intermediação, em número de quatro unidades, constituem uma unidade operativa, com capacidade física para integrar as atividades relativa a proposta de *apoio às micro-unidades de produção do mercado informal*.

Com funções específicas voltadas para o atendimento direito à população, o núcleo caracteriza-se como instrumento de intermediação de mão-de-obra e serviços, operando como agência intermediária no circuito de emprego e mercado consumidor ao estabelecer contato entre empregado ou prestador de serviços e postos de trabalho.

Atribuem-se aos núcleos funções específicas nas áreas de:

. informação: a área de informação compreenderá as atividades relacionadas: a coleta e informação sobre a natureza e variação da oferta e

demanda de mão-de-obra por categoria ocupacional; a coleta de informações sobre a situação do mercado de consumo de serviços de natureza doméstica, artesanal e outros; a coleta de informações sobre cursos e treinamentos.

- Intermediação: a intermediação tem como atribuições as atividades de cadastramento da mão-de-obra disponível, de integrar o mercado formal, das unidades produtivas do mercado informal prestadoras de serviços; de levantamento das oportunidades de trabalho; de encaminhamento dos interessados.

7. DEMONSTRATIVO DE CUSTOS

Cr\$ 1,00

CATEGORIAS FUNCIONAIS	TOTAL PARA OS 3 ANOS
Instalações*	
Implantação e funcionamento	
Equipamentos	100.000
Pessoal	8.546.096
Atividade-meio	408.000
TOTAL	9.054.096

*Salas livres dos centros comunitários ou associações de moradores.

PERFIL DE PROJETO

EXPANSÃO DA REDE SOMAR EM ÁREAS DE BAIXA RENDA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Emprego e/ou renda

2. COMPONENTE

Abastecimento alimentar

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Expansão da Rede Somar em áreas de baixa renda

4. OBJETIVOS

- propiciar a adoção de um novo canal de distribuição de gêneros alimentícios e básicos aos micro, aos pequenos e médios varejistas, localizados nas áreas-alvo do programa CPM/BIRD e no seu entorno; objetivando melhorias deste subsetor do comércio, no papel social que desempenham junto às populações de baixa renda;
- fornecimento de gêneros alimentícios e básicos, a preços mais baixos à população-alvo, como mecanismo indireto e eficiente para o crescimento da renda nas áreas de baixa renda.

5. CONSIDERAÇÕES

Os serviços de abastecimento existentes nas áreas-alvo do Programa, são precários e constituídos em sua maioria por micro-empresas varejistas, conhecidas como *birosacas*.

Verificou-se através de rápido levantamento realizado nas áreas as presenças dos seguintes estabelecimentos: (ver tabela 1).

Conforme análises realizadas sobre o setor de comercialização de gêneros alimentícios e outros gêneros básicos, em nosso país, constata-se uma total irracionalidade e ineficiência do setor, uma vez que, em áreas de renda média e alta a presença de grandes supermercados assegura ao consumidor as facilidades do comércio e o acesso a preços razoáveis. Contraditoriamente, as áreas periféricas e de baixa renda são atendidas pelo pequeno varejo com uma série de inconvenientes da baixa escala e do alto custo de operação, acarretando altos preços aos consumidores de menor renda.

Vale acrescentar que o fato deste subsetor do comércio, o pequeno varejo, representado em áreas de baixa renda por *biroscas* e pequenos estabelecimentos, vir acarretando inconvenientes aos consumidores locais, principalmente no que se refere aos altos preços das mercadorias, não é devido ao seu porte ou sua localização, mas sim à questão de baixa escala econômica que utilizam e às deficiências do sistema de distribuição e abastecimento dos gêneros comercializados por intermediários.

Em sua maioria, os proprietários destas *biroscas* e destes pequenos estabelecimentos abastecem-se junto aos varejistas maiores ou direto com os atacadistas. Sendo que, às vezes, afirmam ser melhor abastecerem-se junto aos varejistas, visto que os juros cobrados pelos atacadistas nas vendas à prazo, são bastante elevados.

No caso de gêneros perecíveis hortigrangeiros, costumam abastecer-se na CEASA, onde o problema maior é o transporte. Existem carros à frete, que buscam na CEASA a mercadoria para vários *birosqueiros* e acrescentam o custo do transporte ao da mercadoria.

TABELA 1

ESTABELECIMENTOS DO PEQUENO VAREJO (COMERCIAIS) LISTADOS POR ÁREA

ÁREAS	TIPO DE ESTABELECIMENTOS	UNIDADES LISTADAS	TOTAL ESTABELECIMENTOS POR ÁREA
SANTA RITA	Quitandas	12	
	Mercearias	19	
	Bares	9	
	Panificadoras	2	
	Açougues	3	
	Armazens	2	
SUBTOTAL			47 estabelecimentos
SANTA TEREZA	Mercearias	7	
	Bares	7	
	Quitandas	2	
	Panificadoras	1	
SUBTOTAL			17 estabelecimentos
MARIA ORTIZ	Mercearias	4	
	Bares	6	
	Bar/Mercearia	3	
	Supermercado	1	
	Padaria	2	
SUBTOTAL			16 estabelecimentos
PORTO SANTANA	Bares	18	
	Quitandas	8	
	Bar/Mercearia	4	
	Mercearias	9	
	Panificadora	1	
	Açougues	2	
SUBTOTAL			42 estabelecimentos
TOTAL			122 estabelecimentos

Existe, ainda, um outro tipo de intermediário: o que efetua as vendas, principalmente de não perecíveis, nas portas dos estabelecimentos. Pequenos carros, com mercadorias diversificadas, passam-nas aos pequenos varejistas a preços bastante elevados. Também, o fato de os proprietários não disporem de capital de giro, e não adquirirem grandes volumes de mercadorias, tende a manter mais elevado o custo dos produtos.

Todos os inconvenientes citados vêm a acarretar para o consumidor um acrêscimo no preço final de mercadoria.

Implantando-se um mecanismo de correção às condições de distribuição e abastecimento para esses pequenos estabelecimentos, reduzindo o custo de operação e ampliando a escala econômica utilizada por este setor do comércio, a médio e longo prazos, seria possível reduzir e manter mais baixo o preço da revenda da mercadoria ao consumidor, gerando ao mesmo tempo empregos e um acréscimo de renda, indireto, para a população local.

Portanto, afirma-se como necessária, a adoção de uma política de fortalecimento genérico destes pequenos estabelecimentos, e não, a adoção de medidas que fortaleceriam alguns e eliminariam as maiorias.

"O Programa Nacional de Cadeias Voluntárias (Rede SOMAR de Abastecimento), surge como solução alternativa para direcionar a adoção de inovação na distribuição de gêneros básicos, no sentido de procurar à médio e longo prazos, sanar a situação atual e atingir a identidade entre eficiência e eficácia, agora dirigida a todo o sistema". (Projetos Cadeias Voluntárias).

O programa seria viabilizado pela COBAL, empresa de abastecimento ligado ao Governo Federal.

Dos equipamentos de abastecimento, que poderiam vir a serem implantados nas áreas-alvo do programa CPM, considerou-se como o mais adequado o de Cadeias Voluntárias (Rede SOMAR), pelas vantagens que oferecem aos varejistas e ao consumidor, principalmente no que se refere ao custo da mercadoria.

Quanto ao abastecimento de gêneros perecíveis, a distribuição é feita predominantemente através das feiras livres, algumas das quais são realizadas nas áreas ou próximo a elas. O CEASA-ES pretende corrigir as deficiências desse sistema, assumindo dos municípios da Grande Vitória a competência das feiras livres e atuando no planejamento e diimensionamento da rede, modulação das barracas e fiscalização de preços e padrões de higiene.

Verificou-se, que os estabelecimentos existentes nas áreas-alvo fogem, em sua maioria, aos padrões estabelecidos pela COBAL para a integração de unidades varejistas à rede SOMAR.

Como exemplo, as áreas de vendas dos estabelecimentos a serem atendidos pela rede SOMAR estariam numa faixa de 40m² a 250m², conforme exigências da COBAL, mas os estabelecimentos das áreas-alvo do Programa CPM/BIRD estão em sua maioria abaixo desta faixa.

Outro item que incompatibiliza com as exigências da COBAL, seria o tipo de construção: os estabelecimentos de madeira receberiam o peso mínimo 01(hum) pela COBAL, sendo que este tipo de construção é a predominante nestas áreas.

Essas incompatibilidades podem ser verificadas, em uma série de outros itens requisitos da COBAL, porém, conforme já previsto pela COBAL, tratando-se de áreas com características atípicas, os critérios poderão ser adaptados.

Neste sentido, sugere-se para a viabilização deste item do subcomponente abastecimento alimentar, a adequação do Programa Rede SOMAR de abastecimento, às características específicas destas áreas, determinando assim a expansão da Rede SOMAR em áreas de baixa renda.

A operacionalização do sistema seria através de Unidades de Armazenagem e Venda, situadas próximas às áreas e visando o atendimento aos varejistas e aos consumidores locais. Essas Unidades seriam de uma escala intermediária entre a Central de Serviços e os varejistas, trazendo o nível de atendimento destas à escala de setor urbano. Em alguns casos, como nas áreas de Santa Tereza e Maria Ortiz, sugere-se o desdobramento dos supermercados COBAL, situados em Vila Rubim e Goiabeiras para as funções previstas para as Unidades de Armazenagem e Venda.

A Unidade de Armazenagem e Vendas teria as seguintes atribuições:

- a) venda de mercadorias no varejo a preços baixos para os consumidores da área-alvo e do seu entorno;
- b) fornecimento a preços de atacado de mercadorias aos varejistas, proprietários de biroskas ou pequenos estabelecimentos nessas áreas e nos bairros vizinhos, a preços inferiores aos preços normais de atacado. As vendas seriam feitas contra faturas a varejistas credenciados, a fim de que estes tenham condições de vender à população a crédito, em regime de cadernetas, como é usual nessas áreas com população de baixo poder aquisitivo;
- c) dar assistência técnica e gerencial aos associados;
- d) implantar mecanismos de controle de comercialização das mercadorias, de acordo com os preços estabelecidos pela COBAL.

Verifica-se que as vantagens da concentração de escala, que se perdem com a pulverização do número de estabelecimentos, são mantidas sem a sua redução, permitindo levar mercadorias a preços da Rede SOMAR a um grande número de varejistas.

O sistema de vendas sob faturas permite que sejam mantidas as vendas a prazo por cadernetas sem o acréscimo nos preços que o sistema acarreta, resultando em substancial subsídio a uma população de rendimento instável e cujo gasto com as despesas de alimentação representa quase a totalidade de seus ganhos.

Finalmente, a existência de estabelecimentos vendendo produtos a preços reduzidos, fiscalizados e divulgados possibilitará a difusão do conhecimento dos preços a seu conseqüente rebaixamento no bairro como um todo.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- Localizaçãõ: as Unidades de Armazenagem e Vendas serão localizadas dentro ou próximas às áreas de intervenção do Programa, levando em consideração a acessibilidade aos usuários e a centralidade, após estudos da zona de influência do equipamento e das condições de mercado, onde seriam processadas as seguintes análises:
 - . hábitos e frequência de compras da população-alvo;
 - . formas de atuação e problemas dos mercados (público e privados) existentes na região;
 - . população e distribuição espacial de renda por bairro, estrutura de renda e de gastos.
- A população beneficiada deverá ser a totalidade das áreas de intervenção e ainda alguns bairros vizinhos. A quantidade de varejistas será analisada pelo cadastro dos estabelecimentos da área. Em prin

cípio, todas as biroskas e pequenos estabelecimentos poderiam ser associados à Unidade, mediante registro e credencial que lhes permitiria efetuar as compras no atacado e a prazo, comprometendo-se a manter os preços e o sistema de vendas da Rede SOMAR.

- O dimensionamento das Unidades deverá ser feito a partir do estudo, o qual determinará o mercado potencial e o conseqüente volume de vendas e estoque, a partir de metodologia da COBAL.
- Deverão ser alocados nas Unidades veículos leves para efetuar as entregas, bem como previstos sistemas de embalagem, considerando que esses bairros possuem locais inacessíveis para acesso de caminhões de entrega aos estabelecimentos varejistas.

A presente proposta não foi alvo de maiores detalhamentos por não ter tido condições de acesso aos padrões e metodologias preconizados pela COBAL, o que deverá ser feito com a assessoria dos técnicos daquela instituição. É aqui apresentada como proposta de atendimento à estratégia de intervenção nessas áreas carentes e de condições físicas diferentes, que consideramos mais adequada às suas particularidades, dentro dos mecanismos institucionais de distribuição de alimentos.

PERFIL DE PROJETO

CENTRAL DE SERVIÇOS

1. CATEGORIA

Emprego e renda

2. COMPONENTE

Abastecimento alimentar

3. PROJETO COMPONENTE DE SUBPROJETO

Central de Serviços da Rede Somar

4. SITUAÇÃO ATUAL

Ao se estudar a estrutura do comércio varejista de pequeno e médio porte de gêneros alimentícios, são evidenciadas uma série de dificuldades. De um lado, o estudo evolutivo das últimas quatro décadas com prova a tendência dos canais de distribuição sofrerem mudanças contínuas, em virtude dos agentes econômicos buscarem maneiras novas e melhores de executar as funções de *marketing* assim, o atacado diversificado em geral perde, gradativamente, importância como fornecedor do varejo e como agente de inovação: diminuindo sua participação em relação ao especializado e em geral, reduzindo o seu papel como financiador do varejo.

As tabelas 1 e 2 ilustram bem o que se afirma com relação ao atacado diversificado. Atender a uma freguesia cada vez maior, em função do próprio desenvolvimento do país e da decorrente ampliação das linhas de produtos, através de sucessivos lançamentos da indústria, não só de alimentos como de higiene pessoal e do lar, utilidades domésticas etc., era e continua sendo um fardo muito pesado para o atacadista diversificado brasileiro. As mudanças foram rápidas e este não evoluiu

a tecnologia de distribuição orientada para o *marketing* e, como decorrência lógica, não se fizeram grandes investimentos neste subsetor, a não ser recentemente, com a instalação de uma grande empresa transnacional, com uma tecnologia nem sequer imaginada pelos atacadistas tradicionais.

Por estas e outras razões, as funções do atacadista diversificado vão sendo assumidas, de maneira crescente, nas últimas décadas, pela indústria e pelas grandes redes de supermercados, gerando distorções no abastecimento ao pequeno e médio varejo, sobretudo ao da periferia das grandes e médias cidades e ao das zonas rurais.

TABELA 1

COMÉRCIO ATACADISTA - 1940/1970 EVOLUÇÃO DAS VENDAS FINANCIADAS

ANOS	VALOR DAS VENDAS (%)	
	A VISTA	A PRAZO
1940	33	67
1950	62	38
1960	68	32
1970	75	25

TABELA 2

COMÉRCIO ATACADISTA - 1940/1970 EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO

ANOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS
1940	118
1950	907
1960	435
1970	382

FONTE: FIBGE - Censos Comerciais

A nível de varejo, a grande inovação foi a instalação, no país, do supermercado e, por extensão, do auto-serviço. O processo se desenvolveu com tal profusão que permite, hoje, fazer-se generalização quanto aos efeitos da introdução dessa inovação. Grandes redes valorizam a forma associativa, atingem economias de escala notáveis através de seu tamanho e poder de barganha. Por outro lado, os equipamentos tradicionais em número muito superior e com altas taxas de mortalidade, penalizam a população de sua área de atuação com os conhecidos inconvenientes de baixa escala e do alto custo de operação, o que acarreta altos preços aos consumidores de menor renda.

A experiência dos supermercados, entretanto, constitui transposição de um modelo parcial da realidade vigente nos países avançados e poderia fazer crer que a inovação advinda no varejo, pela identidade entre modernidade e eficácia, pudesse minimizar a coexistência do pequeno e grande empreendimento, ambos modernos sob o ponto de vista das técnicas de mercadização que utilizam.

O pequeno e médio varejo representam importante papel social, dada a conveniência de abastecimento para a população de sua área de atuação: o ponto de vendas e como fonte geradora de empregos (tabela 3). Justificado esse papel, justifica-se também o do atacadista, especialmente o diversificado.

TABELA 3

COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ESSENCIAIS CENSO DE 1970

INDICADOR	MAGNITUDE
Nº DE ESTABELECIMENTOS	
. Segmento <i>Tradicional</i>	378.386
. Segmento <i>Moderno</i>	2.936
PESSOAL OCUPADO	
. Segmento <i>Tradicional</i>	608.326
. Segmento <i>Moderno</i>	48.065
EMPREGADOS	
. Segmento <i>Tradicional</i>	147.515
. Segmento <i>Moderno</i>	47.344
VENDAS (Cr\$ em Milhões)	
. Segmento <i>Tradicional</i>	17.422
. Segmento <i>Moderno</i>	4.881

FONTE: FIBGE - Censo 1970

O programa Rede Somar de Abastecimento foi implantado em Vitória a partir de novembro de 1979 com 30 estabelecimentos varejistas filiados, destinados a levar à periferia gêneros alimentícios de boa qualidade a preços melhores. O sistema conta, atualmente, com 56 estabelecimentos, que são atendidos pela Central de Serviços instalada no bairro Laranjeiras, em Carapina, no Município da Serra. Esta Central de Serviços funciona em um galpão alugado, de cerca de 1.500m², estando a receber obras de ampliação por conta da Cobal, apesar de locatária, para 3.000m².

A necessidade e a demanda de estabelecimentos varejistas é muito grande na Grande Vitória, onde cerca de 47% da população foi classificada

como carente* e onde o comércio atacadista se apresenta extremamente anacrônico. Porém a Central de Serviços atualmente em operação tem atuado como estranguladora do sistema, inibindo suas potencialidades.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Observa-se em nosso país uma nítida dualidade no setor de comercialização de gêneros alimentícios e outros gêneros básicos. De um lado, a existência de grandes supermercados, situados sobretudo nos bairros de rendas média e alta, assegura ao consumidor as facilidades do comércio moderno. De outro lado, o pequeno varejo, localizado, principalmente nos bairros periféricos de menor renda, penaliza o consumidor com os notórios inconvenientes, inclusive de preços, desta forma tradicional de comércio**.

Como empresa de abastecimento vinculada ao Governo Federal, consciente da responsabilidade social que deve pautar seu desempenho, o conhecimento dessa distorção na comercialização de alimentos a nível de varejo despertou de imediato no consenso da administração de topo da Cobal, na necessidade de viabilizar formas de corrigir tal situação, evidentemente de modo harmônico com a estratégia global do Governo, de delegar, à iniciativa privada, a execução direta das tarefas inerentes à comercialização.

* ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento/FJSN. *Projeto CPM/CNDU/BIRD - Grande Vitória. Documento básico para definição de projetos.* FJSN, Vitória, 1980.

** JUNQUEIRA, Pêrsio et alü. *Análise comparativa de preços do varejo dos gêneros alimentícios na Capital de São Paulo.* Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Estado da Agricultura de São Paulo, 1972.

Oportunamente, surge o Programa Rede Somar de Abastecimento as como uma solução alternativa para redirecionar a adoção de inovação na distribuição de gêneros básicos. O objetivo do Projeto de Cadeias Voluntárias da Grande Vitória visa entre outras coisas, propiciar a este aglomerado urbano a adoção de um novo canal de distribuição de gêneros essenciais aos pequenos e médios varejistas localizados nas áreas de menor poder aquisitivo, de modo com que este subsetor do comércio consiga obter eficiência e eficácia no papel social que desempenha às populações.

A Rede Somar é operada por uma Central de Serviços, que se dimensiona pelo nível de atendimento e quantidade de Unidade Varejistas integradas ao sistema.

Constitui-se, portanto, a Rede Somar de Abastecimento como sendo o embasamento teórico do canal de distribuição (ver perfil *Expansão da Rede Somar*) e a Central de Serviços a forma de torná-la factível.

A Central de Serviços agrega serviços e mercadorias, esperando ser uma das alternativas das mais viáveis para o revigoramento da função atacadista, dentro de uma sistemática moderna e modernizante, de tal forma que seus efeitos se farão sentir, no fortalecimento do micro, pequeno e médio varejistas.

A Central de Serviços, tem tríplice função:

- fornecer mercadorias, após reunir as linhas de muitos fornecedores em um sortimento básico para os varejistas cadastrados ajustá-lo de maneira a satisfazer a escala de necessidades, racionalizando assim o transporte, mantendo armazenamento em área acessível às unidades de varejo para reduzir níveis de estoque, e, conseqüentemente, as necessidades de capital de giro;
- prestar assistência técnica operacional e gerencial (orientação financeira, creditícia, fiscal, contábil);

- orientar no acesso a financiamento.

Deverá ser construída no Município de Cariacica, em área comprometida pelo CEASA-ES, de 10.000m², a Central de Serviços, de 3,500m² de área construída.

O fortalecimento das organizações menores, certamente causará impacto favorável nos setores mais diversos, inclusive, e principalmente, junto ao consumidor, devido à adoção de medidas destinadas a racionalizar as atividades, minimizando custos e promovendo o ganho da produtividade, o que representa um significativo incremento na demanda total com reflexos diretos na expansão da oferta das fontes provedoras.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Situada no município de Cariacica em área próxima a CEASA-ES, distando aproximadamente 12Km do Centro Urbano de Vitória, definiu-se uma área de 10.000m², prevendo-se desde já uma futura expansão da Central de Serviços que, inicialmente ocupará uma área construída de 3.500m².

Topografia bastante suave e inexistência de solos compressores complementam as características do local, minimizando de maneira acentuada o custo de implantação.

6.2. CARACTERÍSTICAS INFRA-ESTRUTURAIS

Com razoável adensamento populacional na região, a área escolhida, dispõe de redes de abastecimento d'água, esgoto, energia elétrica e telefônica, estando portanto, capacitada a receber a obra proposta.

6.3. CONCEPÇÃO DO SISTEMA CONSTRUTIVO

Destinada a acolher volumes grandes, a Central de Serviços, carece de grande área coberta com maior espaço interno possível.

Como solução funcional, a divisão do espaço interno em 2 níveis, visto a necessidade de ser abrigar a administração, sanitários

e armazenagem, é aquela que melhor convém à utilização da Cen
tral.

Desta forma, o primeiro piso se reservaria a armazenagem, ficando o segundo para a administração e sanitários, proporcionando maior utilização do espaço interno e uma fiscalização bastante eficaz. Externamente, concebeu-se 2 plataformas laterais, cobertas com marquise, destinadas à carga e descarga, com área de manobra e estacionamento.

6.4. MATERIAIS A SEREM EMPREGADOS

a) PISO

- Área de armazenagem: deverá ser de alta resistência, tipo Korodur, com 12cm de espessura, sem polimento, apresentando juntas de dilatação em PVC, de metro em metro, aplicado sobre contrapiso de concreto, com alta resistência.
- Área de administração: piso em material vinílico, tipo PA
VIFLEX.

b) PÉ DIREITO

- Área de armazenagem: 5 metros
- Área de administração: 2,60 metros

c) VEDAÇÃO

- Em alvenaria, revestida com reboco simples com pintura PVA e divisórias de fôrmica industrializadas.

d) SANITÁRIOS

- Serão revestidos com azulejos branco até o teto.

e) ABERTURA

- Em portas de chapa metálica, articuladas e vazadas sob mar
quise de proteção.

f) COBERTURA

- A cobertura da área reservada para a administração, será um teto falso de gesso;
- A cobertura da Central de Serviços será em telhas de amianto, apoiadas em treliças metálicas.

g) ESTIMATIVAS DE CUSTOS DAS OBRAS CIVIS E EQUIPAMENTOS PARA A CENTRAL DE SERVIÇOS DA GRANDE VITÓRIA (Tabela 4)

TABELA 4

OBRAS	SUB-TOTAIS CR\$
01. Serviços gerais	524.862,00
02. Preparo do terreno	773.058,00
03. Fundação	598.122,00
04. Estrutura	3.266.843,00
05. Alvenaria e divisão	1.253.123,00
06. Cobertura	3.502.786,00
07. Esquadrias	1.112.640,00
08. Revestimento	213.715,00
09. Ferragem	206.399,00
10. Vidros	138.340,00
11. Impermeabilização	186.192,00
12. Forro	375.574,00
13. Pavimentação	898.640,00
14. Pintura	615.362,00
15. Urbanização	1.537.041,00
16. Instalações prediais	4.069.258,00
17. Louças, aparelhos etc	120.427,00
18. Diversos	153.971,00
19. Limpeza geral	50.178,00
20. Ligações definitivas	16.725,00
TOTAL	19.140.876,00

ESTIMATIVAS DOS CUSTOS - EQUIPAMENTOS PARA A CENTRAL DE SERVIÇOS DA GRANDE VITÓRIA

DISCRIMINAÇÃO	QUANTID.	Cr% UNITÁRIO	DESC.	IPI.	TOTAL GERAL
- Estrutura metálica para pãlete tipo Drive-through	01 conj.	3.592.753,14	-5%	+10%	3.754.421,92
- Carro hidráulico para pãletes para 2.000kg	10 unid.	17.093,43		+12%	191.455,19
- Carro plataforma capacidade 800kg	08 unid.	6.756,47		+12%	60.545,85
- Pãletes de madeira de 1.000 x 1.200 x 150mm com gravação	3000 Pcs	530,24	-10%	+ 8%	1.550.981,67
- Empilhadeira elétrica -mastro: triplex retrátil, capacidade para 2.000kg, largura total 1.270mm, altura total 16.360mm, mod. ETV. 20-G 115 570 Dz.	02 unid.	1.626.270,40	-8%	+12%	3.351.422,51
- Idem, Idem, mod. ETM 20-G 115 570 dz.	01 unid.	1.626.270,40	-8%	+12%	1.675.708,52
- Mesa de reunião, med. 198 x 118 x 73cm	01 Pc	6.718,21			6.718,21
- Cadeira fixa, estofamento moldado em espuma poliuretano expandido	12 Pcs	1.765,65			21.209,63
- Máquina calculadora Sharp mod. CS - 2156	05 Pcs	6.187,96			30.945,29
- Máquina de escrever elétrica, marca olympia mod. SGE/50	02 Pcs	42.807,38	-20%		86.817,36
- Mesa de madeira p/funcionário med. 1,25x70x74cm, com 3 gavetas	02Pcs	2.733,20			5.466,40
- Mesa de madeira p/chefia, med. 1,60x0,80x74m, com 2 gaveteiros com 3 gavetas cada	02 Pcs	4.028,74			8.057,47
- Mesa de madeira para máquina, med. 0,60x0,50x0,67m	05 Pcs	1.672,72			8.363,59
- Mesa de madeira para telefone	04 Pcs	1.049,55			4.192,73
- Cadeira giratória para funcionário, sem braços, assento e encosto estofados em espuma	05 Pcs	1.568,86			7.855,22
- Cadeira fixa, sem braços, com assento e encosto estofados	02 Pcs	563,04			1.120,61
- Armário de aço com 2 portas, med. 1.960x1.200x500mm	04 Pcs	4.657,37			18.618,56
- Arquivo de aço com 4 gavetas para pastas suspensas	03 Pcs	3.181,44			9.533,40
- Arquivo de aço com 3 gavetas, 2 gavetas duplas	01 Pcs	3.596,89			3.596,89
- Mesa de madeira pau ferro, mod. 185x73x90cm com retaguarda	01 Pcs	5.701,46			5.701,46
- Armario Draux med, 90x67x45cm	01 Pcs	3.553,16			3.553,16
- Poltrona giratória, com assento e encosto estofados e revestidos em courvin estrutura em aço cromado, regulagem altura	01 Pcs	4.531,65			4.531,65
- Poltrona com assento e encosto estofados e revestidos em courvin med. 90x72x73	01 Pcs	10.140,17			10.140,17
- Estante de aço, med 2,50x0,92,042m com 8 prateleiras reguláveis.	02 Pcs	1.475,93			2.957,32
SUB-TOTAL					10.823.903,85

6.5. CUSTOS E FONTES DOS RECURSOS

- RESUMO DOS CUSTOS

Elaboração do projeto	1.421.712,24
Obras civis ¹	19.613.268,28
Equipamentos ²	10.823.903,85
Terreno	5.017.805,35
Pesquisa de mercado e cadastro varejista	334.521,81
Treinamento do pessoal	501.782,72
Estoque inicial	<u>46.414.721,36</u>
CUSTO TOTAL DO PROJETO	84.127.715,61

- DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

¹ Vide cálculo financeiro, discriminado e referente a Obras Ci
vis para a Central de Serviços da Grande Vitória - (Tabela 4).

² Vide discriminação da estimativa dos custos dos equipamentos
para a Central de Serviços da Grande Vitória - (Tabela 5).

- DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

Cr\$ 1 mil

DISCRIMINAÇÃO	USOS	FONTES			TOTAL
		CNPU/BIRD	COBAL	PREFEITURA	
Elaboração do projeto			1.422		1.422
Aquisição do terreno				5.018	5.018
Edificação	19.613				19.613
Equipamentos	10.824				10.824
Treinamento Pessoal			502		502
Pesquisa de mercado e cadastro varejistas			334		334
Estoque inicial				46.415	46.415
TOTAL		30.437	2.258	5.018	46.415
				84.128	84.128

INFRA-ESTRUTURA

PERFIL DE PROJETO

LEGITIMAÇÃO POSSESSÓRIA DA TERRA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE DE PROJETO

Legitimação Possessória da Terra

3. PROJETO COMPONENTE DE SUBPROJETO

Legitimação da Posse da Terra

4. A OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO NA ÁREA DA GRANDE VITÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO PERIFÉRICA

A crescente taxa de urbanização no Estado do Espírito Santo nos últimos 17 (dezessete) anos, conforme dados disponíveis, 28% em 1969, 45% em 1970 e 53% em 1977, indicam sobremaneira a forma como vem se dando a inserção de nosso Estado no processo de inchamento urbano verificado no País. O êxodo rural que vem se agravando, o inchamento do pólo urbano mais importante no Estado - a área da Grande Vitória - a deterioração progressiva do poder aquisitivo dos salários das classes subalternas e outros problemas sócio-econômicos, que têm suas raízes no modelo estrutural de apropriação do espaço urbano e rural, são, em última análise, os fatores responsáveis pela marginalidade urbana em nosso Estado, que contempla, hoje, só na Grande Vitória cerca de 262.000 pessoas, perto de 47% da população total da conurbação. Neste sentido, a crise urbana vivida hoje no Estado do Espírito Santo, por certo em menor escala do que em outros estados mais nem por isso menos alarmante,

não necessita hoje de complexos e sofisticados estudos matemáticos, estatísticos e econométricos para ser dada como irrecusável. Querer hoje expressar tão somente o problema da *pobreza urbana* em termos numéricos quantitativos, bem como declinar longamente sobre suas causas estruturais, não passa de um exercício acadêmico para provar o *óbvio*.

A pobreza que impera hoje em larga medida nos aglomerados urbanos brasileiros, vem se materializar na sua forma mais dramática nas precárias condições de habitação.

A carência de moradias agravada pelas diversas formas de subabitação e pelo baixo nível de oportunidades de emprego, bem como a estrutura salarial, afetam diretamente as ditas *camadas populares*. Para estas, a habitação vem sendo até hoje sinônimo de abrigo primitivo. A palhoça ou a choupana no campo, o barraco, a maloca, a casa de estuque ou o mocambo nas favelas dos grandes centros urbanos. A esses brasileiros, segundo informações mais confiáveis perto de 45 milhões, vem faltando o mais elementar padrão de residência. Até hoje, desconhece o que seja uma casa na verdadeira acepção do termo, capaz de acolher e ambientar a vida familiar, dotada de água, luz, esgoto, iluminação e demais serviços básicos.

A conformação urbana de nossas cidades, hoje é resultante da maximização do *tirar partido*, por parte dos grupos econômicos dominantes, das situações tidas como irregulares do ponto de vista da propriedade do solo e boa localização urbanística de determinadas áreas em nossas cidades. As relações funcionais oriundas do locus citadino entre produção, espaço e estrutura social de classes é, a princípio, um quadro confuso e multifacetado, ocasionando pela própria expansão capitalista no meio urbano, expansão esta que vem se encarregando de fazer a transposição de todas as lógicas referentes à necessidade de acumulação do capital, interligando no urbano a produção e circulação de mercadorias

com propriedade fundiária e o controle real do uso do solo.

Assim é que assistimos a um aumento cada vez maior do controle do uso do solo nos núcleos urbanos, que redundam como sua mais grave consequência na segregação de partes consideráveis da população no espaço da cidade. As áreas urbanas mais centrais e mais acessíveis, melhor servidas por facilidades urbanísticas, são mais disputadas pelas atividades de produção mais fortes e pelos usos mais nobres, tornando-se boas demais para os pobres, o que leva a remoções de populações para locais mais distantes e menos servidos.

No complexo quadro da urbanização no Brasil, de hoje, no qual o Aglomerado Grande Vitória, não foge a regra, todos sabemos que a utilização de determinados serviços estão teoricamente generalizados ao alcance da maioria da população. Mas o problema está em que esta utilização depende da localização dos serviços urbanos no território da cidade. Em geral, estes serviços encontram-se no centro e nas áreas mais antigas, o que faz com que o valor de troca do solo nestas áreas privilegiadas atinjam níveis muito altos. Na competição entre ricos e pobres pela ocupação das áreas bem servidas por transporte público, esgoto, iluminação pública etc, os primeiros, na maioria das vezes, ganham e expulsam os últimos para a periferia, onde tais serviços inexistem ou para áreas desvalorizadas por estas estarem sujeitas às enchentes, ou por se situarem em encostas de morros, nas proximidades de depósitos municipais de lixo, nas áreas de mangue. Como exemplo, cabe citar que dentre os 82 (oitenta e dois) Aglomerados de subabitações existentes nos quatro municípios da área da Grande Vitória - Vila Velha, Cariacica, Serra e Vitória -, 47% estão localizados em áreas de mangue e baixadas alagadiças e, 52% em morros ou encostas de morros, sujeito a desbarramentos constantes. Por estas razões, todas razoavelmente conhecidas, mais sempre necessitadas de serem lembradas, é que a questão da posse da terra no território urbano, para populações periféricas, alcança um significado fundamentalmente importante e prioritário no que se refere

a qualquer medida ou proposta de urbanização voltadas para estas.

Em todos os países de economia capitalista e em especial nas cidades de países em desenvolvimento - como o Brasil - a propriedade privada do solo urbano dá lugar a um mercado, no qual a *acessibilidade* aos serviços passa ter um preço, sob a forma de aluguel ou *valor* dos imóveis. Preço este, praticamente inacessível ao bolso dos pobres.

As condições que determinam a localização de um assentamento subnormal em uma determinada área da cidade, é o custo baixo, ou quase igual a zero, inicial do terreno, pela invasão de propriedades particulares não exploradas de terceiros, de terras aparentemente abandonadas de propriedade do Estado ou das Prefeituras e pela ocupação irregular de áreas do Domínio da União, normalmente os mangues. Conforme informações coletadas pela Fundação Jones dos Santos Neves, em 1979, nos 82 assentamentos urbanos subnormais existentes na área da Grande Vitória, a distribuição das áreas onde reside a população urbana marginalizada de nossa cidade estava assim distribuída (ver tabela 1).

Verifica-se, assim, que cerca de 41% dos aglomerados de subabitação das áreas da Grande Vitória, localizaram-se em áreas de propriedade particular de terceiros. Esta situação vem a indicar que a estocagem de terras particulares na aglomeração, com a intenção velada de grupos ou *latifundiários urbanos* de beneficiarem-se dos melhoramentos do Poder Público, melhorando assim em escala geométrica o valor dos seus terrenos vazios remanescentes dentro de um processo de especulação imobiliária, sem adicional nenhum de investimentos, criou o seu contrário. O uso da invasão destes terrenos por parte da população carente é um claro indicio do quanto é profundamente desigual a estrutura fundiária urbana existente. Este dado vem confirmar que no atual modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, aos pobres é cada vez mais vedado e controlado o acesso à moradia nos centros das cidades. Ficam-lhes, portanto, vedadas as vantagens de morar em lugares bem servidos

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS POR CATEGORIA DE ÁREA OCUPADA

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS								SOMATÓRIO Σ	
	VILA VELHA		VITÓRIA		CARIACICA		SERRA		04 MUNICÍPIOS	
	VALOR RELATIVO	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO	Nº AGLO- MERADOS
Áreas invadidas de terrenos do domínio da união (denominados acréscidos da Marinha)	26%	09	25%	08	8%	01	-	-	22%	18
Invasões de terras abandonadas da Prefeitura Municipal	9%	03	34,38%	11	8%	01	25%	01	20%	16
Invasões de propriedades particulares não exploradas	50%	17	19%	06	84%	10	25%	01	41%	34
Invasões de terras abandonadas do Estado	-	-	15,62%	05	-	-	25%	01	7%	06
Áreas invadidas de propriedade duvidosa ou litigiosa	15%	05	6%	02	-	-	25%	01	10%	08
TOTAL	100,00	34	100,00	32	100,00	12	100,00	12	100,00	82

por infra-estrutura básica, equipamentos e serviços urbanos.

Nesse contexto, é perfeitamente compreensível que se assista, hoje, na área da Grande Vitória, proliferação de questões judiciais de despejo.

Nos últimos dois anos na área da Grande Vitória têm sido constantes e sucessivos os casos de invasões de área de terras particulares, por populares, na sua maioria migrantes vindos do interior ou fugindo de aluguéis altos em bairros pobres. Em consequência também têm proliferado os despejos ou as ações tecnicamente chamadas de *Reintegração da Posse*. Pelos canais abaixo citados, coletados de informações de moradores e de instituições normalmente voltadas para tais casos, como a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, verificamos como o problema fundiário é grave na conurbação de Vitória.

TABELA 2

PERÍODO	EVENTOS	MUNICÍPIOS	Nº FAMÍLIAS
junho/77	Despejo da favela Salamim	Vila Velha	500
Maio/78	Despejo em Itararé	Vitória	150
Julho/78	Invasão de Sossêgo	Serra	1.200
Agosto/78	Despejo em Concheiras	Serra	800
Março/79	Invasão Ilha dos Ayres	Vila Velha	200
Abril/79	Invasão de Flexal	Cariacica	2.000
Maio/79	Invasão e despejo em Alecrim	Vila Velha	1.000
Junho/79	Despejo Colônia Pesca Itapoã	Vila Velha	80
Setembro/79	Despejo de Santa Mônica	Vila Velha	60
Abril/80	Invasão Rio Bonito	Cariacica	1.500
Maio/80	Invasão em Rosa da Penha	Cariacica	40

Por este breve quadro, verifica-se que num período de pouco mais de dois anos, cerca de 7.530 (sete mil e quinhentos e trinta) famílias, ou 37.650 (trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta) pessoas foram vítimas de despejos ou procederam invasões;

Todos estes problemas evidenciam que, a apropriação privada do solo urbano marginaliza dos benefícios e dos direitos inalienáveis à pessoa humana grande parcela da população da área da Grande Vitória.

Assim é que cientes do quadro fundiário da Aglomeração, compreendemos que a regularização da posse da terra é fundamental para o êxito de intervenções em assentamentos subnormais. Por conseguinte, é que neste contexto propomos ações de regularização fundiária adiante descritas, nas áreas escolhidas como população-alvo do programa CPM-BIRD. Tais ações procurarão contemplar os seguintes aspectos:

- . aquisição ou desapropriação por parte do Estado ou Municípios de terrenos ocupados irregularmente pela população carente, de propriedade de terceiros;
- . legalização das áreas de domínio da União, através de procedimentos, visando fornecer aos moradores a Inscrição Permanente ou a Cessão Gratuita através do Decreto-Lei nº 178, de 16.02.67 às Prefeituras Municipais;
- . utilização do instrumento veiculado no Código Civil Brasileiro, denominado de Usucapião nas áreas em que a ocupação exceda a mais de 20 anos e que seja de propriedade de terceiros;
- . aforamente ou contrato sob Enfitese por parte do Estado ou Município das áreas de sua propriedade ocupadas pelos Assentamentos.

Para caracterizar as áreas objeto desta Ação de Legitimação Possessória dentro do Subprojeto Vitória, passaremos a seguir, a descrever o

processo de ocupação ocorrido nestas áreas, bem como sua atual situação jurídica, para em seguida detalhar e instruir melhor os instrumentos jurídicos encontrados e considerados adequados para solução do problema.

5. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL DOS TERRENOS

5.1. ASSENTAMENTO MARIA ORTIZ

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O assentamento urbano subnormal Maria Ortiz está localizado ao Norte do centro urbano de Vitória, limitando-se ao Sul com o bairro Jabour e Conjuntos Habitacionais construídos pela COHAB denominados Solon Borges e Antônio Honório, além de áreas livres devolutas de propriedades particular.

A Leste com a Avenida Milton de Castro Mathias que desemboca na Avenida Fernando Ferrari, denominada BR-101 (Norte). Ao Norte e a Oeste, o assentamento margeia-se com a linha de alta tensão da ESCELSA, que impõe uma zona limítrofe à expansão da área.

O assentamento é localizado em uma área relativamente valorizada no centro de Vitória, perto do Aeroporto Estadual que teve como início do seu processo de ocupação o aspecto econômico. Perto de uma população de renda relativamente alta em comparação com a da sua população, Maria Ortiz surgiu como resultado de uma prática executada pela Prefeitura Municipal de Vitória, denominado de Aterro Sanitário, com vistas a criação de terrenos consolidados em áreas de manguezal, para no âmbito da ação municipal, estes terrenos servirem como depósito de lixo da aglomeração.

Em face do rigoroso incremento populacional ocorrido desde os anos 60 na Aglomeração, em virtude da política de erradicação dos cafezais, tais áreas de manguezal se apresentaram como soluções atrativas para as populações de baixa renda, migrantes, em termos de moradia, alimentação e auxílio na atividade econômica, precisamente por causa do caráter de informalidade que caracteriza tais assentamentos.

Portanto, o depósito de lixo e a ocupação dos terrenos pela população com o apoio institucional marcam os elementos que caracterizam o assentamento de Maria Ortiz, configurando-o como área econômica e socialmente marginalizada.

A prática do aterro sanitário em Maria Ortiz e em outras áreas adjacentes ocorreu por volta de 1970, tendo pois, o assentamento, devido ao seu tempo de ocupação, cerca de 10 (dez) anos, encontrando-se dentro dos critérios adotados, no grau dois de consolidação.

O assentamento de Maria Ortiz possui hoje, cerca de 6.500 pessoas ocupando uma área de 33,2ha, com uma densidade de 195hab/ha.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

Tratando-se de uma área de mangue, localizada numa profundidade média de trinta e três metros, medidos horizontalmente para parte da terra e contando com uma área de terrenos tomados por aterros artificiais para o lado do mar, a área de Maria Ortiz é considerada como *terrenos acrescidos de marinha*, estando sob a administração do Serviço do Patrimônio da União e fiscalizada sua ocupação pela Capitania dos Portos do Espírito Santo.

Normalmente os terrenos são oriundos do aterro do lixo, apresentando-se planos mais extremamente móveis, uma vez que, o tipo do aterro efetuado não ajudou a compactação efetiva da terra, apesar de situarem-se, devido ao mesmo aterro, acima do nível da maré mais baixa.

Como já foi dito, a ocupação da área se deu por invasão incentivada dos terrenos de marinha, caracterizando no momento atual, a situação de total irregularidade dos atuais ocupantes.

Numa pesquisa realizada em outubro de 1978, neste assentamento po de-se quantificar a situação de irregularidade dos terrenos. Foi verificado por esta pesquisa que, 40% dos moradores compraram o direito de posse de outros posseiros mais antigos, sem atentar pa ra o fato de que a posse permanente só é garantida por inscrição legal do Serviço do Patrimônio da União. Dos que compraram o ter reno de terceiros, apenas 5% têm um recibo correspondente. Esta situação se dá porque é prática comum no assentamento vender os lotes sem passar recibos. Cerca de 20% dos moradores não tem qualquer documento e os restantes possuem outros documentos, en tre os quais se incluem autorizações escritas de vereadores muni cipais, fiscais da Prefeitura etc.

Entretanto, por motivos de influência política, conseguiram títu lo de aforamento, o que lhes dá direito à transferência, sucessão e títulos registrados legalmente no Cartório de Imóveis, repre sentando 0,91% da população.

Pelo que se vê, as transações efetivadas no assentamento são to das irregulares. Desta forma, todos os recibos de compra e venda que passam entre os posseiros, não têm nenhum valor legal. Além disso, há que se destacar que entre outras formas usuais de uso e transferência do terreno, existe a prática de locação e subloca ção dos terrenos por prazo determinados, por exemplo, de 1 a 2 anos. Como foi citado, na área a tarefa de fiscalização pertence à Marinha, através da Capitania dos Portos. O poder de regulari zação da terra fica por conta do Patrimônio da União e a fixação dos lotes e localização de novos moradores é feita no âmbito da Prefeitura Municipal, apesar de não se tratar de área de sua pro priedade. Esta situação confunde bastante a população, quando se trata de saber quem realmente detém o poder legal para parti

lhar, fiscalizar e regularizar os terrenos na região. Como não existe na área integração entre os órgãos interessados e envolvidos na questão, a tendência é que com a intensa mobilidade e transferência dos lotes a situação vai agravando-se. Segundo informações coletadas entre os próprios moradores por pesquisa direta, a origem da propriedade dos terrenos alegada pela população é assim distribuída:

- . 40% - compraram posse de outros;
- . 12% - invadiram;
- . 14% - receberam autorização de ocupação dada pela Prefeitura;
- . 6% - providenciaram inscrição precária de posse;
- . 1% - conseguiram título de aforamento;
- . 27% - não são proprietários e não obtiveram o terreno por nenhum dos instrumentos citados.

Nesta distribuição, percebe-se que 39% da população é constituída no linguajar comum de *invasores*.

A posse legítima dos terrenos deste assentamento por parte de seus moradores é uma questão de fundamental importância, pois é da legalização da situação jurídica atual que advirá uma maior segurança social e uma estabilidade patrimonial para a população.

c) SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS

O assentamento Maria Ortiz conta com 1.300 unidades habitacionais, com cerca de 95% constituída de madeira e, apenas 5% de alvenaria, e 66% dos imóveis possuindo 3 a 5 cômodos.

Em geral, os barracos são erguidos sem Alvará de Licença e sem obedecer aos critérios gerais constantes do Código de Edificação.

Isto se dá pela forma desordenada como se realizou a ocupação no interior das quadras, inteiramente ao sabor das conveniências e possibilidades de cada ocupante de terreno, sem sofrer qualquer fiscalização pela Secretaria de Obras da Prefeitura, a não ser no aspecto de preservar o limite entre a via pública e as áreas de uso privado.

A maioria dos ocupantes tem casa *própria*, representando cerca de 75% do total, enquanto apenas 18% reside em imóveis alugados, e 7% permanece nas categorias *cedidos* e *emprestados*.

Há de destacar também o fato de existir a locação dos imóveis por parte de terceiros que não residem na área. O valor médio dos aluguéis oscila entre 1.500 a 2.500,00 mensais. Isto indica que, apesar de tudo, os constantes aterros levados a efeito pela municipalidade, conseguem valorizar os imóveis, na medida em que estes vão ficando mais distantes do mangue. Existem transações de lotes, com barracos de área inferior a 25m², que chegam a alcançar preços que variam entre 150 a 300 mil cruzeiros com um preço médio por m² de 200 cruzeiros em terrenos que medem entre 120 a 400m².

Constata-se, finalmente, que grande parte dos parcelamentos de terrenos e das edificações realizadas no interior dos lotes foi detectada pela Prefeitura, existindo a obrigatoriedade da averbação dos barracos para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial.

5.2. ASSENTAMENTO PORTO SANTANA

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento Porto Santana, antiga Fazenda *São João*, foi vendido à Prefeitura Municipal de Vitória, em 1913, pelo Sr. Francisco Cardoso de Oliveira.

Embora tenha sido vendido em 1913, o processo de ocupação se verificou a 16 anos atrás, apesar de alguns moradores do Assentamento Porto Santana, chegarem a viver aí há cerca de 20 anos.

A situação dos moradores do Assentamento Porto Santana continua indefinida em relação aos seus terrenos, uma vez que o Assentamento está localizado no Município de Cariacica, pertencendo à Prefeitura Municipal de Vitória. Isto faz com que os moradores fiquem confusos, pois, nenhuma das duas prefeituras tomam a iniciativa de esclarecer a situação para os moradores, e estes não sabem a quem recorrer.

Na verdade, o Assentamento Porto Santana deve ser regularizado pela Prefeitura Municipal de Vitória, que é a proprietária da área, e, ficando sob a jurisdição do Município de Cariacica, que é onde se localiza.

b) OS TERRENOS

Em 1969, o Prefeito Setembrino Edwaldo Netto Pelissari, instituiu a Lei nº 1929, de 24 de janeiro de 1960, regulamentada pelo Decreto nº 4894, de 23 de fevereiro de 1970, com o objetivo de legalizar a situação dos terrenos para os moradores de Porto Santana.

Através desta lei, os moradores poderiam adquirir os seus terrenos, com a escritura definitiva de posse, no valor de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o metro quadrado, podendo ser pago de uma só vez, ou parceladamente, até o limite de 48 (quarenta e oito) prestações mensais de igual valor.

Na gestão do Prefeito Wander José Bassini, surgiu a Lei nº 2573 de 03 de janeiro de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 5996, de 05 de março de 1979, alterando a Lei nº 1929, de 14 de janeiro de 1969, no que dizia respeito às condições de pagamento. Esta lei atual, estabelece que, o pagamento poderá ser feito de uma só vez, ou, com parcelamento de até 24 (vinte e quatro) prestações mensais de igual valor.

Encontra-se em vigor a Lei nº 2573, de 03 de janeiro de 1979, porém, por falta de orientação, 90% dos moradores do Assentamento Porto Santana, ainda não fizeram uso desta lei, não possuindo ainda a sua escritura de posse.

O atual prefeito de Vitória, pretende alterar a lei supra, com referência ao preço do metro quadrado que, ao invés de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o metro quadrado, passará a ter um preço por metro quadrado baseado no valor da Unidade Fiscal do Município de Vitória (U.F.M.V.), que é de Cr\$ 1.520,00 (hum mil e quinhentos e vinte cruzeiros). Segundo esta proposta de lei em estudo, pelo Executivo Municipal de Vitória, o preço do metro quadrado dos terrenos planos passará a valer 5% da U.F.M.V., ou seja, Cr\$ 76,00 (setenta e seis cruzeiros) e, o metro quadrado dos terrenos acidentados, 2% da U.F.M.V. que passará a valer Cr\$ 30,40 (trinta cruzeiros e quarenta centavos).

Embora a maioria dos moradores encontrar-se com a situação de seus terrenos irregular, é muito comum as negociações entre es

tes, com valores atingindo até Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) em terrenos que variam entre 60 a 270 metros quadrados, com uma área média de 120 metros quadrados.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

O Assentamento Porto Santaña possui 4.000 habitações, numa área de 101ha. O número de habitantes está em torno de 20.000 numa densidade de 198 habitantes por hectares.

Do total de residências, 86% das casas são próprias e 14% são alugadas.

5.3. ASSENTAMENTO SANTA TEREZA: MORRO DO CABRAL, MORRO DA CHAPADA E MORRO DE SANTA TEREZA

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento Santa Tereza, antiga Fazenda *Santo Antônio*, pertencia ao Estado do Espírito Santo. Em 1940, foi vendida uma área de 100ha ao Sr. Germano Meyer. Em 1946, o Sr. Germano Meyer vendeu 25ha da área de Santa Tereza ao Sr. Manoel Rosindo. Em 1947, o Sr. Manoel Rosindo vende 12,5ha ao Sr. Manoel Moreira Camargo. Em 1948, o Sr. Germano Meyer vendeu 25ha ao Sr. Manoel Moreira Camargo.

Assim, vimos que o Sr. Germano Mayer é possuidor de 50ha, o Sr. Manoel Rosindo 12,5ha e, finalmente, o Sr. Manoel Moreira Camargo é possuidor de 37,5ha. Todavia, ainda não foi identificada qual a extensão de terra existente no Conjunto de Santa Tereza, apesar

de estar incluído nos 100ha, presume-se que estes 100ha vendidos pelo Estado do Espírito Santo em 1940, antiga fazenda *Santo Antônio*, atualmente é o denominado bairro Santo Antônio.

Será feito a nível de anti-projeto uma pesquisa para que tenhamos a medida em hectares, somente do conjunto de Santa Tereza, identificando também os atuais proprietários.

b) OS TERRENOS

Os atuais moradores do Conjunto de Santa Tereza, em sua maioria foram os primeiros ocupantes, possuindo 25 anos de moradia.

Tratando-se de terrenos particulares, o regime adotado, pelos proprietários aos ocupantes de suas terras, foi de aforamento. Os moradores pagavam uma certa quantia por mês e recebiam em troca um comprovante do pagamento do foro sem nenhum valor jurídico.

Com o falecimento de um dos proprietários, o Sr. Manoel Rosindo, há cerca de 5 anos, os moradores do Assentamento do Conjunto de Santa Tereza deixaram de efetuar o pagamento mensal, pois, ignoram a quem devam pagar. O Sr. Manoel Moreira Camargo também deixou de cobrar aforamento, impossibilitando assim, uma estabilidade para os moradores, que esperam uma solução no que tange à legalização da posse nos terrenos que ocupam.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

O Conjunto de Santa Tereza atualmente, possui 1.600 habitações, numa área de 22,7ha, com uma densidade de 352,4hab/ha.

Sua população está em torno de 8.000, 90% em casas próprias e 14% em alugadas.

Quanto ao material usado nas construções das residências no conjunto de Santa Tereza é de aproximadamente 80% em alvenaria e 20% em madeira.

Quanto ao Imposto Predial pago à Prefeitura Municipal de Vitória, existem uma minoria de residências averbadas e, conseqüentemente a maioria dos moradores não paga Imposto Predial.

O valor do Imposto Predial pago pelos moradores está em torno de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) mensais.

5.4. AGLOMERADO SANTA RITA

O Aglomerado Santa Rita é constituído dos seguintes Assentamentos:

- . Ilha da Conceição;
- . Ilha das Goiabeiras;
- . Pedra dos Búzios;
- . Vila Garrido;
- . Alecrim;
- . Santa Rita;
- . Capuaba.

Este Aglomerado conta hoje com uma população em torno de 40 mil habitantes distribuída numa área de cerca de 178ha, com uma densidade bruta estimada de 220 habitantes por hectare e é situado no Município de Vila Velha.

Como consequência do tipo de conformação do Aglomerado que é cortado transversalmente pelo sistema de mangue, que é o escoamento da baía Sul de Vitória, através do Canal de Aribiri, o Aglomerado possui 90%

de sua área baixa e amplamente alagável sob influência da maré. Tal situação vem configurar os terrenos desse Aglomerado como desfavoráveis à urbanização. Isso fez com que o preço da terra nesta área fosse inicialmente baixo, tornando-se uma área preferencial por sua característica para populações de baixa renda, que vêm-se obrigadas a sacrificarem sem outra alternativa, a sua já precária qualidade de vida urbana para dispor de um local barato onde morar. Situação esta que, no momento atual apresenta sinais sensíveis de mudança, em face da valorização. Com exceção do assentamento de Vila Garrido, nos outros assentamentos as condições jurídicas de propriedade do terreno são irregulares, pois seis dos sete assentamentos que compõem o aglomerado são constituídos de terrenos *acrescidos de Marinha*, sob administração do Serviço do Patrimônio da União, em geral invadidos e/ou aforados.

O Aglomerado é cortado em seu limite Norte pela Estrada Jerônimo Monteiro, antiga ligação dos centros de Vila Velha e Vitória, por meio de bondes. Ao Sul, é limitado pela Estrada Antiga de Vila Velha que formava a antiga ligação dos bairros São Torquato e Cobi, com os bairros de Ataíde e Aribiri, ainda hoje de tráfego difícil por atravessar longos trechos alagáveis.

O Aglomerado é também tangenciado pelo Sudeste pela Rodovia Carlos Lindemberg onde os acessos aos bairros se faz com muita dificuldade, uma vez que, todos os bairros deste aglomerado estão situados à esquerda desta Rodovia no sentido Vitória-Vila Velha, o que faz com que a malha urbana não foi adequada a esse novo setor estruturante. A Leste a área é limitada pela Estrada de Capuaba, que representa a ligação rodo/ferroviária de escoamento de cargas da Portobrás para o Porto de Capuaba, ligação que vêm a compor o chamado Corredor de Exportação.

Pelos limites em que está circunscrita a área, é fácil observar que a intensa especulação imobiliária que vem caracterizando ultimamente o processo de ocupação do espaço na área da Grande Vitória, começa a influenciar o aglomerado, valorizando-o e tornando-o atrativo economicamente, do ponto de vista das imobiliárias, tendo sido classificado como uma área *nobre*. A intenção de grupos imobiliários em comprarem a área, informação fornecida por moradores já procurados por corretores, indica de uma forma bem palpável que o rápido crescimento do valor de troca dos terrenos ali situados, já não permitirá mais que estas áreas *bóas demais* possam continuar sendo utilizadas pelos pobres.

Para uma melhor identificação das áreas que compõem este aglomerado, passaremos a seguir, a descrevê-los, um por um, buscando caracterizar o processo de ocupação de cada assentamento, a situação atual jurídica dos terrenos e a situação dos imóveis residenciais.

- ASSENTAMENTO ALECRIM

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O assentamento urbano subnormal de Alecrim, iniciou-se há mais ou menos 30 anos por invasão de terrenos que pertenciam originariamente ao Domínio da União. Uma parte da área que compõem o bairro, ou seja, os terrenos localizados no lado Leste do canal que corta o bairro foram cedidos pelo SPU a um loteador particular, que vendeu os lotes a antigos moradores, embora sem passar escritura legal de posse e tampouco o registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis do Município. Com o êxodo rural em grande massa para a área da Grande Vitória, o assentamento recebeu a partir da década de 60, muitos novos moradores, que invadiram os terrenos remanescentes do loteamento e o restante da área do Domínio da União.

A maioria dos habitantes de Alecrim tem sua origem no interior do Espírito Santo (60%) atraídos pela esperança de melhores condições de vida e de um emprego que lhe dê o sustento para a família e garantias que possuíam no interior.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

A maioria dos ocupantes do Assentamento de Alecrim negam sistematicamente que moram em terrenos invadidos, isto porque indagados sobre origem da propriedade do terreno, numa pesquisa efetuada pela FJSN em maio/79, 64% dos moradores responderam que compraram o terreno de outros posseiros, enquanto apenas 27% reconheceram os terrenos como sendo de Marinha, não assumindo, portanto, a condição de *invasores*.

Esta atitude da população é explicado porque a mesma tem conhecimento de que em alguns casos a ocupação foi permitida pela Prefeitura do Município, o que confere aos olhos dos moradores um caráter legal à ocupação. Além deste aspecto, outra constatação pode ser deduzida desta negativa em admitir a denominação de invadidos, que se resume na atitude defensiva da população. Se os moradores aceitam que os terrenos foram por eles invadidos, admitem também que são passíveis de despejo e que não tem direito à posse.

Na verdade, do ponto de vista jurídica, os moradores encontram-se em situação irregular quanto a posse dos terrenos. Nesta mesma pesquisa citada anteriormente, constatou-se que 60% não têm nenhuma documentação e moram no lote há menos de 6 anos. Apenas 40% são inscritos como ocupantes precários e estes já moram de 15 a 20 anos no lote. Contudo, vale ressaltar que tal inscrição precária não confere o direito de posse, uma vez que, a

mesma pode ser suspensa a qualquer momento pelo Domínio da União, com única diferença de uma vez possuidores de tal inscrição, estes moradores seriam notificados em caso de cancelamento ou despejo num prazo de 90 (noventa) a 120 (cento e vinte) dias. Na verdade, o que os moradores obtêm com a inscrição precária é a obrigação de pagar anualmente uma taxa correspondente a 1% do valor do domínio pleno (valor venal) estabelecida pelo Serviço do Patrimônio da União.

A situação de tais moradores que obtiveram tal inscrição é relativamente privilegiada em relação ao restante dos ocupantes. Uma vez que este documento só é obtido no SPU mediante a apresentação de comprovantes de Impostos Prediais pagos desde o início da ocupação. Esta exigência feita pelo SPU impede este mínimo de legalização da posse possível aos moradores, uma vez que apenas 44% dos moradores afirmaram estar com seus imóveis averbados e pagando por conseguinte o imposto. Neste sentido, a ação de legalização de posse dos terrenos deste assentamento, bem como dos de Santa Rita que lhe é similar, envolverá um levantamento minucioso de toda situação fundiária, para pleitear junto ao Serviço Patrimônio da União em integração com o Poder Público Municipal uma ação que contemple definitivamente a posse juridicamente legal dos moradores.

c) SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS

O assentamento de Alecrim possui hoje, cerca de 1.200 habitações, com uma população de 6.000 habitantes ocupando uma área de 26ha, com uma densidade populacional estimada em 230 habitantes por hectare. Cerca de 90% das habitações são construídas em madeira, representando 1.080 barracos. Cerca de 70% das casas têm apenas 2 (dois) cômodos, sendo registrado uma média

de cinco pessoas por casa. Das habitações em madeira, cerca de 66% estão em péssimo estado de conservação, considerando-se regular apenas 34%. Cabe, ressaltar que a relação existente entre o estado das casas e o número de pessoas que percebam de meio a dois salários mínimos regionais indica que os proprietários de tais casas não têm condições de realizar melhorias em seus barracos.

Em Alecrim, cerca de 66% dos moradores têm casa própria (barracos), 26% são alugadas e 8% encontram-se na situação de casas cedidas e emprestadas. Quem possui casa própria percebe renda mensal de meio a dois salários mínimos regionais. Esta situação indica que o morador deste assentamento o faz porque é mais econômico possuir um barraco precário numa área como de Alecrim, do que pagar um aluguel alto já não mais compatível com a renda num bairro melhor.

Sob este aspecto, é importante considerar que aquilo que possibilita a população residir em tais assentamentos é este caráter de informalidade ou marginalidade legal. Um morador de *favela* aí mora porque precisamente não precisa pagar impostos, taxas de ocupação de terreno, taxas de lixo, elevadas taxas de água e luz e outras taxas municipais. Uma ação de urbanização poderá levar esta população a ser deslocada para outros locais, no momento em que tiver de entrar na dita *legalidade fiscal*.

- ASSENTAMENTO SANTA RITA

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento urbano subnormal de Santa Rita iniciou-se em 1962, na gestão do então Prefeito Municipal, Tuffi Nader, pros

seguindo em 1965, na Administração do Prefeito Américo Bernardes da Silveira, que é o atual Prefeito.

No início, a ocupação da área era feita por invasões autorizadas pela Prefeitura Municipal de Vila Velha. Neste período por iniciativa do próprio executivo municipal com autorização do Domínio da União, ao qual pertence a área, foi elaborada uma planta primária de urbanização com repartição de lotes em cima da água. Esta planta permitiu uma ocupação do manguezal de uma forma relativamente ordenada, o que pode se constatar até hoje. As pessoas necessitadas, geralmente gente muito pobre chegadas recentemente do interior procuravam o prefeito municipal que emita um *bilhete* ao topógrafo residente em Santa Rita, que por sua vez indicava ao pretense morador o lote que iria ocupar. Este procedimento articulado permitia ao Executivo Municipal ter um relativo controle sobre expansão da área. Devido ao rápido crescimento da ocupação, tal procedimento foi deixando de ser executado, o que ocasiona hoje, por exemplo, o desconhecimento do próprio Prefeito da situação do Assentamento.

Há cerca de um ano atrás, vários migrantes começaram a ocupar a Ilha de Santa Rita, no outro lado do canal que corta o assentamento, até então desocupado. Nesta ilha, que constitui a parte mais recente do assentamento, residem 40% da população que é a mais recente do bairro. Os barracos são todos de palafitas e em péssimas condições habitacionais.

A ocupação desta ilha veio em consequência da evasão rural ocorrida nos Municípios de Linhares, Colatina e Baixo Guadú, no Espírito Santo e Aimorês em Minas Gerais, por motivo das enchentes que assolaram este Estado no ano passado.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

Os terrenos do Assentamento Santa Rita considerados *terrenos acrescidos de Marinha* por que são formados naturalmente para o lado da maré, através do Canal do Rio Aribiri, que desemboca na baía Sul de Vitória. Assim sendo, pertencem ao Domínio da União considerando-se terrenos de Marinha.

Na sua totalidade, estes terrenos foram invadidos por pessoas sob custódia do município, como já foi citado anteriormente, que não possuem nenhum documento de valor legal permanente, mais que normalmente efetuam transações inter-posseiros, através de recibos de compra, sem também ter valor jurídico de posse.

Na situação atual do assentamento, quanto a legalização jurídica da posse da terra, pesam dois fatores importantes. O primeiro, está diretamente relacionado com a capacidade de pagamento da população, pois que cerca de 60% da população economicamente ativa do assentamento, isto é, daqueles que trabalham que são 3.529 pessoas, ganham de meio a um salário mínimo. Isto acarreta o fato de que a grande maioria não tem possibilidades de arcar com um custo de legalização dos seus lotes em valores muito altos, o que explica por exemplo o fato de que apenas 20% dos moradores tem averbação de imóveis na prefeitura. O segundo aspecto se relaciona com a participação ativa dos moradores. Mesmo de uma forma precária e a um preço acessível, a população local está encaminhando através de uma comissão de defesa da moradia, ações no sentido de efetivar a posse.

Para legalização destes terrenos, segundo informações dos moradores que pertencem a esta comissão são exigidos documentos, entre estes: requerimento da prefeitura, planta de situação do lote, recibo de venda, recebimento do imposto predial, requeri

mento no SPU e pagamento da taxa de ocupação (que varia entre um a 5% do valor do terreno).

Estes dois aspectos, renda e participação popular, na situação atual de total irregularidade, pesarão fundamentalmente na ação jurídica a ser desenvolvida no local pelo programa, com vista a legalização.

Acrescente-se a isto o fato de que muitos dos moradores atuais não pagam a tal taxa de ocupação, o que lhes permite sobreviver sem pagar aluguel.

Contudo, seja um número inexpressivo de moradores que pagam a taxa, estes o fazem por uma obrigação legal por terem construído a casa em alvenaria ou por terem aterrado o terreno.

A Prefeitura Municipal de Vila Velha, no que tange hoje a situação dos moradores da área, não tem aceitado a transferência dos barracos; continuando a taxar indiscriminadamente os imóveis em nome dos antigos ocupantes e cobrando taxas altas, por exemplo no valor de Cr\$ 400,00 para uma Certidão de Benfeitoria. Para a solução do problema dos terrenos no assentamento, será evidentemente necessário um trabalho de mobilização e envolvimento do Executivo Municipal para que este possa adequar a taxação de seus serviços administrativos conforme a capacidade de pagamento da população.

c) SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS

O Assentamento Santa Rita conta hoje, com cerca de 2.000 habitações, 85% das quais de madeira, representando um total de 1.700 barracos. As outras restantes 20%, estão distribuídas entre alvenaria rústica e outros materiais como taipã, pau-a-pique etc.

Santa Rita conta com uma população de 10.000 pessoas ocupando uma área aproximada de 49,9ha com uma densidade estimada de 200,4 habitantes por hectare.

Praticamente 95% dos imóveis são próprios, ocorrendo em menor escala do que o bairro de Alecrim a locação de barracos.

Cerca de 60% das casas em Santa Rita tem apenas dois cômodos, com uma média registrada de 4,8 pessoas por habitação. Analisando a situação constatada com a informação do Censo Escolar/77, conforme dado do Setor 40 que inclui Santa Rita, a relação pessoa/cômodo era de 1,4 e em 79 nos dados da pesquisa ora analisada esta relação saltou para 2,5. Este dado indica que as condições de vida do bairro pioraram.

Das habitações em madeira constatou-se em observações diretas que cerca de 60 entre cada 100 casas de Santa Rita estão em péssimo estado de conservação, considerando-se regular apenas 40%. Foi constatado que o estado de precariedade das habitações em madeira ocorre com mais frequência entre os moradores que ganham menos ou seja entre aqueles que trabalham e que percebem de meio a dois salários mínimos.

Nesta descrição, cabe ainda, indicar que quanto aos serviços diretamente ligados a habitação, constatou-se que Santa Rita é relativamente servida de energia elétrica (53%) dos domicílios, restando 47% que não possuem energia elétrica e utilizam-se da lamparina, estando estes domicílios concentrados nas palafitas que têm ocupação mais recente.

- ASSENTAMENTO ILHA DA CONCEIÇÃO

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento Ilha da Conceição está situado no trajeto da Estrada Jerônimo Monteiro entre o segmento de Pedra dos Búzios e a Estrada de Capuaba, separada por uma ponte sobre o Canal do Rio Aribiri, no Município de Vila Velha.

A ilha de Conceição foi aforada pelo Domínio da União a um cidadão italiano de nome desconhecido, por volta do ano de 1905. Este, por sua vez, efetuou a transferência do aforamento com a quiescência da União ao Sr. Mário Casanova, que loteou a ilha com o nome de bairro Nossa Senhora da Conceição, em 1953. O Sr. Casanova por desentendimentos com a esposa, passou a negociar apenas a metade do loteamento, recebendo entrada e três prestações para permitir a edificação nos lotes. Nesta época, os primeiros moradores adquiriram os terrenos por contrato de promessa de compra e venda, no qual constava que só poderiam ser construídas nos terrenos apenas casas de alvenaria.

Em consequência, muitos dos primeiros moradores pararam de pagar ao Sr. Casanova que apesar de lotear uma área aforada à União, não efetuou aos proeminentes compradores a transferência parcelada do aforamento por lotes.

Outros moradores conhecedores da situação nesta altura já irregular dos terrenos, optaram por invadir os lotes pertencentes à esposa do Sr. Casanova e, finalmente, intensificou-se há aproximadamente 15 anos a ocupação dos mangues e que ainda hoje, recebe novos ocupantes, numa ligação primária aterrada por lixo ao assentamento de Santa Rita, formando na verdade, juntamente com Capuaba um todo hegemônico de palafitas e barracos ao longo do Canal de Aribiri.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

Como pode-se constatar, a ocupação da Ilha da Conceição se fez a sombra de sucessivas questões jurídicas, abandonos e invasões, o que resultou numa situação fundiária complexa. Em decorrência disto, a maioria dos terrenos é desprovido de documentação, resultante do processo de ocupação irregular (*invasões*).

Muitos dos primeiros compradores remanescentes do loteamento original tem o contrato de promessa de compra e venda registrado em Cartório. Este contrato, na transmissão a terceiros do terreno, vai acompanhado de um recibo. Embora portadores de um recibo de quitação e do contrato mencionado, nenhum morador da Ilha da Conceição possui Escritura Definitiva de Posse.

Como um assentamento situado sobre a Ilha de Estuário do Rio Aribiri, a Ilha da Conceição apresenta uma parte dos seus terrenos acidentados, localizados em um morro onde os lotes são secos, embora com acessos precários. Os aterros realizados hoje por iniciativa dos moradores, através de carrinhos de mão, avançam mangue adentro. Cerca de 30% dos moradores ocupam terrenos pantanosos e outros tantos residem sobre as águas do mangue em autênticas palafitas.

Pelo exposto, a regularização da situação fundiária deste assentamento que compõe o aglomerado de Santa Rita, deverá contemplar uma análise minuciosa dos processos de aforamento existentes, procurando contemplar aqueles primeiros moradores que até hoje não obtiveram solução para esta questão, bem como procurar fornecer a Escritura de Posse aos ocupantes das partes baixas e pantanosas.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

O Assentamento Ilha da Conceição conta com aproximadamente 1000 habitações; 90% das quais em madeira, com uma população estimada em 5.000 pessoas. A Ilha da Conceição possui 20ha, com uma densidade populacional bastante alta em torno de 250 habitantes por hectare.

Cerca de 4.500 pessoas residem em *barracos* que medem em 70% dos casos, até 20m². O índice de ocupação verificado indica uma média de 2,5 pessoas por cômodo com um número médio de membros por família de 5 pessoas.

Cerca de 80% dos domicílios são próprios, entretanto somente as casas de alvenaria são averbadas na Prefeitura Municipal de Vila Velha o que representa um número insignificante do total dos moradores.

O preço do metro quadrado de terreno em Ilha da Conceição oscila entre 60 a 120 cruzeiros, com terrenos em média medindo 100 metros quadrados. Embora se constatou em muitos casos que existem terrenos em que área é o limite do próprio barraco. Para uma ação de legalização fundiária, pensa-se que será *necessário um amplo e total levantamento cadastral* da área, na fase de *an*teprojeto, sem o qual será impossível efetuar a efetiva *transfe*rência dos lotes aos ocupantes.

Neste caso, convém informar que os moradores deste assentamento a exemplo do que ocorre em Santa Rita, organizaram uma comissão de defesa e orientação que está procedendo o levantamento do número de barracos que não estão regulares com a Prefeitura bem como efetuando a medição dos lotes para a elaboração da planta

de situação com vistas a obterem na Prefeitura a Certidão de Benfeitorias e Comprovante de Pagamento do Imposto Predial e poderem então, de posse destes documentos, entrarem com um pedido de Inscrição de Posse Permanente na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União em Vitória.

- ASSENTAMENTO CAPUABA

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento Capuaba está situado entre a Ilha da Conceição o bairro de Santa Rita de Cássia e a Rodovia de Capuaba, fazendo parte do Aglomerado Santa Rita. A área é um segmento de bairro, não chegando a constituir-se num assentamento com características de bairro. É alcançável a partir da Rodovia Carlos Lindemberg, via rodovia de Capuaba que dá acesso ao terminal portuário do mesmo nome. Pelo lado Norte o acesso ao segmento se dá a partir do bairro denominado Paul, através da Estrada Jerônimo Monteiro. Os limites deste segmento estão demarcados pelo braço de mangue entre Capuaba e Ilha da Conceição, Rua Paulo Neves em Santa Rita e a Comporta de Drenagem e Rua Tiradentes em Santa Rita e via de acesso a Capuaba.

Capuaba surgiu pela invasão de uma área aterrada pela Construtora Araribóia Ltda, empreiteira da Portobrás, no início das obras do Cais de Capuaba, há cerca de seis anos. Na baixada do Atafide, bairro popular relativamente dotado, o fenômeno é mais antigo. Foi ocupado há aproximadamente dez anos por meio de invasões. Ambas as partes do assentamento Capuaba forma um só corpo, cortado pela estrada de Capuaba e habitado por imigrantes do interior de Minas e Espírito Santo.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

Os terrenos do Assentamento Capuaba como de resto de todos os outros assentamentos que formam o Aglomerado pertencem ao Domínio da União, sendo considerados *terrenos de Marinha*.

Toda a ocupação existente é proveniente de invasão de terrenos de mangue e numa parte do lado esquerdo da rodovia (baixada do Ataíde) alguns terrenos, segundo moradores mais antigos, foram loteados clandestinamente. A transmissão dos imóveis entre os posseiros, se faz contra recibo de compra, sem valor jurídico legal ou tão somente por acordo verbais.

Existem comumente nos locais o aparecimento de pessoas que se dizem credenciadas pela Capitania dos Portos do Espírito Santo, que aproveitando-se da situação irregular em que se encontra a maioria dos posseiros do assentamento apresentam-se como *legalizadores da situação* e extorquem impunemente dinheiro da população.

No assentamento existem disputas territoriais por limites dos terrenos e questão litigiosa mais ampla envolvendo uma área comprada por uma empresa produtora de Baterias para Automóveis denominada *Baterias Júpiter Ltda* a vários posseiros do assentamento. Esta área segundo informações obtidas diretamente junto a população, seria utilizada pela firma para construção de um galpão que serviria de alojamento ou casarão amplo de madeira com repartição de vários cômodos que seriam alugados ao preço de 1.000,00 a 1.500,00 a população. A construção deste galpão foi interdita pela Portobrás por ação judicial. A participação da Portobrás neste caso deve-se ao fato de que normativamente o Domínio da União concedeu o poder de fiscalizar estes terrenos ao longo da rodovia de Capuaba a esta empresa estatal, uma vez que é esta administradora do Porto de Capuaba.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

O Assentamento Capuaba conta hoje, com cerca de 260 habitações, com uma população estimada em torno de 1.300 pessoas, ocupando uma área de 10 ha com uma densidade estimada em torno de 128 habitantes/ha.

As habitações são em 95% de madeira, constituídas em precárias condições, quase que totalmente em cima da marê. Cerca de 70%, destas habitações têm área, entre 20 e 50m² são desalinhados em relação ao conjunto do assentamento.

Não há averbação de barracos junto a Prefeitura nem pagamento de impostos, uma vez que esta considera a área litigiosa.

Normalmente predominam no local as locações e sublocações dos imóveis, existindo casas sob regime de parede e meia. 50% das casas são alugadas, sendo o restante ocupadas por posseiros e suas famílias.

Existem transações entre os posseiros da área, com o preço médio do metro quadrado atingindo em torno de 60 cruzeiros.

- ASSENTAMENTO ILHA DAS GOIABEIRAS

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A Ilha das Goiabeiras é um segmento do bairro Vila Batista, situado na margem do Rio Aribiri, junto a estrada Jerônimo Monteiro, ao lado esquerdo no sentido Norte-Sul. O acesso é feito a partir da estrada Jerônimo Monteiro por meio de uma via local em péssimo estado denominada de Faustinião Falcão.

O assentamento está próximo das aglomerações urbanas de Paul, Vila Batista, Ilha das Flores, Pedra dos Búzios, Ilha da Conceição e Garrido.

A Ilha das Goiabeiras foi requerida ao Serviço do Patrimônio da União há cerca de 40 anos pelo Sr. Fernando Lyra Facão. Por volta de 1965, os herdeiros deste obtiveram licença do SPU para fazer o loteamento da área.

Os habitantes do assentamento tem sua origem nos bairros e favelas dos municípios de Vitória e Vila Velha.

Alguns moradores mais recentes do assentamento não possuem nenhuma inscrição ou documento do Domínio da União, caracterizando-se como ocupantes irregulares de terrenos acrescidos de Marinha.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

Como já foi acentuado, apesar do assentamento ter seus terrenos aforados pela União a particulares, este aforamento quando autorizado o loteamento não foi parcelado e transferido aos primeiros compradores. Desta forma, não existe para nenhum dos atuais ocupantes da área registro legal de posse do terreno.

A documentação existente é o recibo de venda com reconhecimento de firma em cartório e requerimento de posse precária no SPU, realizado por alguns moradores, sem no entanto haverem conseguido tal inscrição.

Segundo informações dos moradores mais antigos, existem ocupantes que têm processo de inscrição paralizado na Delegacia do Pa

trimônio da União há mais de cinco anos.

A maioria dos terrenos encontram-se em locais baixos, 80% dos terrenos, dos quais 60% são alagáveis de acordo com o fluxo da maré e 20% totalmente alagados, constituído de palafitas sobre mangues. O restante dos terrenos, cerca de 20%, estão localizados em áreas altas, sobre um morro de pedra que divide o assentamento.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

O Assentamento Ilha da Conceição possui cerca de 200 habitações, 70% das quais construídas em madeira e 30% em alvenaria. A população do assentamento é estimada em 1000 pessoas ocupando uma área de 3,7ha, contando com uma densidade aproximada de 270,2 habitantes por hectares.

A maioria das casas ao contrário do que ocorre nos outros assentamentos do aglomerado são alinhadas com as vias públicas (80%). Ainda sobre as casas do assentamento, cabe informar que 70% destas têm área de 20 a 50m², tendo o restante área até 20m², possuindo regra geral de dois a quatro cômodos.

As casas na sua grande maioria são próprias e o imposto predial é pago somente por uma minoria dos ocupantes, que recolhem aos cofres municipais aproximadamente Cr\$ 300,00 por ano. As casas situadas nos terrenos alagáveis não são averbadas na PMVV.

- ASSENTAMENTO PEDRA DOS BÚZIOS

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento Pedra dos Búzios é um segmento de *pobresa* do bairro popular também carente de Vila Batista. É atingido através do bairro de Paul pela estrada Jerônimo Monteiro e situado na vizinhança da ponte que leva a Ilha da Conceição. Desenvolve-se à direita e à esquerda da rodovia, ao longo de uma rua de acesso precário, só permitindo o acesso de pedestres em cerca de 70% do seu percurso e chamada de rua João Pereira Bezerra por lei municipal de agosto de 1968.

O assentamento originou-se pela invasão de terrenos da União há cerca de 25 anos, e atualmente tal processo de ocupação é continuada em avanços sucessivos no prolongamento da rua João Pereira Bezerra, tendo esta rua atualmente cerca de 800 metros de comprimento em estado precário, sob aterro de lixo, faltando apenas 300 metros para atingir o bairro Alecrim. Com o acentuado processo de ocupação verificado hoje no assentamento, esta via irá alcançar o assentamento de Alecrim, configurando um todo hegemônico de palafitas em áreas de mangue articulando-se com os demais assentamentos do aglomerado de Santa Rita.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

O Assentamento Pedra dos Búzios ao longo da saída do morro, avança em alguns trechos sobre o mar, utilizando terras tiradas da encosta, cuja declividade muito grande acentua-se ainda mais conforme barreiras que sofrem constantes quedas arrastando junto as casas. O aterro da rua feito sem escoamento ao longo de base do morro sobre o mangue, causa em todos terrenos, empossa

mentos das águas de chuvas por um lado e por outro, sofre o assédio da maré, fazendo com que o assentamento seja alagado constantemente.

Devido ao seu processo de ocupação, todos os terrenos permanecem sem regularização fundiária legal. Entretanto, ocorre constantemente no local transações estas sem valor jurídico legal feitas mediante recibo de compra, muitas vezes em uma folha de papel comum, sem qualquer registro em Cartório Competente.

Assim, conforme esta situação descrita e existente, a solução para regularização fundiária do assentamento deverá ser feita em consonância com as soluções adotadas para os terrenos dos outros aglomerados, com envolvimento da Prefeitura Municipal de Vila Velha na requisição gratuita da área ao Serviço do Patrimônio da União.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

O Assentamento Pedra dos Búzios ocupa linearmente uma área de 6,7ha, contando com uma população estimada em torno de 1.500 habitantes, a maioria originadas do interior do Estado, havendo também migrantes do Nordeste do País e do Estado de Minas Gerais. Excetuando-se uma chácara com boa casa de alvenaria e algumas residências dos primeiros moradores já melhoradas, a maioria das habitações é de madeira (80%) em estado precário, formando um aglomerado de aspecto denso - 223,8hab/ha - onde cerca de 40% das casas se alinha com a via pública, predominando barracões com até 50m² de área construída. Existem ainda, palafitas (20%) atingidas através de pinguelas.

No assentamento existem numerosas casas alugadas, destando-se o caso de uma locadora de nome Alice Souza Presença que possui e

aluga cerca de 10 barracos. Esta locadora não reside no assentamento. Também existem um número significativo de casas próprias, o que compatibiliza 50% alugadas e 50% próprias.

Uma minoria da população local para o Imposto Predial à PMVV. Esta por sua vez, apesar de não carrear nenhum recurso para o bairro efetua regularmente, lançamento sobre os barracos existentes. Apesar de como nos outros assentamentos existir transações imobiliárias não foi possível detectar o valor do m² nesta área nas negociações entre os moradores.

- ASSENTAMENTO VILA GARRIDO

a) PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O Assentamento Vila Garrido ocupa duas encostas e um fundo de vale com acessos regulares a partir de Paul e do bairro Alvorada, passando a via principal pelo vale entre os morros. Faz divisa com Alvorada, Vila Batista e o mangue do assentamento de Santa Rita de Cássia.

Foi povoado há cerca de 24 anos, através do loteamento regularmente registrado no Cartório de Imóveis do Município de Vila Velha. A parte mais alta do assentamento (morros) é de propriedade de um certo Coronel Josias. A baixada de Garrido e o fundo de vale era de propriedade original dos Senhores Pedro Lovato Atila Correira, que passaram seus terrenos a imobiliárias registradas, que desta forma puderam vender os lotes e induzir uma ocupação dos assentamentos sob um traçado regular. Recentemente, nas partes mais altas do morro em terrenos que se encontravam relativamente abandonados há algum tempo, ocorreram invasões. A maioria dos ocupantes do

assentamento são imigrantes da Bahia, Minas Gerais e interior do Espírito Santo.

b) SITUAÇÃO DOS TERRENOS

Em regra geral, devido ao processo de surgimento do bairro, a estrutura fundiária apresenta-se estado bem regular e diferente dos outros assentamentos do aglomerado. Na encosta mais elevada, precisamente onde ocorreram recentes invasões, predominam os lotes sem documentação regular. Na baixada aumenta a proporção de moradores capazes de exibir a Escritura Definitiva de suas propriedades. Segundo informações de moradores mais antigos, praticamente quase todos os ocupantes dos lotes mais planos (baixada e fundo de vale) possuem o recibo de quitação fornecida pelas Imobiliárias bem como o chamado Contrato de Compra e Venda, não conseguindo a escritura por falta de interesse ou por problemas de natureza econômica. Mas acentua-se que a imobiliária fornece a que sem interessar as Escrituras definitivas.

Isto indica que na maioria dos terrenos são próprios e nas transações imobiliárias locais é comum o Recibo de Compra e Venda para aqueles que vendem seus lotes ainda sem escritura.

c) SITUAÇÃO DAS CASAS

Devido ao traçado topográfico do assentamento, observa-se que a maioria das casas na medida em que se aproxima da parte baixa que se localiza na franja do morro junto ao mangue, passam a se constituir de madeira e nas partes mais altas sobre a rocha. O assentamento possui cerca de 3.000 habitações distribuídas por

62ha de terra, com uma população estimada em 15.000 pessoas e uma densidade bruta de 242 habitantes por hectare.

As habitações apresentam-se com área oscilando entre 20 e 50m² na sua grande maioria (60%). No alto do Garrido ficam os bar racos piores (30%) com áreas até 20m² e em precário estado de conservação. Predominam no assentamento as casas de alvenaria rústica embora constata-se que o número de casas de madeira vem crescendo progressivamente.

Praticamente quase todos os imóveis são atingidos pelo Imposto Predial e Territorial Urbano, sendo o lançamento mínimo anual no valor de 365,00.

Devido ao fato de ocorrerem em menor escala, neste assentamento o processo de transferência e venda de terrenos bem como ao fa to de as imobiliárias não mais existirem, tornou-se difícil nes ta primeira abordagem conseguir avaliar o preço de mercado dos terrenos por metro quadrado.

Entretanto, como pode-se observar pelo relato de ocupação deste assentamento, não cabe ao contrário do que ocorre nos outros as sentamentos do Aglomerado, uma ação possessória de legitimação dos terrenos, uma vez que estes em sua grande maioria encontram-se em situação praticamente regular. Cabe tão somente, um escla recimento à população no sentido de que procurem os responsá veis pela imobiliária para efetivarem a Escritura.

6. INSTRUMENTOS JURÍDICOS PROPOSTOS PARA TRANSFERIR A POSSE À POPULAÇÃO

6.1. ASSENTAMENTO MARIA ORTIZ

A área do Assentamento Maria Ortiz, como já foi dito acima, é considerada como terrenos acrescidos de Marinha, estando sob a jurisdição do Serviço do Patrimônio da União e fiscalizada a sua ocupação pela Capitania dos Portos do Espírito Santo.

Para que os moradores do Assentamento Maria Ortiz possam adquirir uma posição legal em relação aos terrenos que ocupam, seria através de cessão gratuita. Esta, possibilita a todos os moradores de área, que fundamentalmente são carentes, uma posse gratuita.

O dispositivo legal empregado para a cessão gratuita é o Decreto-Lei nº 178 de 16 de fevereiro de 1967.

O Art. 1º do Decreto-Lei supra diz:

"Art. 1º - Por ato do governo e o seu critério, poderão ser cedidos, gratuitamente, ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, imóveis da União, aos Estados, aos Municípios, as entidades educacionais, culturais ou de finalidades sociais, e em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional que mereça tal favor, a pessoa física ou jurídica".

Como foi exposto acima, podemos observar que o Decreto-Lei nº 178 de 16 de fevereiro de 1967, poderá ser utilizado como instrumento jurídico capaz de solucionar o problema dos terrenos, no Assentamento Maria Ortiz.

De acordo com o Artigo 1º, citado anterior, a cessão gratuita é transmitida através das finalidades sociais e, em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional que mereça tal favor, a pessoa física ou jurídica, portanto, a pessoa jurídica utilizada para receber a cessão gratuita dos terrenos do Assentamento Maria Ortiz será a Prefeitura Municipal de Vitória.

Escolhido, a pessoa jurídica para se transmitir a cessão gratuita, faremos um requerimento apoiado no Decreto-Lei nº 178 de 16 de fevereiro de 1967, ao Presidente da República, e este deferirá ou não o pedido.

Se, houver o aceite do Presidente da República, o Assentamento Maria Ortiz, será cessionado gratuitamente à Prefeitura Municipal de Vitória.

Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Vitória, depois de calcular os custos de Cartório, passará às mãos dos moradores de Maria Ortiz a escritura de posse, e estes vão reembolsar a mesma como pagamento da Escritura definitiva de posse, que será dada pelo próprio Executivo Municipal.

Este processo para que o Presidente da República aceite, e, até a transferência à Prefeitura Municipal oscila entre 6 meses a 1 ano.

DECRETO-LEI Nº 178 - DE 16 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a cessão de imóveis da União federal para as finalidades que especifica.

Art. 1º - Por ato do Governo e a seu critério, poderão ser cedidos, gratuitamente, ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, imóveis da União, aos Estados, aos Municípios, a entidades educacionais, culturais ou de finalidades sociais, e, em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional que mereça tal favor, a pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único - A cessão se fará autorizada por decreto do Presidente da República e se formalizará mediante termo ou contrato, do qual expressamente constarão as condições estabelecidas e torna-se-á nula, independentemente de ato espacial se ao imóvel, no todo ou em parte, for dada aplicação em divergência com o previsto no decreto autorizativo e consequente termo ou contrato.

Art. 2º - O decreto de cessão poderá:

- a) autorizar a alienação de frações ideais do domínio pleno ou do domínio útil do terreno cedido com a finalidade de obter recursos para a execução dos objetivos da cessão, inclusive para a construção de edificações que pertencerão, no todo ou em parte, ao cessionário;
- b) autorizar a hipoteca de parte de frações ideais do domínio pleno ou do domínio útil do terreno cedido e benfeitorias e

ventualmente aderidas, com as finalidades referidas na alí
nea a;

- c) autorizar a locação ou o arrendamento de partes do imóvel ce
dido e benfeitorias eventualmente aderidas, desnecessárias
ao uso imediato do cessionário;
- d) isentar o cessionário do pagamento de foro enquanto o domí
nio útil do terreno fizer parte do seu patrimônio e de lau
dêmios nas transferências de domínio útil de que trata este
artigo.

Art. 3º - O decreto de cessão fixará prazo para que se concretize a des
tinação nele prevista.

Art. 4º - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re
vogadas as disposições em contrário.

6.2. ASSENTAMENTO PORTO DE SANTANA

De acordo com o relato acima, observamos que o Assentamento Porto
de Santana, pertence à Prefeitura Municipal de Vitória, visto is
to, procuraremos agora o apoio jurídico, que poderá ser utiliza
do pelos moradores de Porto de Santana para que possam adquirir
legalmente a sua escritura definitiva em relação aos seus terre
nos.

A atual lei nº 2.573 de 03 de janeiro de 1979, é o único instru
mento jurídico encontrado para solucionar o problema do Assenta
mento Porto de Santana, cujo objetivo é legalizar a situação fun
diária de toda a população existente em Porto de Santana, garan

tindo assim, as suas posses, e possibilitando um pagamento que seja equilibrado em relação às suas condições financeiras.

Mas, porém, como já foi dito anteriormente, está para ser aprovada uma nova lei, onde o atual Prefeito do Município de Vitória, pretende revogar a Lei nº 2.573 de 03 de janeiro de 1979, alterando o valor do metro quadrado. Este valor, será baseado no valor da Unidade Fiscal do Município de Vitória (UFMV).

Ao invés de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o metro quadrado, o estudo que está sendo executado pretende alterar este valor de metro quadrado, passando a valer Cr\$ 76,00 (setenta e seis cruzeiros) em terrenos planos e Cr\$ 30,40 (trinta cruzeiros e quarenta centavos) em terrenos acidentados.

À espera de uma conclusão por parte do Prefeito Municipal de Vitória, não poderemos ter o apoio da atual lei, sabendo que esta poderá ser revogada à qualquer tempo.

É motivo de interesse do atual Prefeito regularizar os terrenos no Assentamento Porto de Santana, tendo sido elaborado um projeto para este objetivo.

Assim, como o Assentamento Porto de Santana está incluído no Projeto CPM/BIRD, a solução para o caso, seria através de um acordo entre a Prefeitura Municipal de Vitória e a Fundação Jones dos Santos Neves, onde, a Prefeitura Municipal de Vitória através de sua própria lei, a execute de acordo com os critérios e a orientação do CPM/BIRD. Isto, seria o meio mais viável, para que estas duas Entidades possam dar aos moradores do Assentamento Porto de Santana uma solução.

Anexamos, a seguir, cópias dos instrumentos de lei do Município de Vitória para a área de Porto de Santana.

Publicado no
D.O. de 06/01/79

22
PUBRILA

L E I Nº 2 573

O Prefeito Municipal de Vitória: Faço saber que a Câmara Municipal de Vitória decretou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vender aos atuais ocupantes, pelo preço de CR\$ 5,00 (cinco cruzeiros), o metro quadrado os lotes de terreno, constantes da antiga Fazenda São João, de propriedade do Patrimônio Municipal, situados no local denominado Porto de Sant'Ana, antigo Coiarun, no Município de Cariacica.

Art. 2º - O pagamento dos lotes referidos no artigo anterior será feito de uma só vez.

Parágrafo Único - No caso de haver pessoas de situação econômica-financeira pobre, devidamente comprovada, por autoridade competente, poderá haver parcelamento de até 24 (vinte e quatro) prestações mensais de igual valor.

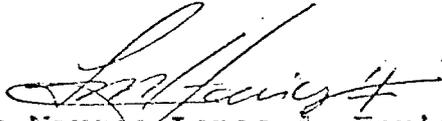
Art. 3º - Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias o Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, em 03 de janeiro de 1979.


Wander José Bassini
Prefeito Municipal

Selada e Publicada na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, em 03 de janeiro de 1979.

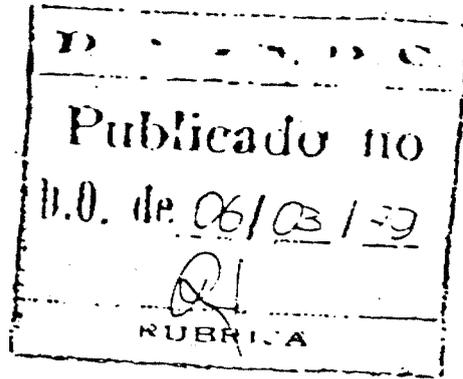

João Marcos Lopes de Farias
Secretário Municipal de Administração

Ref. Proc. DA/O/52 851/78

/alv.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



D E C R E T O Nº 5 996

Regulamenta a Lei nº 2.573, de 03 de janeiro de 1979, que autoriza a venda dos terrenos do loteamento constantes da antiga Fazenda São João, situados no local denominado Porto de Sant'Ana, antigo Goiamum, no Município de Cariacica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, usando de atribuição legal e tendo em vista o Art. 3º, da Lei 2 573, de 03 de janeiro de 1979,

D E C R E T A

Art. 1º - O atual ocupante de terreno da antiga Fazenda São João, propriedade do patrimônio municipal, no lugar denominado Porto de Sant'Ana, antigo Goiamum, no município de Cariacica, que tiver posse assinalada no plano de urbanização e loteamento da região, elaborado pela Prefeitura Municipal de Vitória, através da Secretaria Municipal de Obras, poderá requerer ao Prefeito Municipal de Vitória a compra do lote.

Parágrafo Único: A posse de que trata este artigo deverá ser comprovada por documento de imposto predial da Prefeitura Municipal de Cariacica.

Art. 2º - O valor da alienação de cada lote

não poderá ultrapassar de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o metro quadrado, e a metragem do lote será fixado pela Secretaria Municipal de Obras.

Art. 3º - A aquisição na compra e venda do lote será feita de uma só vez respeitando o disposto no artigo 2º da Lei nº 2.573.

Parágrafo 1º - Poderá também, ser condicional, em prestações mensais, desde que o adquirente esteja abrangido pelo disposto no Parágrafo Único do artigo 2º, da Lei 2.573, de 03 de janeiro de 1.979, observando-se o seguinte:

a) as prestações serão feitas no prazo máximo de 24 meses;

b) na falta de pagamento de 03 (três) prestações consecutivas, o adquirente terá interrompido o parcelamento da dívida;

c) ocorrendo a hipótese de inter rompimento' de parcelamento, o adquirente ficará obrigado ao pagamento de uma só vez, das parcelas vencidas e não quitadas, dentro do prazo de 20 (vinte) dias após notificação feita pela Prefeitura Municipal de Vitória;

d) no caso do inadimplemento pelo adquirente o lote retornará ao Município, lhe sendo furtado o direito de venda e ou transferência.

Parágrafo 2º - Optando pelo pagamento à vista, terá o adquirente 30 (trinta) dias de prazo para efetuarlo.

Art. 4º - A Escritura a ser lavrada em virtude da aquisição de que trata a Lei 2.573, de 03.01.79, e

este Decreto, será distribuído ao cartório competente, mediante minuta fornecida pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Vitória.

Art. 5º - Se a venda for condicional, à prazo, a Escritura definitiva só será passada depois de paga a última prestação, devendo o adquirente requere-la ao Prefeito Municipal de Vitória.

Art. 6º - Antes de outorgar a escritura definitiva, o comprador condicional não poderá onerar o lote e nem transferi-lo sem autorização expressa do Prefeito Municipal pagando, se houver a concessão, o laudêmio de 5% sobre o total da alienação ou sobre o valor do terreno.

Art. 7º - Não será permitida a alienação de mais de um lote ao mesmo ocupante, a não ser que seja para atender situações especiais de família numerosa ou de benfeitorias existentes a critério da administração municipal.

Art. 8º - Serão doadas pelo município de Vitória ao Governo do Estado do Espírito Santo, as áreas destinadas aos serviços educacionais, de saúde, de segurança pública e recreação; ao município de Cariacica as áreas destinadas aos logradouros públicos.

Art. 9º - As obrigações inerentes ao aforamento serão cumpridas, pelos interessados de acordo com as normas existentes a respeito nesta municipalidade.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitória, Capital do
Estado do Espírito Santo, em 05 de março de 1979.



Wander José Bassini
Prefeito Municipal

Ref. Proc. SEMAD/O/52 851/78

/alv.

6.3. ASSENTAMENTO SANTA TEREZA

Como já foi dito anterior, toda a área do Assentamento do Conjunto de Santa Tereza é particular.

O instrumento jurídico viável para o caso seria através de uma Ação de Usucapião para cada um dos proprietários, onde cada morada que por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis. É o que expõe o Artigo 550 do Código Civil Brasileiro.

Para propor a ação, cada morador, terá o apoio do Artigo 941 do Código de Processo Civil.

Esta seria uma das soluções para aqueles que residem há 20 anos ou mais, no Assentamento o Conjunto de Santa Tereza.

Outro apoio jurídico encontrado para o Conjunto de Santa Tereza encontra-se no item IV do Artigo 2º da Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962 que diz:

"Art. 2º - Considera-se de interesse social:

IV - a manutenção de posseiros em terrenos urbanos, onde com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias.

A Lei supra, também poderia ser aplicada na solução do problema do Assentamento, porém, o proprietário da área, terá que ser reembolsado em indenização, equivalente ao preço do lote.

Conseqüentemente, pode-se concluir que qualquer uma das duas soluções jurídicas, tem um alcance significativo, pois, tratanto-se de terrenos particulares, torna-se necessário um acordo de ordem pacífica com o proprietário da área.

Descrevemos, em seguida, os artigos do Código Civil que dispõem sobre o Usucapião e o Decreto nº 4.132 que dispõe sobre desapropriação para fins de interesse social.

Art. 941 do CPC - Compete a ação de usucapião ao possuidor para que se lhe declare, nos termos da Lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial.

Art. 942 do CPC - O autor expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá:

- I - A designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse.
- II - A citação pessoal daquele em cujo nome esteja transcrito o imóvel usucapiendo, bem como dos confiantes e, por edital, dos réus ausentes, incertos e desconhecidos, observado quanto ao prazo o disposto no Art. 232, item IV.

§ 1º - A citação prevista no número II deste artigo valerá para todos os atos do processo.

§ 2º - Serão cientificados por conta, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado, do Distrito Federal, do Território e do Município.

Art. 943 do CPC - O prazo para contestar a ação correrá da internação da decisão, que declarar justificada a posse.

Art. 944 do CPC - Intervirá obrigatoriamente em todos os atos do Processo o Ministério Público.

Art. 232 - IV - A determinação pelo juiz do prazo, que variará entre vinte (20) e sessenta (60) dias, correndo da data de primeira publicação.

LEI Nº 4.132 - DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Art. 1º - A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2º - Considera-se de interesse social:

I - O aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II - A instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola (vetado);

- III - O estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;
- IV - A manutenção de posseios em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;
- V - A construção de casas populares;
- VI - As terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;
- VII - A proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

§ 1º - O disposto no item I deste artigo só se aplicará nos casos de bens retirados de produção ou tratando-se de imóveis rurais cuja produção, por ineficientemente explorados, seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e sua situação em relação aos mercados.

§ 2º - As necessidades de habitação, trabalho e consumo serão apuradas anualmente segundo a conjuntura e condições econômicas locais, cabendo o seu estudo e verificação às autoridades encarregadas de velar pelo bem-estar e pelo abastecimento das respectivas populações.

Art. 3º - O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

Parágrafo único - Vetado.

Art. 4º - Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista.

Art. 5º - No que esta lei for omissa aplicam-se as normas legais que regulam a desapropriação por unidade pública, inclusive no tocante ao processo e à justa indenização devida ao proprietário.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

6.4. AGLOMERADO SANTA RITA

Toda a área do Aglomerado Santa Rita, de acordo com o relato, é pertencente à Marinha, administrado juridicamente pelo Serviço do Patrimônio da União, com excessão de Garrido.

O dispositivo legal que será empregado para o Aglomerado Santa Rita é o Decreto nº 178 de 16 de fevereiro de 1967. Através deste, poderemos obter a Cessão Gratuita dos terrenos aos moradores de área.

Primeiramente, será encaminhado ao Presidente da República um requerimento, com base no Decreto-Lei nº 178 de 16 de fevereiro de 1967, que estabelece em seu Artigo 1º:

"Por ato do Governo e a seu critério, poderão ser cedidos, gratuitamente, ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, imóveis da União, aos Estados, aos Municípios, a entidades educacionais, culturais ou de finalidades sociais e, em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional que mereça tal favor, a pessoa física ou jurídica."

Baseado no artigo supra, a pessoa jurídica, será a Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Se for deferido o Requerimento pelo Presidente da República, a Cessão Gratuita do Aglomerado Santa Rita será transmitida à Prefeitura Municipal de V. Velha, e esta, passará aos moradores do Aglomerado uma escritura definitiva de posse, sendo reembolsada pelos moradores nas custas de cartório.

A duração para que se concilie este objetivo oscila entre 6 meses a 1 ano. Isto é, o período entre o Requerimento, sua aprovação e a transferência da área do Aglomerado à Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Existe uma área no Aglomerado Santa Rita, que foi aforada ao Sr. Mário Casanova, em 1953. Trata-se de uma parte da Ilha da Conceição, situada no morro. Para este caso, terá que ser feito um estudo no Serviço do Patrimônio da União, com o intuito de esclarecer se: com a transmissão da posse, através de cessão gratuita de toda a área do Aglomerado Santa Rita, a Ilha da Conceição, sendo aforada, se passaria automaticamente à Cessão Gratuita, desvinculando assim o Aforamento. Esta indagação será pesquisada a nível de Anti-Projeto, para resolver o problema da Ilha da Conceição.

Quanto, ao Assentamento Vila Garrido, nós não iremos usar dos meios legais, com referência aos terrenos, pois, estes estão juridicamente legais, a maioria possui recibo de quitação de seus terrenos e, conseqüentemente não será necessário incluir Vila Garrido no aspecto legalização.

Reportamo-nos, aqui, ao Decreto-Lei nº 178 de 16/02/67, transcrito anteriormente na íntegra, como o instrumento legal que emba

sarã as medidas propostas para este **Aglomerado**, com exceção do assentamento de Vila Garrido.

6.5. CONCLUSÃO

Como foi exposto, a regularização dos terrenos de todos os assentamentos escolhidos exige, preliminarmente, a disposição irrestrita da área pelos poderes p^ublicos municipais envolvidos, a fim de possibilitar a padronização de medidas jurídicas e condições instrumentais para negociação com os moradores, além de neutralizar pretensões especulativas do mercado imobiliário. É preciso, portanto, sejam as áreas declaradas de interesse social, mediante decreto executivo, à exceção dos imóveis pertencentes ao Domínio da União, que serão negociados por Cessão Gratuita.

Uma vez assumido pelo Poder Público Estadual, o direito sobre toda a área dos assentamentos, a transferência dos lotes residenciais aos beneficiários finais far-se-á mediante contrato de concessão de uso com opção de compra, garantindo ao morador a posse definitiva do imóvel.

7. CUSTOS DE LEGALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE POSSE AOS MORADORES

7.1. CUSTOS POR ÁREA

- ASSENTAMENTO MARIA ORTIZ

Como foi citado no capítulo anterior o instrumento jurídico encontrado para efetivar a posse aos moradores deste assentamento é a utilização do Decreto-Lei nº 178, já transcrito no presente trabalho. Considerando-se o valor médio de transação dos terrenos nas negociações entre os moradores que oscilam hoje entre 150 a 300 mil cruzeiros, optamos pelo valor máximo encontrado de Cr\$ 300.000,00 para auferirmos os custos de legalização de Maria Ortiz.

Assim de acordo com informações do Serviço do Patrimônio da União e dados sobre custas processuais de cartório fornecidos por cartórios da capital, são incidentes sobre a transferência os valores referentes a: Certidão Negativa no Cartório de Registro de Imóveis; Requerimento de Transferência; Imposto de Transmissão incidente na taxa de 1% sobre o valor da avaliação; outras taxas decorrentes dos serviços administrativos de Cartório.

Nesse caso, teríamos o seguinte custo incidente por lote na legalização da posse da terra em Maria Ortiz:

Valor da avaliação: Cr\$ 300.000,00

TABELA 3

DESPESAS INCIDENTES	VALOR (CR\$)
Certidão Negativa	300,00
Requerimento	260,00
Administrativos de Cartório	300,00
Imposto Transmissão (1%)	3.000,00
TOTAL POR LOTE	3.860,00

Considerando-se que no Assentamento Maria Ortiz existem atualmente 1.300 lotes, teremos então o seguinte custo total:

TABELA 4

CUSTO UNITÁRIO	Nº DE LOTES	CUSTO TOTAL
Cr\$ 3.860,00	x 1.300	= Cr\$ 5.018.000,00

Assim temos, que o custo estimado para Maria Ortiz é da ordem de Cr\$ 5.018.000,00 (cinco milhões e dezoito mil cruzeiros).

- ASSENTAMENTO PORTO DE SANTANA

No Assentamento Porto de Santana, como já foi salientado existe os instrumentos jurídicos criados pela Prefeitura Municipal de Vitória, citados e transcritos no presente trabalho, para ces são da área aos ocupantes.

A Prefeitura Municipal de Vitória, dispõe-se a transferir os lotes aos moradores de Porto de Santana em prestações mensais e sucessivas no prazo de 24 meses, sob a forma de contrato de promessa de compra e venda, no valor incidente em percentual sobre a UFMV (Unidade Fiscal do Município de Vitória) atualmente em torno de Cr\$ 1.520,00, assim os terrenos planos seriam vendidos aos moradores ao preço de Cr\$ 76,00 o metro quadrado, o que corresponde a 5% da UFMV.

Os moradores dos terrenos acidentados terão direito a posse, pagando um valor correspondente a 2% da UFMV, que corresponde hoje a Cr\$ 30,40 (trinta cruzeiros e quarenta centavos) por metro quadrado. Conforme planta de urbanização da área elaborada pela PMV, Porto de Santana conta com 4.000 (quatro mil) lotes, 85% dos quais situados em morro portanto acidentados e 15% planos.

Assim o custo de transferência dos lotes aos moradores de Porto de Santana será da seguinte ordem: incluindo-se o imposto de transmissão de 1% sobre o valor do lote:

PREÇO POR METRO QUADRADO:

- . terrenos planos: Cr\$ 76,00
- . terrenos acidentados: Cr\$ 30,40

Nº de terrenos planos: 3.400

Nº de terrenos acidentados: 600

Tamanho médio dos lotes: 200m²

TABELA 5

QUADRO DEMONSTRATIVO

LOTES	QUANTIDADE	ÁREA	PREÇO/ m ²	CUSTO UNITÁRIO	IMPOSTO (%)	CUSTO POR LOTE	TOTAL
Acidentados	3.400	200m ²	30,40	6.080,00	60,80	6.140,80	20.878.720,00
Planos	600	200m ²	76,00	15.200,00	152,00	15.352,00	9.211.200,00
TOTAIS	4.000	200m²	-	21.280,00	212,80	21.492,80	30.089.920,00

Na fase de anteprojeto será necessário um entendimento com a Prefeitura Municipal de Vitória, para que a ação de legalização seja realmente efetivada e incluída dentro do programa CPM/BIRD, inclusive com referência aos mecanismos contratuais e de cobrança a serem adotados.

- AGLOMERADO SANTA TEREZA

No aglomerado Santa Tereza, que inclui os assentamentos de morro do Cabral, Chapada e o próprio Santa Tereza, é pendente a questão se os atuais proprietários no parcelamento efetivado entre estes, são detentores legais da área que abrange os três morros ou se os seus limites de propriedade se estendem sobre todo o território que compõe hoje o bairro de Santo Antônio - Vitória. Como já foi descrito no presente trabalho, durante o relato de ocupação do conjunto, a distribuição da posse da terra nesta área, originalmente de propriedade do Estado, se apresenta da seguinte forma, inalterada desde 1948:

- . 10 alqueires - Germando Meyer
- . 2,5 alqueires - Manoel Rosindo
- . 7,5 alqueires - Moreira Camargo

Com base no Decreto-Lei nº 4.132 de 10/09/1962, conforme artigo 1º que institui a *desapropriação por interesse social* com o fim de promover a *justa distribuição da propriedade*, em combinação com o artigo 2º, inciso IV, no que se refere a *manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde com tolerância expressa do proprietário, tenham construído sua habitação formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias*, concluímos que no conjunto de Santa Tereza o instrumento apropriado é a utilização deste decreto com a efetivação da desapropriação por parte do Estado.

Cabe assinalar entre tanto que na área, para os moradores residentes há mais de 10 anos cabe o *usucapião* previsto no código brasileiro. Quanto a utilização conveniente ou não deste instrumento não é possível indicá-lo aqui nem tampouco seus custos, uma vez que será necessário na fase de anteprojeto um levantamento documental e cadastral para identificar os moradores que poderão beneficiar-se deste instrumento.

Assim sendo estima-se o custo de desapropriação e transferência de posse aos moradores na seguinte ordem de *grandeza*:

Valor mercado por hectare: 100.000,00

Área total do conjunto em Ha: 22,7 ha

Valor de desapropriação: $100.000,00 \times 22,7 = 2.270.000,00$

Tomando-se um valor médio das áreas dos terrenos existentes no conjunto Santa Tereza, estimado em $300m^2$ e considerando-se um

total estimado em 1.600 lotes, com um preço médio de Cr\$ 250,00 o metro quadrado, teríamos o seguinte custo para transferência.

TABELA 6

Nº DE LOTES	PREÇO/ m ²	ÁREA	CUSTO UNITÁRIO	IMPOSTO	CUSTO TOTAL
1.600	250,00	300m ²	75.000,00	750,00	12.120.000,00

Assim o custo total para toda área de Santa Tereza estará girando em torno de Cr\$ 14.390.000,00 (quatorze milhões, trezentos e noventa mil cruzeiros).

- AGLOMERADO SANTA RITA

O instrumento a ser utilizado para 06(seis) áreas do aglomerado de Santa Rita, será o mesmo utilizado para o assentamento de Maria Ortiz, uma vez que ambas as áreas são constituídas de terrenos acrescidos de Marinha.

Este dispositivo implica no envolvimento da Prefeitura Municipal de Vila Velha que devidamente orientada pela unidade de Administração do subprojeto Vitória, deverá requerer conforme normas do SPU, a cessão da área Santa Rita ao domínio da União, acompanhado de uma planta com restituição de toda área na escala 1:82000 e mais o memorial descritivo do projeto a ser elaborado.

Os custos incidentes de cartório são os mesmos computados para Maria Ortiz.

A seguir no quadro abaixo temos o custo da intervenção na legalização da posse em Santa Rita.

TABELA 7

AGLOMERADO SANTA RITA - CUSTO LEGALIZAÇÃO

ASSENTAMENTOS	Nº LOTES	VALOR MÉDIO DA AVALIAÇÃO	DESPESAS INCIDENTES				CUSTO POR LOTE	CUSTO TOTAL
			CERTIDÃO	REQUERIMENTO	CUSTOS ADMINIST.	IMPOSTO		
Alecrim	1.200	100.000,00	300,00	260,00	300,00	1.000,00	1.860,00	2.232.000,00
Santa Rita	2.000	120.000,00	300,00	260,00	300,00	1.200,00	2.060,00	4.120.000,00
Ilha da Conceição	1.000	85.000,00	300,00	260,00	300,00	850,00	1.710,00	1.710.000,00
Capuaba	260	40.000,00	300,00	260,00	300,00	400,00	1.260,00	327.600,00
Ilha das Goiabeiras	200	60.000,00	300,00	260,00	300,00	600,00	1.460,00	292.000,00
Pedra dos Búzios	300	60.000,00	300,00	260,00	300,00	600,00	1.460,00	438.000,00
TOTAL - 08 BAIRROS	4.960	-	1.800,00	1.560,00	1.800,00	4.650,00	-	9.119.600,00

7.2. QUADRO RESUMO DOS CUSTOS LEGALIZAÇÃO

TABELA 8

ÁREA	Nº DE UNIDADES	CUSTO EM CR\$
Maria Ortiz	1.300	5.018.000,00
Porto de Santana	4.000	30.089.920,00
Santa Tereza	1.600	12.120.000,00
Santa Rita	4.960	9.119.600,00
TOTAIS NAS ÁREAS	11.860	56.347.520,00

Dessa forma, a legalização da posse da terra custará Cr\$ Cr\$ 56.347.520,00 (cinquenta e seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil e quinhentos e vinte cruzeiros) beneficiando cerca de 59.300 (cinquenta e nove mil e trezentos) pessoas, com um custo por pessoa estimado em Cr\$ 950,21 (novecentos e cinquenta cruzeiros e vinte e um centavos).

EQUIPAMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS

1. COMPONENTE

Equipamentos Sôcio-Comunitários

2. OBJETIVOS/JUSTIFICATIVAS/PROPOSTAS

A implantação de equipamentos sôcio-comunitários nas áreas-alvo do Programa CPM/BIRD, torna-se uma medida indispensável, uma vez constatadas as precariedades e o baixo nível de renda e condição de vida da população dessas áreas.

É necessário estimular ao máximo a participação da população como agente ativo e responsável direto por estes equipamentos. Dessa forma, deixariam de ser apenas receptores de atividades paternalistas e reduzir-se-ia a tutela institucional exercidas pelas lideranças políticas.

Por observação, buscou-se identificar nas áreas selecionadas, os equipamentos sôcio-comunitários e as organizações de moradores existentes. A situação atual das áreas é considerada bastante deficiente, o que poderá ser verificado a seguir.

2.1. CENTROS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

O processo de crescimento das ações coletivas que visam ao bem-estar de uma população, assim como o trabalho de organização que esta população desenvolve nos dias atuais, é uma realidade. Este fenômeno surge como resultado da luta diária por objetivos. co

muns (melhores condições de vida) e do confronto direto pela sua sobrevivência.

"Estes movimentos de bairro são parte de dinâmica social do mundo urbano capitalista. Constituem formas de solidariedade e de luta por melhores condições de vida da população pobre. Os que carecem de recursos econômicos e de poder dependem muito mais do que as camadas mais privilegiadas, do contato social com os seus iguais e da ajuda mútua que dele pode resultar".

(Paulo Singer).

Um dos obstáculos que mais tem dificultado a proliferação dessas organizações de caráter sócio-comunitários, é a carência de locais e equipamentos que venham possibilitar à população, o pleno exercício de suas atividades. Os custos destes investimentos são por demais onerosos e não permitem, em hipótese alguma, que a população arque com as despesas.

Os equipamentos existentes nas áreas-alvo do Programa estão, em sua maioria, deficientes e impossibilitados de exercerem plenamente suas atribuições, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. A ausência de equipamentos, nas áreas do entorno dos bairros equipados, vem acarretar uma demanda pelos serviços, difícil de ser respondida, devido à falta de recursos humanos, financeiros e espaço físico. Por outro lado, os serviços prestados nem sempre condizem com as necessidades de população. Muitas vezes, os responsáveis diretos pela coordenação dos equipamentos desconhecem a realidade e, portanto, têm dificuldades em conduzi-rem o trabalho de forma a responderem às verdadeiras aspirações dessa população. As programações executadas são elaboradas, em sua maioria, obedecendo a padrões não condizentes com as características peculiares às populações das áreas. A própria arquitetura dos prédios, às vezes, é sofisticada, com projetos luxuosos,

contrastando com o bairro e dificultando a integração da população no movimento. A razão da população utilizar alguns serviços e não ter uma participação ativa nas promoções, é devida, fundamentalmente, ao fato de não sentirem a organização como um espaço seu, mas, sim, como algo imposto e que não vem atender aos seus interesses.

Na tabela 1, a seguir, verifica-se a situação física atual das áreas-alvo do Programa, em relação aos Centros Comunitários e outras organizações de moradores.

ANEXO 1
SITUAÇÃO ATUAL - CENTROS COMUNITÁRIOS E/OU OUTRAS ORGANIZAÇÕES

ÁREAS	BAIRROS	CENTROS COMUNITÁRIOS	CONVÊNIOS	SERVIÇOS/PROMOÇÕES	OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO TIPO	SERVIÇOS/PROMOÇÕES
MARIA ORTIZ	Maria Ortiz/Jabor	Não possuem. Utilizam centro comunitário de área vizinha	-	-	Grupo de jovens	Reuniões e visitas no bairro
				Festas, reuniões reivindicatórias, cursos profissionalizantes, pré-primário, supletivo, mobral	Comunidade eclesial de base	Reuniões reivindicatórias (Centro)
	Santa Rita	Sede da Sec. Bem Estar Social	LBA	Distribuição de leite	Comissão de Orientação e defesa dos moradores da baixa da de Santa Rita	
			PMVV	Atendimento médico (uma vez por semana)	Diretório paroquial do PMDB	Desativado
SANTA RITA	Alecrim	Sede própria	SEBS	Reuniões, cursos profissionalizantes, torneios de futebol	Comunidade eclesial de base	Reuniões reivindicatórias
			LBA	Distribuição de leite		
			SEDU	Projeto "Conquista" (supletivo 1º grau)		
			SEBS	Festas, cursos pré escolar, reuniões		
	Vila Garrido	Sede própria	LBA	Distribuição de leite		
			PMVV	Gabinete dentário e atendimento médico		
			SEDU	Supletivo 1º grau		

Continua

ÁREAS	BAIRROS	CENTROS COMUNITÁRIOS	CONVÊNIOS	SERVIÇOS/PROMOÇÕES	OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO TIPO	SERVIÇOS/PROMOÇÕES
SANTA RITA	Ilha da Conceição	Sede própria	SEBS	Reuniões, supletivo com mobral		
			LBA	Cursos profissionalizantes e distribuição de leite	-	-
			PMW	Atendimento médico		
SANTA TEREZA	Ilha das Goibeiras	Não tem	-	-	-	-
	Pedra dos Búzios	Não tem	-	-	Centro espírito	Distrib. de leite
	Capuaba	Não tem	-	-	-	-
PORTO DE SANTANA	Chapada	Não tem	-	-	-	-
	Santa Tereza	Não tem	-	-	Reuniões da SEBS	Reuniões reivindicatórias
	Cabral	Não tem	-	-	-	-
PORTO DE SANTANA		Sede da SEBS	SEBS	Reuniões de velhos	Centro de orientação	Cursos profis. reuniões reiv.
			LBA	Cursos profis. distribuição de leite	SESI (para associados)	Esc. 1º grau, atendimento médico odont.
			SEDU	pré-primário		
			PMC	Mobral	Comunidade eclesial de base	Reuniões reivindicatórias

É a partir de uma observação direta dessas áreas, e da constatação dos serviços dos equipamentos comunitários não estarem atendendo significativamente às suas populações; como também ao fato de várias organizações naturais dos bairros, solicitarem espaços para se reunirem e atuarem em benefício do bem-estar de comunidade, que concluímos por necessário, o redimensionamento dos equipamentos, e a tentativa de correção de suas deficiências e inconvenientes.

Nesse sentido, a proposta é caracterizada basicamente por:

- no que se refere a bairros onde já existem Centros Comunitários:
 - . reestruturação (ampliação física, reformas e realocação de equipamentos) dos prédios existentes, sendo os novos equipamentos entregues diretamente à população, e por esta assumidos. Deverão continuar sendo mantidos com verbas da SEBS, LBA, prefeituras municipais, etc.

É bom destacar a necessidade de ampliação maior de um desses centros, para possibilitar reuniões de toda a aglomeração.

- no que se refere a bairros onde inexistem Centros Comunitários: será incentivada a formação de associações de moradores e deverão ser construídos prédios em áreas livres ou desapropriadas em áreas ociosas, de modo a que possam ser efetivamente usadas pela população, para todos os fins que ela achar conveniente a seus interesses. Nesse caso, seriam coordenados e administrados pelas associações independentes de moradores com a participação e assessoramento dos órgãos competentes.

- no que se refere às áreas:

um dos Centros Comunitários de cada aglomeração deverá ter parte maior e ser dotado de equipamentos mais sofisticados de modo a atender a eventos do interesse do conjunto dos bairros. É criada, portanto, uma hierarquia dos Centros de modo a otimizar equipamentos de utilização mais esporádica.

Os recursos a serem empregados na manutenção e financiamento de promoções e serviços das Associações de Moradores deverão ser repassados através de convênios firmados entre as Associações (devidamente autorizados pelos membros da comunidade) e os órgãos governamentais (SEBS e LBA).

A questão dos convênios, que visam a dar apoio técnico e financeiro, deverá respeitar as autonomias dos Centros Comunitários e das Associações, de maneira a não interferir nos seus métodos organizativos.

A programação dessas entidades populares deverá ser elaborada pela própria população auxiliada pelos órgãos, visando a atender às necessidades prementes, no sentido de evitar atividades obsoletas, que em nada condizem com a realidade local.

Os Centros Comunitários e Associações de moradores deverão ser o equipamento centralizador de todas as atividades nos bairros. Deverão funcionar com toda a independência possível e com as seguintes atribuições:

- incentivar, ordenar e canalizar todas as reivindicações legítimas da população;
- programar e realizar reuniões e assembléias dos moradores para acompanhamento e correção de todos os itens do presente Programa CPM/BIRD/FJSN;
- promover campanhas educativas para conscientizar a população sobre o uso e benefícios dos equipamentos instalados;
- viabilização, por convênios, de atividades e serviços que visem à promoção social das áreas;

- assessorar na Administração de outros equipamentos comunitários das áreas;
- criar uma sociabilidade nova entre os que participam das entidades, e entre estes e os de mais membros da comunidade, incentivando uma mentalidade de união para auto-ajuda na população.

2.2. CRECHES

Em estudos realizados nestas áreas carentes, constatou-se que um dos maiores obstáculos, que as mulheres encontram para trabalhar fora está no fato de não terem onde deixar os filhos.

Dessa maneira, considera-se necessário a implantação de creches nestas áreas, visando a possibilitar às mães trabalharem fora do lar sem que faltem aos filhos os cuidados indispensáveis.

Essas creches deverão atender, com atividades diversificadas, às crianças das faixas etárias de 1 a 3 anos e de 3 a 5 anos, desde que seja comprovado pelas mães a impossibilidade de assistirem os filhos em casa.

Deverão ser administradas pela própria população, através das sociedades de bairro ou dos Centros Comunitários em convênios com a LBA (refeição), Secretaria de Educação ou prefeituras municipais (orientação pedagógica), Secretaria de Bem Estar Social (treinamentos) e demais órgãos competentes que garantiria suas manutenções. As próprias mães, ou familiares das crianças matriculadas, através de revezamentos, se encarregariam da administração mais direta da creche - cozinhar, dar banho nas crianças, organizar brincadeiras e atividades, etc.

Deverã haver, também, um comprometimento do Centro ou Posto de Saúde, em dar assistência médica e dentãria nas creches.

Propõe-se a localização das creches junto às praças pùblicas (a serem também implantadas pelo Programa), visando à utilização de suas áreas livres para recreação das crianças.

Esse tipo de equipamento, é também um mecanismo indireto para o acréscimo da renda familiar nessas áreas. As deficiências das pequenas creches já existentes, com capacidade de atendimento reduzidíssima, ou a inexistência na maioria dos bairros, desse equipamento, vêm dificultando e impedindo, a contribuição das mulheres para a renda familiar.

2.3. LAZER

O espaço de lazer, reservado à população destas áreas é bastante limitado, constituído, em sua maioria, por áreas particulares, e, portanto, de difícil acesso devido à comercialização de sua utilização ou mesmo pelo fato de estarem localizadas fora das áreas.

São, também, em sua maioria, espaços reservados às manifestações dos homens, inexistindo em geral, equipamentos destinados às mulheres e às crianças, o que pode ser verificado na Tabela 2 a seguir.

TABELA 2

SITUAÇÃO ATUAL DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER

ÁREAS	BAIRROS	TIPOS DE EQUIPAMENTOS DO BAIRRO	ORGANIZAÇÕES NATURAIS EXISTENTES NO BAIRRO
Santa Rita (Vila Velha)	Santa Rita	. Campo de Futebol do Confiança F.C. . Bares com jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
	Alecrim	. Clube Náutico (Fut.) . Gafieiras . Bares com jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
	V. Garrido	. Campo do Madureira F.C. . Campo de Bola de Pau . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
	I. Conceição	. Campo de Futebol (área livre-particular) . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
	I. Goiabeiras	. Bares c/jogos de mesa	. turmas de bares . times de futebol
	Pedra dos Búzios	. Campo de Futebol do Camelo F.C. . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
	Capuaba	. Campo de Futebol (áreas livres particulares) . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares

Continuação da Tabela 2

ÁREAS	BAIRROS	TIPOS DE EQUIPAMENTOS DO BAIRRO	ORGANIZAÇÕES NATURAIS EXISTENTES NO BAIRRO
P. Santana (Cariacica)	P.Santana (3 morros)	. Quadra de Futebol ao lado do Centro Comunitário . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
Maria Ortiz (Vitória)	M ^a Ortiz/ /Jabour	. Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
Sta. Tereza	Sta.Tereza	. Campo de Futebol (área livre-Igreja) . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . grupo de excursão . turma de bares
	Cabral	. Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . turmas de bares
	Chapada	. Sede do Ideal Futebol Clube (festas LBA etc) . Bares c/jogos de mesa	. times de futebol . grupos de excursão . Bloco <i>Sai da Reta</i> . Ala de Escola de Samba (COLIBRIS)

É importante observar que, a correção destas deficiências não consiste no transporte de equipamentos semelhantes aos de bairros de renda média ou alta para as áreas de baixa renda. Mas, deve consistir na criação de espaço para que esta população de baixa renda possa exercitar seus hábitos e seus costumes. Daí, a necessidade de valorização das organizações naturais dos bairros e a necessidade de sua participação nas definições de propostas de intervenções em seus locais de moradia, e a sua participação na coordenação de qualquer equipamento que seja implantado.

Como espaços de lazer a serem criados, limitou-se a dois tipos de equipamentos: as praças de esportes e as praças públicas.

- PRAÇAS DE ESPORTES

A crescente e desenfreada ganância por vultosos lucros do capital, que o sistema vem desenvolvendo, em uma das suas variantes, a especulação imobiliária, a ocupação indevida do solo, tem arrancado da população, espaços de que esta se serviria para desenvolver suas aptidões esportivas, como é o caso do *Futebol de Várzea*. Assim denominado, e como tal, está enquadrado dentro de características do próprio homem, porque é arte.

A escassez de áreas livres urbanas, tornou-se um grave problema para o desenvolvimento de atividades esportivas, sobretudo o futebol, por ser um esporte de massa, tanto na prática quanto em sua apreciação, e aqui considerado como um tipo de organização natural.

As dificuldades que a população encontrou para jogar suas *peladas*, ainda que, fazendo uso de escassas áreas livres, existentes nos setores onde estão localizados seus bairros (áreas em geral, de particulares e que, a qualquer momento poderão proibi-los de utilizá-las), permitiu-nos detectar a necessidade de

melhorias e garantias desses espaços, já utilizados habitualmente pela população.

Considera-se necessária a desapropriação de algumas dessas áreas, para a construção de Praças de Esportes. Estas constituiriam-se de um campo queimado de futebol, que quadra para outros esportes, um galpão que possibilite a realização de reuniões, além de espaços para vestiários, sanitários e depósito de materiais.

A administração dessas praças de esportes, assim que entregues à população, ficariam por conta de seus organismos mais amplos (Associação ou Centros Comunitários) e coordenados por uma federação formada pelos times existentes, que normalmente não encontram locais para praticarem suas atividades.

A criação dessas federações vem permitir a ampliação organizativa desses times a uma integração social maior, na medida que possam promover a realização de torneios e externos, além de outros eventos esportivos. Possibilitando assim, a formação de mais de um centro comum de interesses da população.

- PRAÇAS PÚBLICAS

Esta proposta de criação de Praças Públicas só faz sentido na medida que sua utilização como área de lazer venha obedecer às necessidades de população.

Essas áreas livres, as praças, assegurariam local de brincadeiras das crianças, de encontro das mulheres, dos homens e das pessoas mais velhas que gostam de passar o tempo com um bom papo.

Nessas áreas, além de algumas árvores, deveriam ser alocados, também, bancos e mesas de cimento para jogos. Ressalta-se, aqui, a necessidade de se deixar um espaço totalmente livre que possibilite à criança praticar suas várias modalidades de brincadeiras, como: pique, queimadas, bolas de gude, pião, soltar raias, brincar de carrinhos etc, de modo a não provocar grandes mudanças nos seus hábitos e costumes. Dessa forma, evita-se o risco de se ver equipamento depredados, como acontece em várias outras praças, quando são incentivados tipos de lazer que não condizem com o hábito da população.

A manutenção da praça seria realizada por moradores dos bairros, contratados pela prefeituras municipais.

2.4. SAÚDE

"A questão de saúde no Brasil é um problema que não pode ser resolvido sem que se leve em consideração o fator econômico e suas desastrosas consequências. A assistência médica das associações previdenciárias brasileiras estará condenada ao fracasso, enquanto persistir uma medicina prioritariamente curativa e não preventiva. Se a saúde pública tem retrocedido, o que pode ser verificado pelo crescimento dos índices de mortalidade infantil, persistência de doenças há muito extintas, é porque a fome tem aumentado, as condições de higiene, habitação e trabalho e os serviços sanitários têm-se deteriorado". (SESAC-1979).

Não se pode negar que a medicina curativa tem também um papel importante à cumprir, apesar de não conseguir conter o mal pela raiz. Porém, mesmo os benefícios da medicina curativa não vêm assistindo às áreas mais pobres. Os serviços de assistência médica

hospitalar e dos próprios profissionais da medicina vêm atenden
do, em geral, às populações de renda mais elevada.

Entretanto, considera-se de extrema necessidade a associação da medicina curativa à preventiva, a necessidade de uma melhor dis
tribuição de serviços médicos-sanitários, visando a uma melhoria das condições de saúde da população. E torna-se fundamental a parti
cipação comunitária na identificação de problemas, no planejamen
to dos programas de saúde e na sua execução. A população deve ter o direito e o dever de falar. O doente deve se manifestar so
bre o que ele é e como deve ser medicado. A participação não é apenas um meio para resolução de determinados problemas específi
cos, como um fim em si mesma, mas é uma forma de a população as
segurar suas conquistas numa postura ativa frente às suas necessi
dades.

A alocação de equipamentos de saúde, nas áreas-alvo do Programa CPM/BIRD/FJSN, torna-se uma medida indispensável, tendo em vista a precariedade dos níveis de renda e das condições de saneamento e habitação dessas áreas, e ao fato de serem desprovidas de con
dições de saúde eficientes. Em geral, os postos de saúde não vêm conseguindo atender nem a uma minoria da população dos bair
ros em que estão instalados. E, em muitos bairros, inexiste qual
quer equipamento, tendo os moradores que recorrerem à unidades distantes e, às vezes, até mesmo de outros municípios, como é o caso dos moradores de Vila Velha e Cariacica, que possuem uma rede de unidades de assistência médica muito precária. A área que se encontra em situação menos ruim é a de Santa Tereza, que tem alternativas de atendimento mais próxima.

A situação atual destas áreas, quanto às unidades de saúde exis
tentes, pode ser verificada a seguir, pela tabela 3.

SITUAÇÃO ATUAL - EQUIPAMENTOS SAÚDE

ÁREAS	BAIRROS	NÚCLEOS EXISTENTES	TIPOS DE ATENDIMENTO	ALTERNATIVAS PRÓXIMAS	ATENDIMENTO
M.Ortiz	Maria Ortiz	Não existe	Não existe	Posto de Saúde - S.Borges	Médico 2 vezes p/semana (3 horas)
S.Tereza	1. Chapada	Não existe	Não existe	Centro de Saúde Santo Antônio	Exames, etc. - médico/odontológico
	2. Santa Tereza	Não existe	Não existe	Centro de Saúde - Vitória	Exames, etc. - médico/odontológico p/crianças
	3. Cabral	Não existe	Não existe		
P.Santana	Porto de Santana	Posto Saúde (Baixada)	Serviço Médico(1/2 turno exames serviço dentário)	Posto Saúde de Itacibã (INAMPS)	Pronto-Socorro
		Posto Saúde do SESI (para associados)	Médico/odontológico	Posto Saúde de Porto Novo	Médico 2 vezes por semana
S.Rita	1. Santa Rita	Posto atendimento médico (centro comunitário)	Médico 1 vez p/semana		
	2. Alecrim	Hospital Evangélico	(Não atende a população local)	Hospital Maternidade 1a Velha (INAMPS)	Médico
	3. Vila Garrido	Posto atendimento médico (centro comunitário)	Médico/odontológico (2 vezes p/semana)	Posto de Saúde de Paul	Médico/odontológico
	4. Ilha da Conceição	" " "	Médico (segunda a sexta)		
	5. Ilha das Goiabeiras	Não existe	Não existe		
	6. Pedra dos Búzios	Não existe	Não existe		
	7. Capuaba	Não existe	Não existe		

Diante à precariedade desses equipamentos, considera-se necessária a implantação nestas áreas-alvo, de Centros e Postos de Saúde vinculados entre si e com atribuições específicas.

Os Centros de Saúde deverão ser localizados em um ponto central do aglomerado, enquanto os Postos de Saúde deverão ser alocados pelos outros bairros área-alvo, conforme a necessidade de cada área.

Os Centros de Saúde deverão ter, basicamente, as seguintes atribuições:

- 1) Atendimento médico (cardiologia, ginecologia, pediatria, ortopedia, neurologia, oftalmologia etc);
- 2) Pronto socorro geral;
- 3) Pronto socorro psiquiátrico;
- 4) Exames de laboratório clínico com recolhimento de material;
- 5) Distribuição de guias de internamento;
- 6) Atendimento de raio X;
- 7) Vacinação em massa (anti-tetânica, anti-rábica, 1^a infância etc);
- 8) Farmácia coletiva com distribuição gratuita de remédios.

Sendo as atribuições dos Postos de Saúde as seguintes:

- 1) Atendimento clínico de 1^a infância (CL. Geral);
- 2) Campanha de vacinação para 1^a infância;
- 3) Atendimento em prontos socorros;
- 4) Aplicação de injeções;

- 5) Atendimento odontológico;
- 6) Pesquisa farmácia com distribuição gratuita de remédios;
- 7) Campanha permanente em educação sanitária com controle e com bate das doenças transmissíveis.

A manutenção e operação dos Centros e Postos de Saúde deverão ser realizadas pela Secretaria da Saúde e prefeituras municipais; e sua administração deverá estar vinculada com o Centro Comunitário, ou Associação de Moradores, com o auxílio e participação dos or gãos competentes.

3. DISTRIBUIÇÃO FÍSICA E CUSTO POR ÁREA, DOS EQUIPAMENTOS SÓCIO - COMUNITÁ RIOS PROPOSTOS:

3.1. ÁREA DE SANTA RITA

a) CENTROS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

. Proposta 1 - Reforma com ampliação dos Centros Comunitários existentes, e complementação dos equipamentos necessários , sendo o Centro do Bairro de Santa Rita, ampliado para compor tar reuniões de toda a aglomeração. Deverão sofrer reformas com ampliação os Centros dos bairros:

- a) Santa Rita
- b) Alecrim
- c) Vila Garrido
- d) Ilha da Conceição

. Proposta 2 - Construção de 2 prédios para Associação de mora dores, com os equipamentos necessários, que deverão ser alo cados nos seguintes bairros:

- a) Pedra dos Búzios/Ilha das Goiabeiras
- b) Capuaba

Dimensionamento e Custos: (tabela 4, 5 e 6).

TABELA 4

DIMENSIONAMENTO E CUSTOS DOS CENTROS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (CR\$ 1,00)		CUSTO TOTAL (CR\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO	
REFORMA C/ AMPLIAÇÃO						
C.C. St ^a Rita	01	724	724	3.284.868	529.800	3.814.668
C.C. Vila Garrido	01	261	261	947.329	100.400	1.047.729
C.C. Alecrim	01	261	261	947.329	100.400	1.047.729
C.C. Ilha da Conceição	01	261	261	947.329	100.400	1.047.729
CONSTRUÇÃO DE ASSOCIA ÇÕES DE MORADORES						
Pedra de Búzios/Ilha das Goiabeiras	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686
Capuaba	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686
TOTAL	06	2.029	2.029	8.495.227	1.082.000	9.577.227

TABELA 5

ESTRUTURA FÍSICA FINAL DOS CENTRO COMUNITÁRIO, OU ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, DOS BAIRROS: VILA GARRIDO, ALECRIM, ILHA DA CONCEIÇÃO, PEDRA DOS BÓZIOS/ILHA DAS GOIABEIRAS E CAPUABA

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Salão para reuniões	01	200	200
Sala para administração	01	25	25
Sala de atividades	01	12	12
Cozinha	01	15	15
Sanitários	02	4,5	9
TOTAL	06	256,5	261

TABELA 6

ESTRUTURA FÍSICA FINAL DO CENTRO COMUNITÁRIO DE SANTA RITA

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Salão para reuniões	01	500	500
Salas administrativas	02	25	50
Salas de atividades	02	24	48
Sala para posto médico	01	30	30
Sala para posto odontológico	01	30	30
Cozinha e depósito	01	30	30
Sanitários	04	9	36
TOTAL	12	648	724

b) CRECHES

Proposta 1 - Construção de creches, junto às praças públicas, que deverão ser distribuídas da seguinte forma pelos bairros:

- a) Santa Rita 2 creches
- b) Alecrim 1 creche
- c) Vila Garrido 2 creches
- d) Pedra dos Búzios 1 creche
- e) Ilha das Goiabeiras 1 creche
- f) Ilha da Conceição 1 creche
- g) Capuaba 1 creche

Dimensionamento e custos e estruturação (ver tabelas 7 e 8)

TABELA 7

DIMENSIONAMENTO /CUSTOS DAS CRECHES

BAIRRO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (CR\$ 1,00)		CUSTO TOTAL POR UNIDADE (CR\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (CR\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
Santa Rita	02	147	294	666.955	450.000	1.116.955	2.233.910
Alecrim	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955
Vila Garrido	02	147	294	666.955	450.000	1.116.955	2.233.910
Pedra dos Búzios	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955
Ilha das Goiabeiras	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955
Ilha da Conceição	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955
Capuaba	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955
TOTAL	09	1.029	1.323	4.668.685	3.150.000	7.818.685	10.052.595

TABELA 8

ESTRUTURA FÍSICA DA CRECHE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para administração	01	15	15
Sala para dormitório	01	30	30
Sala para atividades	02	12	24
Sala para refeitórios	01	9	9
Cozinha/depósitos	01	30	30
Sanitários	02	4,5	9
Pátio coberto	01	30	30
TOTAL	09	130,5	147

c) LAZER

. Proposta 1 - Desapropriação de áreas livres e construção de sete praças de esportes, a serem distribuídas da seguinte forma:

- a) Bairro Santa Rita 1 praça de esportes
- b) Bairro Alecrim 1 praça de esportes
- c) Bairro Vila Garrido 1 praça de esportes
- d) Bairro Ilha da Conceição 1 praça de esportes
- e) Bairro Capuaba 1 praça de esportes
- f) Bairro Pedra dos Búzios 1 praça de esportes
- g) Bairro Ilha das Goiabeiras 1 praça de esportes

. Proposta 2 - Construir em áreas livres, nove praças públicas, a serem distribuídas da seguinte forma:

- a) Bairro Santa Rita 2 praças

- b) Bairro Alecrim 1 praça
- c) Bairro Vila Garrido 2 praças
- d) Bairro Ilha da Conceição 1 praça
- e) Bairro Capuaba 1 praça
- f) Bairro Pedra dos Búzios 1 praça
- g) Bairro ilha das Goiabeiras 1 praça

Dimensionamento e custos: ver tabelas 9, 10, 11 e 12.

TABELA 9

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS - PRAÇAS DE ESPORTES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNIT. (CR\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (CR\$ 1,00)
Praça de Esportes (uma em cada bairro)	07	7.854	54.978	1.442.123	10.094.861

TABELA 10
 ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA DE ESPORTES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Campos de futebol (105 x 70)	01	7.350	7.350
Quadra de esportes (16 x 14)	01	364	364
Sala de reunião	01	40	40
Vestiário/sanitários/ /chuveiros	02	40	80
Sala para depósito de material	02	10	20
TOTAL	07	7.804	7.854

TABELA 11
 DIMENSIONAMENTO/CUSTOS DAS PRAÇAS PÚBLICAS

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNIT. (CR\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (CR\$ 1,00)
Praças públicas	09	200	1.800	450.000	4.050.000

TABELA 12

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Área livre para lazer	01	100	100
Área arborizada com bancos e mesas de cimento para jogos	01	100	100

d) SAÚDE

Proposta 1 - Construção de um Centro de Saúde no Bairro de Santa Rita, para atendimento de todo Aglomerado.

Dimensionamento de custos: ver tabelas 13 e 14.

Proposta 2 - Construção de Postos de Saúde próximos dos Centros Comunitários e Associações de Moradores. Alocado um em cada bairro da área, com exceção de Santa Rita.

Dimensionamento de custos: ver tabelas: 13 e 15.

TABELA 13

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS DO CENTRO DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (CR\$ 1,00)		CUSTO UNIT. TOTAL (CR\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (CR\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
Centro de Saúde (Santa Rita)	01	460	460	5.000.000	2.500.000	7.500.000	7.500.000
Posto de Saúde (um em cada bairro)	06	91	546	530.000	265.000	795.000	4.770.000
TOTAL	07	551	1.006	5.530.000	2.765.000	8.295.000	12.270.000

TABELA 14

ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE SAÚDE

DEPENDÊNCIA	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para laboratório	01	24	24
Sala de enfermagem	01	15	15
Sala de Raio X	01	30	30
Sala Pronto Socorro Geral	01	15	15
Farmácia coletiva	01	15	15
Sala Pronto Socorro Psiquiátrico	01	15	15
Sala atendimento odontológico	01	15	15
Sala para consultas médicas	16	15	240
Sala de recepção	01	15	15
Sala do setor administrativo	03	10	30
Sala de estudos e pesquisas	01	10	10
Instalações sanitárias	04	09	36
TOTAL	32	188	460

TABELA 15

ESTRUTURA FÍSICA DO POSTO DE SAÚDE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA SANITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para recepção	01	15	15
Sala para setor administrativo	01	10	10
Sala de consultas médicas	01	15	15
Sala de atendimento odontológico	01	15	15
Sala de enfermagem	01	9	9
Farmácia coletiva	01	9	9
Instalações sanitárias	02	9	18
TOTAL	08	82	91

3.2. ÁREA DE PORTO DE SANTANA

a) CENTROS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

. Proposta 1 - reforma com ampliação do Centro Comunitário existente no Morro do Meio, colocando-o em condições de possibilitar reunião de toda aglomeração.

. Proposta 2 - construção de prédios para Associações de moradores, no Morro da Aparecida, e no Morro do Matadouro.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 16, 17 e 18

Tabela 16

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS - CENTRO COMUNITÁRIO E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
1. Reforma C/Ampliação:							
. C.C. Morro do Meio	01	300	300	1.088.906	100.400	1.189.306	1.189.306
2. Construção de Associações de Moradores							
. Morro da Aparecida	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686	1.309.686
. Morro do Matadouro	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686	1.309.686
TOTAL	03	522	822	3.457.278	351.400	3.808.678	3.808.678

Tabela 17

ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO COMUNITÁRIO (MORRO DO MEIO)

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA UNITÁRIA (m ²)
Salão para reuniões	01	200	200
Sala para administração	01	15	15
Cozinha/depósito	01	18	18
Sanitários	02	45	9
Sala de atividades	02	15	30
Sala para atendimento médico/odontológico	01	28	28
TOTAL	08	280,5	300

Tabela 18

ESTRUTURA FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Salão para reuniões	01	200	200
Sala para administração	01	25	25
Sala de atividades	01	12	12
Cozinha	01	15	15
Sanitários	02	4,5	9
TOTAL	06	256,5	261

b) CRECHES

. Proposta 1 - construção de creches junto às praças Públicas, a serem distribuídas da seguinte forma pelos bairros.

- . Morro do Meio - 1 creche
- . Morro do Matadouro - 1 creche
- . Morro da Aparecida - 1 creche

Dimensionamento e custos: ver tabelas 19 e 20

Tabela 19

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS DAS CRECHES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNIDADE (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
Creches (1 em cada Morro)	03	147	441	666.955	450.000	1.116.955	3.350.865
TOTAL	03	147	441	666.955	450.000	1.116.955	3.350.865

Tabela 20

ESTRUTURA FÍSICA DA CRECHE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para administração	01	15	15
Sala para dormitório	01	30	30
Sala para atividades	02	12	24
Sala para refeitórios	01	9	9
Cozinha/depósitos	01	30	30
Sanitários	02	4,5	9
Pátio coberto	01	30	30
TOTAL	09	130,5	147

c) LAZER

- . Proposta 1 - desapropriação de áreas livres para construção de praças de Esportes, a serem alocadas 1 em cada morro.

Dimensionamento e custos: ver tabela 23 e 22

- . Proposta 2 - construção em áreas livres de praça pública, a serem alocadas uma em cada morro.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 21 e 23

Tabela 21

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS - PRAÇAS DE ESPORTES E PRAÇAS PÚBLICAS

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
- Praça de Esportes (1 em cada morro)	03	7.854	23.562	1.442.123	4.326.369
- Praça Pública (1 em cada morro)	03	200	600	450.000	1.350.000
TOTAL	06	8.054	24.162	1.892.123	5.676.369

Tabela 22

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA DE ESPORTES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Campo de futebol (105 x 70)	01	7.350	7.350
Quadra de esportes (16 x 14)	01	364	364
Sala de reunião	01	40	40
Vestiário/sanitários/ /chuveiros	02	40	80
Sala para depósito de material	02	10	20
TOTAL	07	7.804	7.854

Tabela 23

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Área livre para lazer	01	100	100
Área arborizada com bancos e mesas de cimento para jogos	01	100	100

d) SAÚDE

- . Proposta 1 - Construção de um Centro de Saúde no Morro do Meio, para atendimento de todo aglomerado.

Dimensionamento de custos: ver tabela 24

- . Proposta 2 - construção de Postos de Saúde próximos às Associações de Moradores e ao Centro Comunitário. Distribuição:

- . Morro da Aparecida - 1 posto

- . Morro do Matadouro - 1 posto

Dimensionamento e custos: ver tabelas 24, 25 e 26

Tabela 24

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS - CENTRO DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
- Centro de Saúde (Morro do Meio)	01	460	460	5.000.000	2.500.000	7.500.000	7.500.000
- Posto de Saúde (Morro da Aparecida e Morro do Matadouro)	02	91	182	530.000	265.000	795.000	1.590.000
TOTAL	03	551	642	5.530.000	2.765.000	8.295.000	9.090.000

Tabela 25

ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE SAÚDE

DEPENDÊNCIA	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para laboratório	01	24	24
Sala de enfermagem	01	15	15
Sala de Raio X	01	30	30
Sala Pronto Socorro Geral	01	15	15
Farmácia coletiva	01	15	15
Sala Pronto Socorro Psiquiátrico	01	15	15
Sala atendimento odontológico	01	15	15
Sala para consultas médicas	16	15	240
Sala de recepção	01	15	15
Sala do setor administrativo	03	10	30
Sala de estudos e pesquisas	01	10	10
Instalações sanitárias	04	09	36
TOTAL	32	188	460

Tabela 26

ESTRUTURA FÍSICA DO POSTO DE SAÚDE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA SANITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para recepção	01	15	15
Sala para setor administrativo	01	10	10
Sala de consultas médicas	01	15	15
Sala de atendimento odontológico	01	15	15
Sala de enfermagem	01	9	9
Farmácia coletiva	01	9	9
Instalações sanitárias	02	9	18
TOTAL	08	82	91

3.3. ÁREA DE SANTA TEREZA

a) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

- Proposta 1 - construção de um prédio, para Associação de Moradores, com os equipamentos necessários a ser localizada em área central.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 27 e 28

Tabela 27

DIMENSIONAMENTO/CUSTO - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO	
- Construção de Associação de Moradores	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686
TOTAL	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686

Tabela 28

ESTRUTURA FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Salão para reuniões	01	200	200
Sala para administração	01	25	25
Sala de atividades	01	12	12
Cozinha	01	15	15
Sanitários	02	4,5	9
TOTAL	06	256,5	261

b) CRECHE

. Proposta 1 - construção de creches, junto às praças públicas, a serem distribuídas da seguinte forma:

- . Morro do Crabal - 1
- . Morro de Santa Tereza - 1
- . Morro da Chapada - 1

Dimensionamento e custos: ver tabelas 29 e 30

Tabela 29

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS DAS CRECHES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNIDADE (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
Creches (1 em cada Morro)	03	147	441	666.955	450.000	1.116.955	3.350.865
TOTAL	03	147	441	666.955	450.000	1.116.955	3.350.865

Tabela 30

ESTRUTURA FÍSICA DA CRECHE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para administração	01	15	15
Sala para dormitório	01	30	30
Sala para atividades	02	12	24
Sala para refeitórios	01	9	9
Cozinha/depósitos	01	30	30
Sanitários	02	4,5	9
Pátio coberto	01	30	30
TOTAL	09	130,5	147

c) LAZER

- . Proposta 1 - desapropriação de área livre para construção de uma praça de Esporte, a ser localizada em área central.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 31 e 32

- . Proposta 2 - construção de 3 praças públicas a serem distribuídas da seguinte forma:

- . Morro de Santa Tereza - 1
- . Morro do Cabral - 1
- . Morro da Chapada - 1

Dimensionamento e custos: ver tabelas 31 e 33

Tabela 31

DIMENSIONAMENTO/CUSTO - PRAÇA DE ESPORTES E PRAÇAS PÚBLICAS

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m)	ÁREA TOTAL (m)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
- Praça de Esportes	01	7.854	7.854	1.442.123	1.442.123
- Praças Públicas	03	200	600	450.000	1.350.000
TOTAL	04	8.054	8.454	1.892.123	2.792.123

Tabela 32

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA DE ESPORTES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Campo de futebol (105 x 70)	01	7.350	7.350
Quadra de esportes (16 x 14)	01	364	364
Sala de reunião	01	40	40
Vestiário/sanitários/ /chuveiros	02	40	80
Sala para depósito de material	02	10	20
TOTAL	07	7.804	7.854

Tabela 33

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Área livre para lazer	01	100	100
Área arborizada com bancos e mesas de cimento para jogos	01	100	100

d) SAÚDE

. Proposta 1 - construção de um posto de saúde, para atendimento dos 3 morros, a ser localizado próximo à Associação de Moradores.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 34 e 35

Tabela 34

Dimensionamento/Custo - Posto de Saúde

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
Posto de Saúde	01	91	91	530.000	265.000	795.000	795.000
TOTAL	01	91	91	530.000	265.000	795.000	795.000

Tabela 35

ESTRUTURA FÍSICA DO POSTO DE SAÚDE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA SANITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para recepção	01	15	15
Sala para setor administrativo	01	10	10
Sala de consultas médicas	01	15	15
Sala de atendimento odontológico	01	15	15
Sala de enfermagem	01	9	9
Farmácia coletiva	01	9	9
Instalações sanitárias	02	9	18
TOTAL	08	82	91

3.4. ÁREA DE MARIA ORTIZ

a) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

. Proposta 1 - construção de um prédio com os equipamentos necessários para Associação de Moradores.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 36 e 37

Tabela 36

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO	
- Construção de Associação de Moradores	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686
TOTAL	01	261	261	1.184.186	125.500	1.309.686

Tabela 37

ESTRUTURA FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Salão para reuniões	01	200	200
Sala para administração	01	25	25
Sala de atividades	01	12	12
Cozinha	01	15	15
Sanitários	02	4,5	9
TOTAL	06	256,5	261

b) CRECHES

. Proposta 1 - construção de um prédio para funcionamento da creche, devidamente equipada, a ser alocado junto à praça pública.

Dimensionamento e custos: ver tabelas 38 e 39

Tabela 38

DIMENSIONAMENTO/CUSTO - CRECHE

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
- Creche	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955
TOTAL	01	147	147	666.955	450.000	1.116.955	1.116.955

Tabela 39

ESTRUTURA FÍSICA DA CRECHE

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para administração	01	15	15
Sala para dormitório	01	30	30
Sala para atividades	02	12	24
Sala para refeitórios	01	9	9
Cozinha/depósitos	01	30	30
Sanitários	02	4,5	9
Pátio coberto	01	30	30
TOTAL	09	130,5	147

c) LAZER

- . Proposta 1 - construção de uma praça de Esportes, em área central

Dimensionamento e custos: ver tabelas 40 e 41

- . Proposta 2 - construção de uma praça pública em área central

Dimensionamento e custos: ver tabelas 40 e 42

Tabela 40

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS - PRAÇAS DE ESPORTES - PRAÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
- Praça de Esporte	01	7.854	7.854	1.442.123	1.442.123
- Praça Pública	01	200	200	450.000	450.000
TOTAL	02	8.054	8.054	1.892.123	1.892.123

Tabela 41

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA DE ESPORTES

DEPENDÊNCIAS	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Campo de futebol (105 x 70)	01	7.350	7.350
Quadra de esportes (16 x 14)	01	364	364
Sala de reunião	01	40	40
Vestiário/sanitários/ /chuveiros	02	40	80
Sala para depósito de material	02	10	20
TOTAL	07	7.804	7.854

Tabela 42

ESTRUTURA FÍSICA DA PRAÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNIT. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Área livre para lazer	01	100	100
Área arborizada com bancos e mesas de cimento para jogos	01	100	100

d) SAÚDE

. Proposta 1 - construção de um Centro de Saúde

Dimensionamento e custos: ver tabelas 43 e 44

Tabela 43

DIMENSIONAMENTO/CUSTOS - CENTRO DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	UN	ÁREA UNITÁRIO (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)		CUSTO TOTAL UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
				CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO		
Centro de Saúde	01	460	460	5.000.000	2.500.000	7.500.000	7.500.000
TOTAL	01	460	460	5.000.000	2.500.000	7.500.000	7.500.000

Tabela 44

ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE SAÚDE

DEPENDÊNCIA	UN	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Sala para laboratório	01	24	24
Sala de enfermagem	01	15	15
Sala de Raio X	01	30	30
Sala Pronto Socorro Geral	01	15	15
Farmácia coletiva	01	15	15
Sala Pronto Socorro Psiquiátrico	01	15	15
Sala atendimento odontológico	01	15	15
Sala para consultas médicas	16	15	240
Sala de recepção	01	15	15
Sala do setor administrativo	03	10	30
Sala de estudos e pesquisas	01	10	10
Instalações sanitárias	04	09	36
TOTAL	32	188	460

Tabela 45

RESUMO DAS PROPOSTAS DE EQUIPAMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS - DIMENSIONAMENTO/CUSTOS

ÁREAS	TIPO DE EQUIPAMENTO	UN	ÁREA TOTAL (m ²)	CUSTO TOTAL POR ÁREA (Cr\$ 1,00)
I - STA RITA (Vila Velha)	Centros Comunitários (reforma)	04	1.507	6.957.855
	Associações de Moradores	02	522	2.619.372
	Creches	09	1.323	10.052.595
	Praças de Esportes	07	54.978	10.094.861
	Praças Públicas	09	1.800	4.050.000
	Centro de Saúde	01	460	7.500.000
	Posto de Saúde	06	546	4.770.000
	SUBTOTAL	38	61.136	46.044.683
II - PORTO DE SANTANA (Cariacica)	Centro Comunitário (reforma)	01	300	1.189.306
	Associações de Moradores	02	822	2.619.372
	Creches	03	441	3.350.865
	Praças de Esportes	03	23.562	4.326.369
	Praças Públicas	01	600	1.350.000
	Centro de Saúde	01	460	7.500.000
	Posto de Saúde	02	182	1.590.000
	SUBTOTAL	15	26.367	21.925.912
III - SANTA TEREZA (Vitória)	Associação de Moradores	01	261	1.309.686
	Creches	03	441	3.350.865
	Praças de Esportes	01	7.854	1.442.123
	Praças Públicas	03	600	1.350.000
	Posto de Saúde	01	91	795.000
		SUBTOTAL	09	9.247
IV - MARIA ORTIZ (Vitória)	Associação de Moradores	01	261	1.309.686
	Creches	01	147	1.116.955
	Praças de Esportes	01	7.854	1.442.123
	Praça Pública	01	200	450.000
	Centro de Saúde	01	460	7.500.000
		SUBTOTAL	05	8.922
TOTAL		67	105.672	88.037.033

TABELA 46

TERRENOS NECESSÁRIOS PARA ALOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
(edificação, circulação e expansão)

ÁREAS	TIPO DE EQUIPAMENTO	TERRENOS NECESSÁRIOS (m ²)	CUSTO POR M ²	CUSTO TOTAL DO TERRENO (CR\$ 1,00)
SANTA RITA (Vila Velha)	Centros Comunitários	2.261	120	271.320
	Associações de moradores	783	120	93.960
	Praças Públicas	2.160	120	259.200
	Creches	1.985	120	238.200
	Praças de Esportes	82.467	120	9.896.040
	Centro de Saúde	552	120	66.240
	Postos de Saúde	710	120	85.200
	SUBTOTAL	90.918		10.910.160
PORTO DE SANTANA (Cariacica)	Centros Comunitários	450	75	33.750
	Associações de moradores	1.233	75	92.475
	Praças Públicas	900	75	67.500
	Praças de Esportes	35.343	75	2.650.725
	Creches	662	75	49.650
	Centro de Saúde	552	75	41.400
	Posto de Saúde	273	75	20.475
	SUBTOTAL	39.413		2.956.075
SANTA TEREZA (Vitória)	Associação de moradores	392	125	49.000
	Creches	662	125	82.750
	Praças de Esportes	8.820	125	1.102.500
	Praças Públicas	900	125	112.500
	Posto de Saúde	137	125	17.125
	SUBTOTAL	10.911		1.363.875
MARIA ORTIZ (Vitória)	Associação de moradores	392	200	78.400
	Creches	220	200	44.000
	Praças de Esportes	8.820	200	1.764.000
	Praça Pública	300	200	60.000
	Centro de Saúde	690	200	138.000
	SUBTOTAL	10.422		2.084.400
TOTAL		151.664		17.314.510

TABELA 47

CUSTO TOTAL PARA ALOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS

ÁREAS	CUSTO DE CONSTRUÇÃO/REFORMA EQUIPAMENTO (Cr\$ 1,00)	CUSTO DO TERRENO (Cr\$ 1,00)	CUSTO TOTAL (Cr\$ 1,00)
Santa Rita	46.044.683	10.910.160	56.954.843
Porto de Santana	21.925.912	2.956.075	24.881.987
Santa Tereza	8.247.674	1.363.875	9.611.549
Maria Ortiz	11.818.764	2.084.400	13.903.164
TOTAL	88.037.033	17.314.510	105.351.543

4. OBSERVAÇÃO FINAL

Para melhor definição e elaboração das propostas de equipamentos socio-comunitários, considera-se necessária a efetuação de uma série de levantamento e estudos mais aprofundados, nas áreas, como: capacidade de atendimento e raio de influência dos equipamentos existentes: condições físicas dos prédios e dos equipamentos; demanda atual; disponilidade de terrenos para serem instalados os equipamentos etc.

Pretende-se também, atingir um envolvimento maior dos orgãos setoriais (indicados para implantação, manutenção e operação dos equipa-mentos), com os quais, já se iniciou um contacto preliminar.

Com as entidades e organizações *naturais* dos moradores, destas áreas, estabeleceram-se até agora contactos para apresentação e tomada de conhecimento do projeto e das organizações. Dever-se-á partir agora, para uma discussão mais aberta com estas organizações, visando a uma participação direta da população destas áreas, no fechamento de propostas para melhorias de seus bairros.

PERFIL DE PROJETO

EQUIPAMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS - EDUCAÇÃO

1. COMPONENTE:

Equipamentos sócio-comunitários

1.1. SUBCOMPONENTE:

Educação

1.2. ITEM:

Construção, ampliação, equipamento e reforma de unidades escolares de pré e 1º grau

2. CATEGORIA:

Educação - atendimento à população demandatária de pré-escola e do ensino de 1º Grau

3. DATA DA FORMULAÇÃO:

1980

4. OBJETIVOS

4.1. GERAL

Expansão e melhoria do atendimento à população demandatária da pré-escola e do Ensino de 1º Grau, prioritariamente oriunda de família de baixa renda localizada nos Municípios de Cariacica (Porto de Santana), Vila Velha (bairros: Santa Rita, Alecrim, Vigarido, Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios, Ilha das Goiabeiras e Capuaba), Vitória (bairros: Santa Tereza, Cabral, Chapada e Maria Ortiz), face ao acelerado processo de desenvolvimento da região da Grande Vitória.

4.2. ESPECÍFICOS

- desenvolver os mecanismos necessários à implantação e/ou implementação do Ensino Pré-Escolar e de 1º grau nesses municípios visando a equacionar a demanda/oferta nos próximos três anos.
- ampliar e desenvolver a capacidade operacional do atendimento ao aluno da Pré-Escola e do 1º grau nos municípios citados, a través de construção, ampliação, equipamento e reforma de escolas de forma a superar o *deficit* de atendimento à população carente na faixa etária de 4 a 6 e 7 a 14.

5. AÇÕES PROPOSTAS

5.1. GERAIS

- PRÉ-ESCOLA

O atendimento à infância, e em particular, para a faixa pré-escolar, tem sido gradativamente reconhecido como fator preponderante no desenvolvimento posterior da criança e do indivíduo adulto, principalmente nas regiões pouco favorecidas e para as crianças que têm poucas oportunidades de estimulação, quer por condições sócio-econômicas e culturais da família de baixa renda, quer por situações particulares de desagregação familiar.

Estudos mostram o atraso sofrido pelas crianças, quando não estimulados nos primeiros anos, com reflexos no seu desenvolvimento cognitivo, psíquico e emocional.

Considerando-se, portanto, a Região da Grande Vitória, ocupada por uma população, predominantemente de baixa renda, princi

palmente nas áreas de invasão e de ocupação mais recente, cabe atentar para as consequências da falta de atuação pública acumulada no setor.

Todos os municípios da região apresentam um quadro desolador do atendimento pré-escolar, com gravidade maior, naturalmente na rede pública, pois, considerando-se apenas a demanda carente, em 1980 apresenta o déficit absoluto de 9.196 vagas. Esta deficiência ainda cresce para 10.521, em consequência de fatores específicos de cada área e de cada escola, como a má localização, a inacessibilidade parcial, a má distribuição ou a simples precariedade dos barracos em funcionamento.

As tabelas 1 e 2 mostram, numa visão sintética o atendimento pré-escolar na Região da Grande Vitória, por município e segundo a dependência administrativa.

Pode-se verificar que, realmente os municípios que concentram a maior demanda carente são Vitória, Vila Velha e Cariacica.

Num enfoque mais específico, constata-se, conforme evidencia a tabela 3, que os bairros mais carentes a serem prioritariamente atendidos estarão relacionados na mesma com as respectivas demandas.

As propostas feitas para este tipo de ensino nesses municípios visam, basicamente: desenvolvimento de hábitos de higiene individual e social; proporcionar às crianças de famílias sócio-economicamente carentes em cidade de quatro a seis anos assistência integral ao seu desenvolvimento físico, mental e social; prevenção da reprovação e evasão escolar; prevenção da marginalização e delinquência juvenil e prevenção do comprometimento mental por carência alimentar.

Considerando a importância de se recuperar parte das oportunidades e experiências que são negadas às crianças provenientes das famílias de baixa renda localizadas nas Áreas de Intervenção e a incorporação crescente da mão-de-obra feminina, no mercado de trabalho, procurou-se fixar critérios básicos para a localização das escolas:

- a) áreas com predominância de famílias de baixa renda;
- b) proximidade às áreas de moradia, que possibilite caminhada sem obstáculos ou riscos às crianças;
- c) proximidade ou agregação de pré-escola às escolas de 1º grau para que possa haver aproveitamento de recursos, de apoio e de encaminhamento simultâneo de crianças da mesma família, em diferentes idades;
- d) Terrenos com disponibilidade de ampliação e atendendo às condições essenciais de salubridade, topografia e dimensões.

- 1º GRAU

Na Região, como um todo, as quatro primeiras séries representam 64,5% da matrícula total de 79. Se examinadas as duas primeiras séries, elas representam 38,6% do total, o que permite vislumbrar a distribuição piramidal dos alunos, com maior carga nos anos iniciais, que não se justifica apenas pelo crescimento da população na área.

É ainda significativo o dado de matriculados na 1ª série de 1978 - 24.189 alunos - que na 2ª série de 1979 passa a ser de 18.153 alunos, indicando, portanto, uma perda tanto por repetência quanto por evasão de uma população de 6.036 crianças apenas na passagem entre as duas séries iniciais, na zona urbana.

A situação do Ensino de 1º grau, pode numa visão resumida, ser observada na tabela 4 que evidencia a distribuição do alunado por turno e dependência administrativa, localização e turno de funcionamento.

A tabela 5 destaca, resumidamente a situação de atendimento à demanda para esse grau de ensino. É também, nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica que se concentra o maior contingente estudantil.

Visando a minimizar a problemática do atendimento às populações carentes nas faixas de 7 a 14 anos (1º grau) e 4 a 6 (pré-escolar) propõem-se a construção, a ampliação, equipamento e reforma de unidades escolares das redes oficiais estadual e municipal de ensino nos Municípios de Vitória (bairros: Santa Tereza, Cabral, Chapada e Maria Ortiz), Vila Velha (bairros: Santa Rita, Alecrim, Vila Garrido, Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios, Ilha das Goiabeiras e Capuaba), Cariacica (Porto de Santana).

Do estudo realizado ao nível de bairro chegou-se as seguintes constatações que serviram de subsídios para a definição de prioridades explicitados nos quadros em anexo.

Ao nível de bairro, a situação pode ser demonstrada como se segue.

5.2. ESPECÍFICAS

- ÁREA DE SANTA TEREZA

Por estar situado numa área quase central é relativamente privilégiado em relação ao 1º grau. Dentro da própria área existe uma escola com capacidade instalada para 816 alunos e nos

arredores bem próximo existe ainda uma escola com capacidade instalada de 1.124 vagas. Levando em consideração a população de 7 a 14 anos da área (1.600 pessoas) pode-se considerar, que em relação ao 1º grau a área é bem servida.

A pré-escola é bastante carente, na área. Deverão ser ampliadas as escolas de 1º Grau existentes na área para atender uma demanda de 422 alunos, de 4 a 6 anos.

- ÁREA DE MARIA ORTIZ

Na área de Educação Obrigatória (7 a 14 anos) existem cerca de 20% que não estão estudando.

As duas escolas que atendem a essa população, têm uma capacidade instalada para abrigar 1.100 alunos e estão com sua capacidade de atendimento esgotada, uma vez que servem além do Assentamento, à população dos conjuntos habitacionais e bairros circunvizinhos. A matrícula nessas duas escolas atinge a 1.587 alunos.

A implantação de uma escola de 1º grau no Assentamento decorre da necessidade de concentrar no bairro as atividades de educação uma vez que 20% da população estudantil não está sendo atendida pela rede escolar da vizinhança.

Numa pesquisa realizada nesse assentamento em 1978 revelou-se que 54% da população não completou o 1º grau e 15% da população é composta de analfabetos logo, a escola dentro do bairro funcionará com a tarefa primordial de proporcionar aos moradores a instrução básica.

Levando em consideração essa pesquisa e suas propostas, a Prefeitura Municipal de Vitória começou a construir um prédio para o funcionamento dessa escola que se acha inacabado, tornando

do-se, portanto, urgente sua conclusão, através da ação da Prefeitura Municipal, porém posteriormente à construção de salas de aula para atendimento ao Pré-Escolar à conta deste Projeto.

- ÁREA DE PORTO SANTANA

O Bairro de Porto de Santana, por estar próximo de áreas desprovidas de escolas (Flexal - área de invasão recente), tem sofrido uma pressão de demanda bem acima de sua capacidade instalada. Por isto, a proposta para esse bairro não pode ser isolada de uma proposta para o bairro vizinho. Se for levado em consideração a demanda dentro da área, a capacidade de instalação ainda é insuficiente. Existe, inclusive, dentro da área, Escola Singular (uma classe com várias séries) o que normalmente só acontece na zona rural.

Existem muitas escolas onde a instalação física é bastante precária (barracos de madeiras).

As propostas para este bairro vão desde a reforma de prédios, ampliação e criação de novas escolas.

A instalação física tem capacidade de suportar a demanda de 3.506 alunos, sendo que, se levarmos em consideração a população de 7 a 14 anos, é necessária urgente a ampliação ou construção de novos prédios.

Quanto ao pré-escolar, existe um deficit de quase 85% em relação à demanda atual. Para uma capacidade instalada de 159 alunos, a área possui uma demanda estimada para 1980 de 1.328 alunos.

- ÁREA DE SANTA RITA

Nessa área de Santa Rita composta de 7 assentamentos, somente dois deles - Vila Garrido e Alecrim - possuem uma rede escolar de 1º grau com capacidade instalada que comportaria a demanda. Acontece que os outros cinco por serem mais carentes e não dispõem de uma rede escolar suficiente sobrecarregam essa área.

Se considerarmos a área como um todo existe uma capacidade física instalada para 3.822 alunos, sendo que a população total de 7 a 14 anos é de 8.296 pessoas.

Há necessidade nesta área carente, de uma ação pedagógica especial, voltada para aceleração e recuperação da população. Esse setor compreende os assentamentos de Santa Rita, Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios, Capuaba e Ilha das Goiabeiras.

As propostas para esta área levam em consideração que a população mais carente não tem acesso (por várias razões - localização distante, falta de recurso para transporte, falta de vagas e outros) à rede escolar existente.

Portanto é necessário a construção e ampliação de escolas localizadas nessa região.

Em relação ao pré-escolar existe um *deficit* a ser coberto de 2.296 vagas sendo a proposta de construção de salas junto às escolas de 1º grau.

As propostas nas tabelas 7,8,9,10 e 11, visam basicamente atender as necessidades identificadas nas áreas de intervenção. Tornando, portanto, necessário beneficiar unidades escolares que se situam em áreas de influência dos bairros carentes.

TABELA 1

QUADRO RESUMO DO ATENDIMENTO DE 1º GRAU - GRANDE VITÓRIA - ZONA URBANA

MUNICÍPIO	MATR. 79	CAPACIDADE INSTALADA REDE			POPUL. 80 7 - 14	DEMANDA CONSERVADA A TENDÊNCIA		COMPOSIÇÃO DE CARENCIA		DEMANDA CARENTE		DECIFIT TOTAL		DEFICIT CARENTE	
		PÚBLICA	PART.	TOTAL		80	84	CARENTE %	EXTREM. CARENTE	80	84	80	84	80	84
Serra	10.057	8.623	308	8.931	11.821	10.607	14.843	65,49	19,00	7.157	10.518	2.874	6.571	1.231	3.750
Vitória	35.258	26.242	11.318	37.560	30.420	31.655	34.680	46,55	19,21	14.614	15.903	3.170	6.110	601	1.399
Vila Velha	36.601	29.467	7.668	37.135	36.493	37.736	49.334	39,37	16,94	14.796	20.523	5.428	14.841	1.392	4.136
Caracica	31.956	24.765	3.967	28.732	33.440	33.154	36.293	60,32	22,66	19.978	22.000	7.130	9.557	3.527	4.561
Viana	3.005	2.308	-	2.308	3.179	2.865	3.751	69,93	26,68	1.995	2.616	1.141	1.869	565	1.053
TOTAL	116.877	91.405	23.261	114.666	115.353	116.017	138.901	-	-	58.540	71.560	19.743	38.948	7.316	14.899

OBS.: O deficit a ser coberto resulta da Σ dos deficits encontrados em cada área; o superavit em uma área nem sempre pode auxiliar no equilíbrio de outra, ficando, portanto, invalidado em termos de viabilidade de utilização de vagas. Assim sendo, o deficit constante do quadro não corresponde à diferença entre o total da capacidade instalada e o total da demanda para 80 e 84, mas o que seria necessário para atender a cada área e a sua totalização, por município e região.

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Fundação Jones dos Santos Neves. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar na Grande Vitória*. Vol. I. Vitória, 1980.

TABELA 2

MATRÍCULA PRÉ ESCOLAR NA GRANDE VITÓRIA - 1979

DADOS DE MATRÍCULA: 1979		ENSINO: PRÉ-ESCOLAR		GRANDE VITÓRIA		
IDADE	SÉRIE	L O C.	TURNO DIURNO			
			TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
- 2	TOTAL		60	-	2	58
	URB.		60	-	2	58
2	TOTAL		387	-	64	323
	URB.		387	-	64	323
3	TOTAL		1.075	158	54	863
	URB.		1.075	158	54	863
4	TOTAL		3.313	1.131	519	1.663
	URB.		3.312	1.130	519	1.663
5	TOTAL		4.400	1.401	849	2.150
	URB.		4.386	1.387	849	2.150
6	TOTAL		4.723	1.679	1.145	1.899
	URB.		4.712	1.668	1.145	1.899
+ 6	TOTAL		427	94	125	208
	URB.		426	93	125	208
TOTAL	TOTAL		14.385	4.463	2.758	7.164
	URB.		14.358	4.436	2.758	7.164

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Fundação Jones dos Santos Neves. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar na Grande Vitória*. Vol. I Vitória, 1980.

TABELA 3

ATENDIMENTO PRÉ-ESCOLAR - NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

MUNICÍPIO	BAIRRO	MATRÍCULA 1979	CAPACIDADE INSTALADA NA SEDE			DEMANDA ESTIMADA 4 a 6 ANOS 1980	DEFICIT* A SER COBERTO P/ DEMANDA	% DO ATENDIMENTO ATUAL EM RELAÇÃO A DEMANDA
			PÚBLICA	PARTICULAR	TOTAL			
Vitória	Sta. Tereza							
	Chapada	18	0	50	50	422	422	0,00
	Cabral							
	M. ^a Ortiz	115	0	102	102	421	421	0,00
Cariacica	P.Santana	338	159	93	252	1.328	1.167	13,62
VILA VELHA	S. Rita							
	Alecrim							
	V.Garrido							
	P.Búzios	266	96	156	252	2.562	2.296	4,18
	Capuaba							
	I.Conceição							
	I.Goiabeiras							

*Considerou-se somente a capacidade da rede pública.

Fonte: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundação Jones dos Santos Neves. 1980.

TABELA 4

MATRÍCULA NO 1º GRAU - GRANDE VITÓRIA

		DADOS DE MATRÍCULAS - 1º GRAU - 1979										MUNICÍPIO: GRANDE VITÓRIA					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	L O C	TURNO DIURNO										TURNO NOTURNO					TOTAL GERAL
		TOTAL	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	TOTAL	5ª	6ª	7ª	8ª		
ESTADUAL	T	75048	16784	11539	10428	9444	9279	7381	5873	4320	3563	820	773	906	1064	78611	
	U	73618	16058	11226	10220	9261	9279	7381	5873	4320	3563	820	773	906	1064	77181	
	R	1430	726	313	208	183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1430	
MUNICIPAL	T	26387	7736	4877	3732	2895	2801	1961	1406	979	4301	1286	939	1056	1020	30688	
	U	24906	7002	4497	3512	2748	2801	1961	1406	979	4301	1286	939	1056	1020	29207	
	R	1481	734	380	220	147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1481	
SUB-TOTAL	T	101435	24520	16416	14160	12339	12080	9342	7279	5299	7864	2106	1712	1962	2084	109299	
	U	98524	23060	15723	13732	12009	12080	9342	7279	5299	7864	2106	1712	1962	2084	106388	
	R	2911	1460	693	428	330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2911	
PARTICULAR	T	18353	2884	2430	2273	2179	2151	2164	2089	2183	1468	251	285	389	543	19821	
	U	18353	2884	2430	2273	2179	2151	2164	2089	2183	1468	251	285	389	543	19821	
	R	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL GERAL	T	119788	27404	18846	16433	14618	14231	11464	9368	7482	9332	2357	1997	2351	2627	129120	
	U	116877	25944	18153	16005	14288	14231	11464	9368	7482	9332	2357	1997	2351	2627	126209	
	R	2911	1460	693	428	330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2911	

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Fundação Jones dos Santos Neves. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar na Grande Vitória*. Vol. I Vitória, 1980.

TABELA 5

QUADRO RESUMO DO ATENDIMENTO PRÉ-ESCOLAR - GRANDE VITÓRIA - ZONA URBANA

MUNICÍPIO	MATR. 79	CAPAC. INSTALADA NA REDE			DEMANDA ESTIMADA/80		DEMANDA ESTIMADA/84		COMPOSIÇÃO DE CARENCIA		DEMANDA CARENTE/80		DEMANDA CARENTE/84		DEFICIT A SER (2) COBERTO P/DEM.TOTAL		DEFICIT A SER (2) COB.P/DEM.CARENTE	
		PÚBLICA	PARTICULAR	TOTAL	4 A 6	6	4 A 6	6	CARENTE %	EXTREM. CARENTE	4 A 6	6	4 A 6	6	80	84	80	84
Serra	805	548 ^e	118	666	3.351	1.351	4.933	2.029	65,49	19,00	2.231	921	3.506	1.441	2.736	4.267	1.817	2.995
Vitória	6.419	2.266	4.410	6.676	7.159	2.992	7.894	3.293	46,55	19,21	3.345	1.398	3.665	1.529	2.138	2.696	1.758	2.117
Vila Velha	3.850	842	2.844	3.686	8.821	3.390	11.797	4.540	39,37	16,94	3.600	1.382	5.151	1.942	5.535	8.510	2.833	4.389
Cariacica	3.075	1.874	787	2.661	8.211	3.168	9.223	3.557	60,32	22,66	5.067	2.386	5.740	2.211	5.794	6.793	3.597	4.251
Viana	209	96	150	246	822	317	1.040	410	69,93	26,68	579	222	729	288	707	900	516	651
TOTAL	14.358	5.626	8.309	13.935	28.364	11.218	34.887	13.829	-	-	14.822	6.309	18.791	7.411	16.910	23.166	10.521	14.401

NOTAS: 1) O total de matrícula/79 em Cariacica, Vila Velha e Serra não corresponde exatamente à soma das matrículas por áreas, devido ao número de alunos das escolas que não entraram na divisão das áreas.

Cariacica - Escola de 1º Grau Dr. Souza Araujo - 44 alunos

Vila Velha - Escolinha Dô-Re-Mi (21 alunos) e Escolinha Pequeno Príncipe (8 alunos) - fechadas

Serra - Escola Pequeno Príncipe (62 alunos)

2) O deficit a ser coberto resulta do Σ dos deficits encontrados em cada área; o superavit em uma área nem sempre pode auxiliar no equilíbrio de outra, ficando, portanto, invalidado em termos de viabilidade de utilização de vagas. Assim sendo, o deficit constante do quadro não corresponde à diferença entre o total da capacidade instalada e o total da demanda para 80 e 84, mas o que seria necessário para atender a cada área e a sua totalização, por município e região.

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Fundação Jones dos Santos Neves. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar da Grande Vitória*. Vol. I Vitória, 1980.

TABELA 6

POPULAÇÃO DE 4 a 6 ANOS E DE 7 a 14 ANOS

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

MUNICÍPIO	BAIRRO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO DE 4 a 6 ANOS	POPULAÇÃO DE 7 a 14 ANOS
VILA VELHA	Santa Rita	10.000	873	2.219
	Alecrim	6.000	446	1.176
	Vila Garrido	15.000	1.115	2.940
	I. Conceição	5.000	437	1.109
	P. Búzios	1.500	131	342
	I. Goiabeiras	1.000	87	222
	Capuaba	1.300	114	288
CARIACICA	P. Santana	20.000	1.660	4.640
VITÓRIA	S. Tereza	2.500	165	600
	Cabral	3.500	231	900
	Chapada	2.000	132	500
	Maria Ortiz	6.500	526	1.365

Fonte: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundação Jones dos Santos Neves. 1980.

TABELA 7

REFORMA PARA ESCOLAS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º GRAU NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
REFORMA	CR\$ 19.500.000,00
NOME DAS ESCOLAS	VALOR EM CR\$ 1,00
Escola de 1º Grau Stellita Ramos	1.000.000,00
Escola de 1º Grau Presidente Castelo Branco	3.000.000,00
Escola de 1º Grau João Chisóstomo Beleza	2.000.000,00
Escola de 1º Grau General Tiburcio	1.000.000,00
Escola de 1º Grau Alípio Fraga	2.000.000,00
Escola de 1º Grau Adolfina Zamprogno	5.000.000,00
Escola de 1º Grau Barão do Rio Branco	1.500.000,00
Escola de 1º Grau Antonio Malbar	2.000.000,00
Escola de 1º Grau Naydes Brandão	2.000.000,00
TOTAL	19.500.000,00

TABELA 8

CUSTOS DE ESCOLA DE PRÉ E 1º GRAU PARA AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (CR\$ 1,00)
AMPLIAÇÃO	VALOR UNITÁRIO m ²
	Cr\$ 7.000,00
TOTAL	CR\$ 21.224.000,00

ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA

DEPENDÊNCIAS	Nº	ÁREA UNIDADE m ²	TOTAL m ²
. Sala de aula comum	34	55,00	1.870,00
. Biblioteca	2	55,00	110,00
. Ed. física	2	27,00	54,00
. Laboratório de Ciências	2	82,00	164,00
. Sala de iniciação para o trabalho	2	109,00	218,00
. Sala de diretoria	2	16,00	32,00
. Secretaria e arquivo	2	30,00	60,00
. Almojarifado	2	27,00	54,00
. Sala de professores	4	27,00	108,00
. Orientação pedagógica	4	55,00	220,00
. Orientação educacional	2	27,00	54,00
. Conjunto cantina, cozinha e despensa	2	16,00	32,00
. Sanitários para professores	8	7,00	56,00
TOTAL	68	533,00	3.032,00

TABELA 9

CUSTOS DE ESCOLAS DE PRÉ E 1º GRAU PARA ÁREAS DE INTERVENÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (CR\$ 1,00)
CONSTRUÇÃO	VALOR UNITÁRIO m ²
	CR\$ 7.000,00
TOTAL	CR\$ 24.934.000,00

ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA

DEPENDÊNCIAS	Nº	ÁREA UNIDADE m ²	TOTAL m ²
Salas de aula comum	21	55,00	1.155,00
Biblioteca	2	55,00	110,00
Ed. Física	2	27,00	54,00
Iniciação para o trabalho	2	109,00	218,00
Laboratório de Ciências	2	82,00	164,00
Diretoria	3	16,00	48,00
Secretaria e arquivo	3	30,00	90,00
Orientação pedagógica	2	55,00	110,00
Sala de professores	2	27,00	54,00
Orientação educacional	2	55,00	110,00
Conjunto cantina, cozinha e despensa	3	16,00	48,00
Sanitários para alunos (conjuntos)	8	13,00	104,00
Sanitários para professores	6	7,00	42,00
Pátio coberto	-	-	564,00
Circulação	-	-	477,00
Áreas de paredes	-	-	214,00
TOTAL	58	547,00	3.562,00

Construção de 3 escolas nos Municípios:

- . Cariacica (2) - Porto Santana
- . Vila Velha (1) - Santa Rita

TABELA 10

EQUIPAMENTOS PARA ESCOLA PRÉ-ESCOLAR E 1º GRAU NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Conjunto para alunos	1.760	1.537,64	2.706.246,40
Mesa de trabalho p/professor	50	2.000,00	100.000,00
Cadeira fixa, sem braço	150	600,00	90.000,00
Armário aço 2 portas	25	8.000,00	200.000,00
Arquivo para doc. 4 gavetas	25	6.500,00	162.500,00
Cadeira estofada	50	900,00	45.000,00
Estante para biblioteca (revistas)	10	17.000,00	170.000,00
Estante em aço c/12 bandejas	10	7.000,00	70.000,00
Estante em aço c/7 prateleira	10	2.500,00	25.000,00
Fichário em aço c/2 gavetas	6	1.500,00	9.000,00
Mesa de Leitura c/2 lugares	40	3.000,00	120.000,00
Mesa para máquina	10	2.500,00	25.000,00
Mesa escrivaninha	30	4.000,00	120.000,00
Mesa para laboratório	20	2.500,00	50.000,00
Mesa de reunião	8	4.500,00	36.000,00
Máquina de escrever	8	16.000,00	128.000,00
Equipamentos salas pré-escolar	-	-	2.000.000,00
Equipamentos salas especiais	-	-	2.000.000,00
TOTAL	-	80.037,64	8.056.746,40

TABELA 11

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE PRÉ E 1º GRAU

Nº DE ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS		LOCALIZAÇÃO (ÁREAS DE INTERVENÇÃO)	DEPENDÊNCIA ADMINIST.	ESPECIFICAÇÃO DE OBRAS A SEREM REALIZADAS		
	NOME	MUNICÍPIO			CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO	REFORMA
01	E.1º G. Stellita Ramos	Cariacica	P.Santana	E	-	X	X
02	E.1º G. Presidente Castelo Branco	Cariacica	P.Santana	E	-	X	X
03	E.1º G. João Chrisóstomo Beleza	Cariacica	P.Santana	E	-		X
04	E.1º G. General Tibúrcio	Cariacica	P.Santana	E	-	X	X
05	E.1º G. Maria Ericina Santos	Vitória	Stª Tereza	E	-	X	-
06	E.1º G. Mauro Braga	Vitória	Stª Tereza	M	-	X	-
07	E. Municipal (Maria Ortiz)	Vitória	Mª Ortiz	M	-	X	-
08	E. 1º G. Alívia Fraga	Vitória	Mª Ortiz	E	-	-	X
09	E. 1º G. Adolfina Zamprogno	Vitória	Stª Rita	E	-	-	X
10	E. 1º G. Barão do Rio Branco	Vitória	Stª Rita	E	-	-	X
11	E. 1º G. Padre Humberto Piacenti	Vitória	Stª Rita	E	-	X	-
12	E. 1º G. Antonia Malbar	Vitória	Stª Rita	E	-	-	X
13	E. 1º G. Naydes Brandão	Vitória	Stª Rita	E	-	-	X
14	E. 1º G. Mário Casanova	Vitória	Stª Rita	E	-	X	-
15	E. 1º G. Cel. Joaquim Freitas	Vitória	Stª Rita	M	-	X	-
16	E. 1º G. Antonio P. Rodrigues	Vitória	Stª Rita	M	-	X	-

TABELA 12

PREVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DE SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E
DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

1º GRAU E PRÉ-ESCOLAR

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO ANUAL (CR\$)
Professor	100	8.250.600,00
Administrador Escolar	3	352.800,00
Supervisor	3	352.800,00
Orientador Educacional	3	352.800,00
Secretário Escolar	3	172.800,00
Bibliotecário	3	126.000,00
Auxiliar de Secretaria	3	126.000,00
Servente	15	496.800,00
Vigia	3	99.360,00
	136	10.329.960,00

CARIACICA E VILA VELHA - PERFIL DE PROJETO

CIRCULAÇÃO URBANA

1. CATEGORIA

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Circulação Urbana

3. PROJETO DO COMPONENTE DE SUBPROJETO

Melhoria das vias de circulação em Cariacica e Vila Velha

4. INTRODUÇÃO

A inclusão do componente circulação urbana no subprojeto Vitória além de compor o item Infra-estrutura, objetiva dar mais um passo no sentido da consolidação do Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito - PAITT.

Este Plano estudou de maneira global a problemática urbana e de transportes na Grande Vitória apresentando como propostas intervenções tanto na área física como operacional do sistema de transportes.

Por tratar do planejamento de transportes a nível de toda a Aglomeração, as intervenções propostas contemplaram áreas com níveis de renda heterogeneos. Assim, é possível intervir em obras viárias em áreas de baixa renda de maneira a atingir os objetivos do PAITT bem como os objetivos do projeto CPM/BIRD.

As áreas escolhidas para intervenção, principalmente as localizadas em Vila Velha e Cariacica, são servidas por linhas regulares de trans

portes coletivos que trafegam em vias em estado precário, que não são melhorados por sua própria situação e também pela situação da população que delas se servem. Acompanhando o que normalmente ocorre, verifica-se que a renda da população é determinante direta do nível de investimento do poder público nos diversos bairros, assim sendo dificilmente as populações de baixa renda terão infra-estrutura compatível com suas necessidades. O que se procura é atenuar as carências através de investimento de baixo custo que atinjam o maior número possível de pessoas, como é o objetivo do Projeto.

O sistema de transporte proposto, conforme explicitado no PAITT e no Documento Básico para Definição de Projetos, propõe um sistema estruturante em que todas as vias hoje servidas por transporte coletivo têm uma função específica e que para cumpri-la elas deverão oferecer condições mínimas de circulação. Desta forma é possível se intervir em vias, em regiões de baixa renda, cuja melhoria tanto trará benefícios à população como um todo, como contribuirá para a consolidação urbana do bairro e para a implementação do sistema de transportes proposto.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Dentro do conceito de interrelacionamento dos componentes que se tem procurado seguir neste subprojeto, o componente circulação urbana exerce uma função importante interagindo fortemente nos outros componentes. Mais do que simples meio de deslocamento este componente exerce influências tanto nos aspectos econômicos como nos sociais, através de suas funções estruturante e configuradora do uso do solo, e se inclui, ainda, entre as mais importantes funções urbanas, a função circular que exerce papel de ligação levando pessoas a seus empregos, levando mantimentos aos postos de distribuição, permitindo acessibilidade aos equipamentos comunitários, além de outros.

Assim sendo, a escolha das vias para intervenção baseou-se em critérios de acessibilidade e de prioridade urbana. As vias eleitas de al

guma forma tem relação direta com a área como um todo, o que define o critério de acessibilidade, e tem relação direta com sua função e estado de conservação atual, o que define o critério de prioridade.

A análise das condições de drenagem, pavimentação e iluminação das vias por onde circulam os transportes coletivos na Grande Vitória, realizada "*in loco*", permitiu que se determinasse um conjunto de vias com necessidades de intervenções físicas imediatas. Estabeleceu-se, então, uma ordem de prioridade para as mesmas em função do qual, foram subalocadas para programas distintos, como: Plano Prioritário de Transportes Urbanos (EBTU), CPM/BIRD etc.

Os dados levantados mostraram que os municípios de Vila Velha e Cariacica conjugam alta incidência de população mais carente de baixa renda e sistema viário deficiente, razão pela qual, procurou-se concentrar os investimentos neste setor, em tais municípios.

A escolha do nível tecnológico foi feita na conveniência das prefeituras municipais, definindo-se o uso de materiais de menor custo e abundantes na região, como a adoção de paralelepípedos na pavimentação. Os serviços de drenagem e iluminação solicitados foram os mínimos requeridos para manutenção do pavimento e segurança dos usuários.

Objetivou-se, com a escolha dessas vias, oferecer melhores condições de acesso às áreas que abrigam populações de baixa renda, permitindo que o transporte coletivo e o abastecimento nestas áreas seja permanente e confiável.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO/CUSTOS

Os mapas em anexo indicam a localização das vias selecionadas, bem como sua função dentro de intervenção global. Estas vias normalmente aproxima a área de influência de um elemento importante do sistema de transportes que tanto pode ser uma via troncal como um terminal aqua

viário. Para cumprir sua missão estas vias devem permitir fluidez e conforto nos deslocamentos quaisquer que sejam as condições climáticas.

Assim sendo, os projetos que serão propostos para elas obedecerão aos critérios de custo reduzido porém tendo como forte determinante as condições mínimas que permitam um uso constante.

O projeto contemplará o calçamento ou recuperação do existente usando o material existente na região, preferencialmente paralelepípedos; a construção e manutenção dos sistemas de drenagem e iluminação. Em se tratando de vias para transporte coletivo foram previstos abrigos nos pontos de ônibus.

O detalhamento, a nível de perfil, dos quantitativos e dos custos para estas obras são apresentados nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, em anexo. Também, esses quadros indicam a listagem por município das vias selecionadas.

Quer-se alertar que, uma possível quebra de continuidade das vias pode indicar que aquele trecho está em condições aceitáveis ou que já foi objeto de financiamento por outra fonte.

TABELA 2

VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO - PROGRAMA CPM/BIRD

- MUNICÍPIO DE CARIACICA: TABELA DE CUSTOS*

IDENTIFICAÇÃO		CUSTOS (1.000,00)					
VIA	EXT. (M)	MEIO-FIO	DRENAGEM	PAVIMENTAÇÃO	ABRIGO	ILUMINAÇÃO	TOTAL
Rua Principal (Porto Santana)	1.540	418	3.170	2.311	150	175	6.224
Estrada Flexal	2.660	1.208	5.415	5.027	200	110	11.960
Rua da Assembléia (Porto Sananta)	400	-	826	364	50	-	1.240
Acesso Morro N.S. Aparecida	1.700	182	120	1.150	75	81	5.608
São Jorge/Francisco Pinto (Itacibã)	1.210	-	3.456	1.101	75	-	4.632
Rua Claricio Ribeiro (Itanguã)	940	-	2.677	855	50	-	3.582
Rua Ouro Branco (Nova Brasília)	320	145	650	605	50	-	1.450
Estrada de Piranema	560	254	823	1.058	50	-	2.185
Éliezer B. Jesus (Santana)	1.210	549	2.335	2.287	50	-	5.221
Castelo Branco (Bela Aurora)	750	340	1.526	1.148	50	-	3.064
Estrada Rosa da Penha	1.200	545	2.479	2.268	75	53	5.420
TOTAL	12.490	3.641	23.477	22.174	875	419	50.586

*Custos estimados em abril/80.

TABELA 1

VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO - PROGRAMA CPM/BIRD
 - MUNICÍPIO DE CARIACICA: CUSTOS X POPULAÇÃO*

VIA	EXTENSÃO (m)	CUSTO Cr\$ 1.000,00	POPUL. ATENDIDA (1.000 hab)	CUSTO P/Km (Cr\$ 1.000,00)	CUSTO P/HAB. (Cr\$ 1,00)
Rua Principal/Estrada para Flexal	4.200	18.184	8,6	4.330	2.114
Rua da Assembléia/Acesso Morro N. S. Aparecida	2.100	6.848	8,5	3.260	805
São Jorge/Francisco Pinto	1.210	4.632	3,3	3.830	1.404
Claricio Ribeiro/O.Branco/ /Est. Piranema	1.820	7.217	3,5	3.965	2.062
Eliezer B.Jesus	1.210	5.221	1,6	4.310	3.263
Castelo Branco/Est. Rosa da Penha	1.950	8.484	3	4.350	2.828

*Custos estimados em abril/80.

TABELA 4

VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO - PROGRAMA CPM/BIRD
 - MUNICÍPIO DE VILA VELHA: CUSTOS X POPULAÇÃO*

VIA	EXTENSÃO (m)	CUSTO Cr\$ 1.000,00	POPUL. ATENDIDA (1.000 hab)	CUSTO P/Km (Cr\$ 1.000,00)	CUSTO P/HAB. (Cr\$ 1,00)
Rua Cristovão Colombo/Alan Kardec	1.500	3.981	3,8	2.654	1.047
Est. Jerônimo Monteiro	2.250	5.873	9	2.610	653
Av. Presidente Vargas	840	2.586	3,5	3.078	740
Rua Ramalho/Estrada Velha	2.500	11.237	16	4.495	702
Rua 3 Irmãos	1.230	3.756	8,5	3.053	442
João F. Gonçalves/Paulo VI	2.910	9.235	15	3.174	616

*Custos estimados em abril/80.

TABELA 3

VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO - PROGRAMA CPM/BIRD

- MUNICÍPIO DE CARIACICA: DADOS QUANTITATIVOS

VIA	TRECHO	EXTENSÃO (m)	MEIO-FIO	DRENAGEM			PAVIMENTAÇÃO		ABRIGOS	PONTOS DE LUZ	
				Ø (m)	Cx. R.	Cx. I.	m ²	OBRA PROPOSTA		125	400
Rua Principal	3-2	60	-	1,00	2	1	480	Recup. calçamento	1		2
Rua Principal	2-6	560	-	0,80	23	3	3.920	Recup. calçamento	2		18
Rua Principal	6-7	920	1.840	0,80	37	4	6.440	Implant. calçam.	3		30
Estrada para Flexal	7-8	240	480	0,80	10	1	1.680	Implant. calçam.	1	5	
Estrada para Flexal	8-9	1.420	2.840	0,80	56	7	9.940	Implant. calçam.	3	25	
Estrada para Flexal	9-9A	1.000	2.000	0,80	50	5	7.000	Implant. calçam.	4	20	
Rua da Assembléia	3-3A	400	-	0,80	20	2	2.800	Recup. calçamento	2		
Acesso Morro Aparecida	3A-3B	1.100	2.200*	700**	-	-	7.700	Implant. calçam.	1	25	
Acesso Morro Aparecida	3B-3C	600	1.200*		-	-	4.200	Implant. calçam.	2	12	
São Jorge/Francisco Pinto	13-14	1.210	-	1,00	48	6	8.470	Recup. calçamento	3		
Claricio Ribeiro	14-15	940	-	1,00	38	4	6.580	Recup. calçamento	2		
Ouro Branco	15-16	320	640	0,80	12	2	2.240	Implant. calçam.	2		
Estrada Piranema	15-17	560	1.120	0,60	23	3	3.920	Implant. calçam.	2		
Eliezer B. Jesus	11-12	1.210	2.420	0,80	60	6	8.470	Implant. calçam.	2		
Rua Castelo Branco	22-26	750	1.500	0,80	35	3	4.250	Implant. calçam.	2		
Est. Rosa da Penha	26-23	1.200	2.400	0,80	60	6	8.400	Implant. calçam.	3	24	

*Meio-fio/sarjeta.

**Escada de dissipação de energia

TABELA 5
 VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO - PROGRAMA CPM/BIRD
 - MUNICÍPIO DE VILA VELHA: TABELA DE CUSTOS*

IDENTIFICAÇÃO		CUSTOS (1.000,00)					
VIA	EXT. (M)	MEIO-FIO	DRENAGEM	PAVIMENTAÇÃO	ABRIGO	ILUMINAÇÃO	TOTAL
Rua Cristovão Colombo (Glória)	900	-	1.316	819	75	-	2.210
Rua Alan Cardek (Toca)	600	273	877	546	75	-	1.771
Est. Jerônimo Monteiro (Aribiri)	2.250	-	3.270	2.210	225	168	5.873
Av. Presidente Vargas (Ataide)	840	-	1.246	1.160	100	80	2.586
Rua Ramalho (Alecrim)	80	-	1.421	73	25	-	1.519
Estrada Velha	2.430	717	4.024	4.602	200	175	9.718
Rua 3 Irmãos (Vila Garrido)	1.230	-	2.527	1.119	100	-	3.756
João F. Gonçalves (Cobilândia)	1.380	-	1.905	2.512	100	98	4.615
Paulo VI (Cobilândia)	1.530	-	2.227	2.188	100	105	4.620
TOTAL	11.240	990	18.813	15.229	1.000	626	36.658

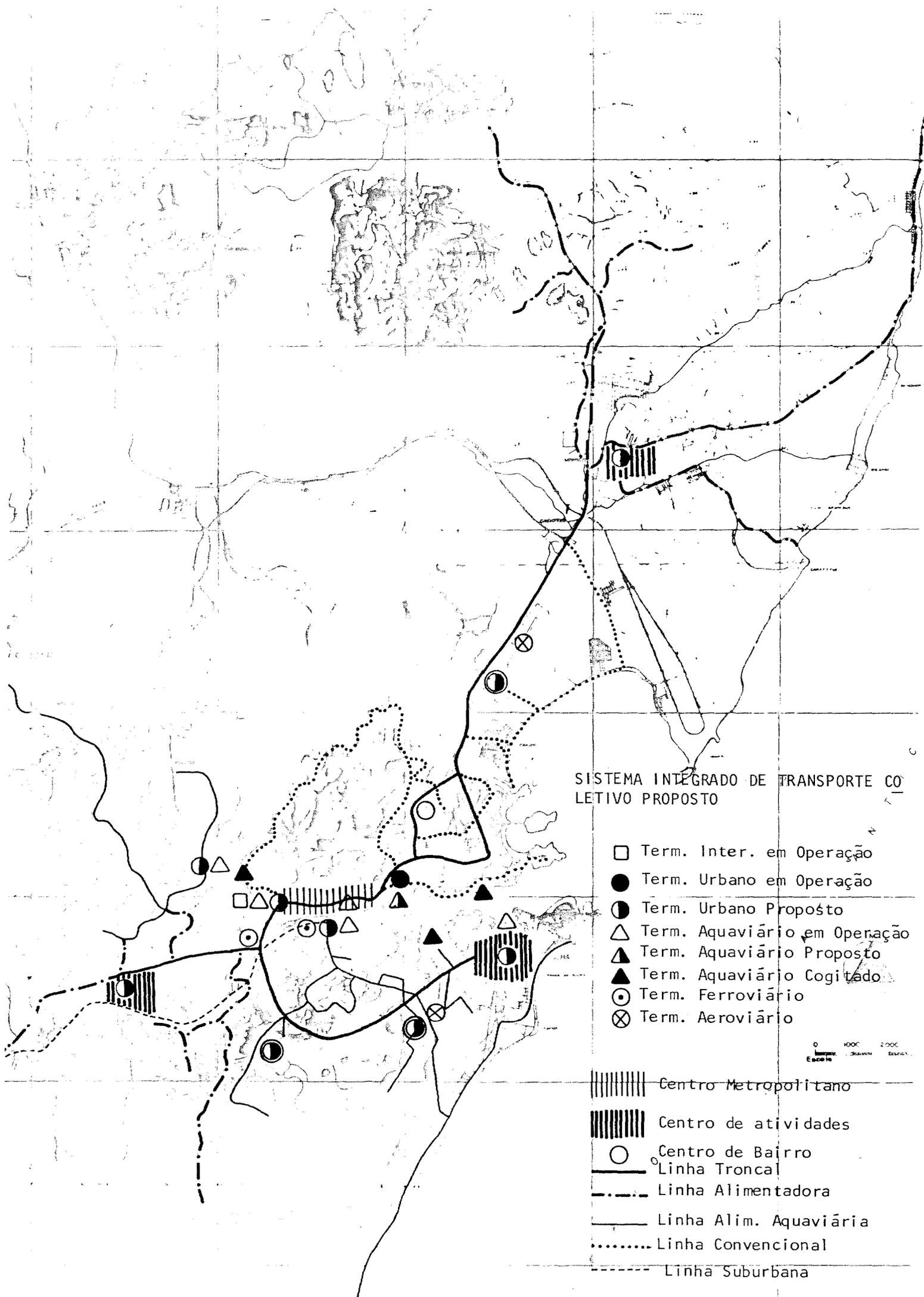
*Custos estimados em abril/80.

TABELA 6

VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO - PROGRAMA CPM/BIRD

- MUNICÍPIO DE VILA VELHA: DADOS QUANTITATIVOS

VIA	TRECHO	EXTENSÃO (m)	MEIO-FIO	DRENAGEM			PAVIMENTAÇÃO		ABRIGOS	PONTOS DE LUZ	
				Ø (m)	Cx. R.	Cx. I.	m ²	OBRA PROPOSTA		125	400
Rua Cristovão Colombo	9-9A	900	-	0,60	45	5	6.300	Recup. calçamento	3		
Rua Alan Cardek	9A-5	600	1.200	0,60	30	3	4.200	Implant. calçam.	3		
Estrada Jerônimo Monteiro	9-10	200	-	0,60	10	1	1.400	Recup. calçamento	1		6
Estrada Jerônimo Monteiro	10-49	850	-	0,60	40	5	6.000	Recup. calçamento	4		22
Estrada Jerônimo Monteiro	49-49A	1.200	-	0,60	60	6	9.600	Recup. calçamento	4		20
Presidente Vargas	10-36	230	-	0,60	10	2	3.320	Recup. calçamento	1		12
Presidente Vargas	36-37	230	-	0,60	10	2	1.800	Recup. calçamento	1		6
Presidente Vargas	37-38	380	-	0,60	17	3	3.800	Recup. calçamento	2		5
Rua Ramalho	21-20	80	-	0,80	4	1	560	Recup. calçamento	1		-
Estrada Velha	20-19	250	500	0,80	10	2	1.750	Implant. calçam.	1		5
Estrada Velha	19-18	780	1.560	0,80	36	3	8.580	Implant. calçam.	2		16
Estrada Velha	18-30	550	1.100	0,60	25	2	3.850	Implant. calçam.	2		11
Estrada Velha	30-29	850	-	0,60	20	5	5.950	Recup. calçamento	3		18
Rua 3 Irmãos	18-17	250	-	0,80	10	2	1.750	Recup. calçamento	1		-
Rua 3 Irmãos	17-16	230	-	0,80	10	1	1.610	Recup. calçamento	1		-
Rua 3 Irmãos	16-15	750	-	0,80	35	4	5.250	Recup. calçamento	2		-
João F. Gonçalves	23-24	1.380	-	0,60	70	7	19.320	Recup. calçamento	4		28
Paulo VI	24-25	1.530	-	0,60	76	8	16.830	Recup. calçamento	4		30



SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO PROPOSTO

- Term. Inter. em Operação
- Term. Urbano em Operação
- ◐ Term. Urbano Proposto
- △ Term. Aquaviário em Operação
- ◕ Term. Aquaviário Proposto
- ▲ Term. Aquaviário Cogitado
- ⊙ Term. Ferroviário
- ⊗ Term. Aeroviário

0 1000 2000
Escala

- ▨ Centro Metropolitano
- ▧ Centro de atividades
- Centro de Bairro
- Linha Troncal
- - - - - Linha Alimentadora
- - - - - Linha Alim. Aquaviária
- Linha Convencional
- · - · - · - Linha Suburbana

MUNICÍPIO DE CARIACICA



 fundação jones dos santos neves	PROGRAMA CPM / BIRD	ESCALA : 1/50.000
	SUB - PROJETO VITÓRIA CIRCULAÇÃO URBANA	
	VIAS PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO	

PERFIL DE PROJETO

COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Equipamentos sócio-comunitários

3. PROJETO DE COMPONENTES DE SUBPROJETO

Comunicação Social

4. JUSTIFICATIVA

A composição da população nos assentamentos subnormais é homogênea sob o aspecto da renda, porém bastante heterogênea em relação à etnia e quanto as origens. Encontram-se nesses assentamentos as famílias urbanas empobrecidas, aquelas que se mantiveram pobres e, ainda, aquelas que se viram na contingência de abandonar um modo de vida rural para tentar uma oportunidade na cidade.

Vindos de condições diversas, aí se estabelecem comungando os problemas de sobrevivência, unificado em suas reivindicações. Suas manifestações são, porém, individualistas nas conquistas pessoais e no encaminhamento das soluções de moradia.

Entre a solução individual e a reivindicação coletiva, situa-se a postura da solução coletiva, que envolve o desenvolvimento da consciência urbana.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Em áreas situadas sobre baixios, a rede de valas tem importância fundamental, por se constituir num sistema do qual todos dependem. Entretanto, as valas são constantemente desviadas ou obstruídas e assim permanecem à espera de ação da municipalidade.

Nas encostas, moradores do pé das barreiras procedem à extração de terras, o que vem a provocar desmoronamentos em épocas de chuva.

A utilização de águas, os perigos de difusão de doenças, o comportamento em situações de catástrofes, a destinação do lixo, a divulgação de programas sociais e de saúde, entre outros, são itens que poderiam ter melhores resultados se fossem objeto de um conhecimento mais amplo e de uma maior conscientização de sua importância para o coletivo.

Da mesma maneira, a promoção de cursos de treinamentos e conhecimentos práticos e a promoção de eventos sociais e esportivos pelas organizações comunitárias de bairro seriam fortes componentes para a ampliação das relações sociais que levassem às ações comuns e individuais voltadas para o coletivo.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

São previstos três tipos de ações:

- a) aquela que utiliza amplamente material impresso na forma de folhetos, boletins etc, para veiculação de informações;
- b) aquela que se faz através de eventos sociais e esportivos, como festas, mutirões, campeonatos, etc para a mobilização e participação de todos;
- c) aquela que utiliza a didática para a transmissão de conhecimentos específicos a alguns membros da comunidade.

7. CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO

Gasto médio por habitante em três anos:

. impressos	Cr\$ 150,00
. eventos	Cr\$ 60,00
. cursos	<u>Cr\$ 30,00</u>
TOTAL	Cr\$ 240,00

Custo por área:

	População	Custo (Cr\$)
. Porto de Santana	20.000	4.800.000,00
. Santa Rita	39.800	9.552.000,00
. Santa Tereza	8.000	1.920.000,00
. Maria Ortiz	6.500	1.560.000,00
CUSTO TOTAL		17.832.000,00

INTERVENÇÃO EM INFRA-ESTRUTURA POR ÁREA

- SANTA TEREZA
- MARIA ORTIZ
- PORTO DE SANTANA
- SANTA RITA

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Abastecimento de água

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Abastecimento de água

4. SITUAÇÃO ATUAL

O sistema de abastecimento de água do aglomerado é heterogêneo e in suficiente. Determinados setores recebem água durante algumas horas por dia, outros são servidos esporadicamente, havendo ainda locais sem rede. Esta não está cadastrada em sua totalidade, havendo muitas extensões e ligações por iniciativa própria.

No Morro do Cabral a água atinge a cota 105 com o auxílio de um *Bouster* instalado no Morro da Chapada.

Os moradores das casas não servidas normalmente se abastecem no vizi nho através de lata d'água, restando ainda, como opção uma torneira pública na cota 105, no Morro do Cabral, e dois poços particulares no bairro de Santa Tereza.

A tubulação apresenta traçado e diâmetro variados, sendo que, somente as tubulações de ferro fundido, localizados nas partes mais baixas, é que são reconhecidas oficialmente pela CESAN. Dessa forma, todas as tubulações em PVC - normalmente 3/4 - que cobrem a maior área dos

bairros são consideradas como inexistentes. Essa rede *provisória* é obsoleta e precária e responsável pela grande perda da água que chega aos bairros, sendo seu volume estimado em torno de 30%.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Os problemas de abastecimento de água só seriam resolvidos após a substituição da rede de PVC e a construção de um reservatório que possa abastecer o local.

Encontra-se em fase de estudos pela CESAN - Companhia Espírito-Santense de Saneamento o novo plano de abastecimento de água para toda a Grande Vitória, que se propõe a atender à região através de intervenções setoriais específicas, estando sua fase de execução com início previsto para 1981. O Plano anterior, executado em 1976, com horizonte de 1990, foi considerado superado.

O aglomerado de Santa Tereza está localizado dentro da Zona 3 da CESAN, para o qual será prevista a construção de um reservatório - R-3, com capacidade final para 8.430m^3 que vai atender a todas as residências situadas até a cota 100, onde irá ser construído. As residências localizadas acima dessa cota não serão atendidas mesmo após a implantação do plano, devido ao elevado custo e ao perigo de adensamento. Assim, as 150 moradas acima desta cota deverão continuar abastecendo-se em torneiras públicas.

A área do aglomerado que será atendida pelo plano, deverá ter grande parte da sua rede substituída, estando também prevista a expansão da rede e novas ligações domiciliares.

Para que se evitem os problemas atuais com perdas e manutenção, a rede deverá ser de tubos de ferro galvanizado, pois a mesma será assentada sobre rochas puras ou solos rasos, correndo portanto, quase sempre superficialmente.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Os serviços propostos estão assim discriminados:

- a) Fornecimento e assentamento de tubulação de ferro galvanizado de 2" num total de 1.750m.
- b) Instalação de 5 torneiras públicas.

As propostas estão sendo feitas em contacto com a CESAN, devendo ser detalhada conjuntamente e adequados os cronogramas de implantação.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	UNIDADE	QUANT.	PREÇOS - Cr\$	
			UNITÁRIO	TOTAL
Assentamento e fornecimento de tubulação de ferro galvanizado de 2"	m	1.750	234,00	409.500,00
Torneiras públicas	m	5	674,00	3.370,00
TOTAL				412.870,00

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

ESGOTO SANITÁRIO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Esgoto sanitário

3. PROJETO DE COMPONENTES DE SUBPROJETO

Esgoto sanitário

4. SITUAÇÃO ATUAL

Parte da população é servida por uma rede de esgotos que deságua no canal da baía sem tratamento prévio, através de valas e/ou galerias que passam pelo bairro de Santo Antonio.

A área saneada do bairro situa-se aproximadamente entre as cotas 45 e 80, acima da qual está localizada outra parte da população que lança seus efluentes diretamente sobre o solo, permitindo que as águas corram livres por quintais, caminhos e escadas, comprometendo a qualidade ambiental da área já servida.

A rede existente é praticamente toda superficial, devido ao solo rochoso, atravessando em alguns trechos terrenos particulares para atender as casas que estão em cotas inferiores à rua, apresentando deficiência na manutenção, havendo vazamento constantes, provocado principalmente por quebra e entupimento das manilhas.

Quase toda a rede foi construída pela Prefeitura de Vitória, sendo que as obras localizadas nas partes mais baixas são predominantemente

para drenagem pluvial, sendo permitida ligações de esgotos domiciliares. Há ainda, algumas poucas famílias que aproveitam a rede mais próxima e fazem suas ligações individuais com tubos de PVC.

As características do solo local não permitem que se adote outra solução para o problema de esgotos, que não seja o sistema de rede coletora, uma vez que torna-se difícil especificar, quais as residências que podem ter fossas, pois o grande número de matacões presentes no terreno representa um enorme risco quando locados sobre solos rasos, pois as infiltrações podem provocar desprendimentos sucessivos com graves consequências.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Propõe-se a manutenção e ampliação da rede existente até a cota 105, sendo que o seu traçado deve acompanhar os caminhos e escadarias, havendo necessidade de trechos passarem por terrenos particulares, conforme já acontece atualmente.

Sendo a rede superficial sobre encostas bastante íngremes, serão necessária a construção de pequenos blocos de concreto ciclópico para evitar o arraste nas ligações entre manilhas, assim como *Poços de Queda* para dissipação de energia, que serão utilizados também como *caixa de passagem* e conversão da rede. Esses poços serão de alvenaria, construídas conforme dimensões e padrões da Prefeitura Municipal de Vitória.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de um tratamento prévio dos esgotos antes do seu lançamento no canal de Vitória. Deverão ser estudadas propostas de uso coletivo procurando adequar as características locais com as propostas alternativas. Cita-se como exemplo, a existência de grotão no Morro da Chapada, cuja forma permitiria se pensar em um *Sistema de Fossa Coletiva* após um estudo aprofundado das características do solo da região, assim como tipos de sistema possíveis, como de gás por biomassas.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

As obras a serem realizadas na rede são descritas a seguir:

- a) construção de 70 caixas de passagem em alvenaria de tijolos maciços;
- b) assentamento e fornecimento de 2.000m de tubos de concreto simples Ø 300mm.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO CR\$	
			UNITÁRIO	TOTAL
Construção de caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços		70	5.657,00	395.990,00
Assentamento e fornecimento de tubos de concreto simples Ø 300mm		2.000	433,00	866.000,00
TOTAL				1.261.990,00

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

DRENAGEM PLUVIAL

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Drenagem pluvial

3. PROJETO DE COMPONENTE DO SUBPROJETO

Drenagem pluvial

4. SITUAÇÃO ATUAL

O sistema de drenagem não abrange toda a área, estando localizado principalmente nas partes mais baixas dos morros. Essa rede já implantada tem sua eficiência bastante prejudicada por constantes entupimentos provocados principalmente por acúmulo de terra e lixo provenientes das áreas à montante.

A rede apresenta-se bastante heterogênea, tanto no padrão construtivo quanto nos perfis de seção, podendo destacar-se as seguintes soluções já existentes:

- Valas muradas a céu aberto, assentadas diretamente sobre rocha, funciona como um misto de escada de dissipação e galeria, sendo os degraus formados a partir de desníveis na própria rocha.
- Escadas de manilhas - são formadas pelo revestimento maciço das manilhas de concreto, criando-se um perfil retangular oco, ficando a parte superior do bloco destinada a drenagem pluvial e a parte interna para escoamento de esgotos domiciliares.

Atualmente a água escoar de maneira indiscriminada por todo o morro, tendo 3 rincões principais de convergência para o fluxo. Dois destes estão ligados diretamente com galerias e redes que atravessam ruas já urbanizadas. Porém no bairro de Santa Tereza as águas antes de atingirem a rede de galerias mais próxima atravessam uma área de brejo que funciona como bacia de acumulação de água no período de chuvas.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Uma proposta de intervenção na drenagem desse aglomerado deverá portanto estender-se além de seus limites para que o problema não venha ser transferido de uma área para outra.

Propõe-se então sistema de drenagem que deverá ter início na cota 110 e terminará nas galerias que conduzirão até o canal da baía de Vitória conforme esquema abaixo:

Será um sistema tipo espinha de peixe, formado por muretas e calhas acompanhando as curvas de nível e conduzindo a água até as escadas de dissipação construídas perpendicularmente às curvas, quase sempre acompanhando os caminhos de pedestres.

As muretas serão de concreto e terão suas dimensões variadas conforme a área de drenagem, sendo que o principal coletor será construído na cota mais alta e, deverá coletar toda a água que escoar na vertente sudoeste do maciço e atravessar os bairros.

Essa medida visa sobretudo evitar o poder de erosão que a água adquire ao escoar das rochas e morros acima do aglomerado.

As canaletas menores desempenham uma função mais direta nos bairros e deverão também ser construídas voltadas para as escadas com o objetivo de proteger a área já ocupada, evitando que a água penetre nos quintais e residências. Essas espinhas de peixe ficarão localizadas nas partes mais altas dos bairros.

As escadas de dissipação serão construídas conforme os padrões já existentes nas obras da PMV, sendo que foi estimado um volume médio de concreto, o qual deverá ser usado para construção e/ou melhoramento dos degraus quando houver aproveitamento dos recursos topográficos lo

cais. Quando não for possível esse aproveitamento, deverá ser estudada a possibilidade de aproveitamento da rede de esgoto com a construção dos degraus acompanhando as manilhas e somente em casos extremos é que as escadas serão construídas em concreto maciço.

Com a melhoria da drenagem da parte alta será aumentado o volume de água das redes inferiores devendo ser prevista também a necessidade de aumento de capacidade para as redes já existentes, não devendo essa ampliação ultrapassar a necessidade de uma rede suplementar de 60cm de diâmetro com comprimento máximo de 2.000 metros e mais um trecho final de rede dupla de 100cm de diâmetro para conexão com a galeria da Ernest Bassini.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Estão previstas as seguintes obras:

- a) Construção do dreno coletor principal num total de 720m
- b) Construção de 840m de escadas de dissipação
- c) Construção de 1.320m de muretas coletoras
- d) Fornecimento e assentamento de 600m de tubos de concreto, simples para coletor de águas pluviais para ligar à galeria principal da rua Ernesto Bassini, 2 X Ø 1m

São adotados padrões normais da PMV, que nem gradativamente realizam na área obras desse tipo, conforme disponibilidade de recursos, através da Divisão de Santo Antonio.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇOS	QUANT.	PREÇO - Cr\$	
		UNITÁRIO	TOTAL
Construção do dreno co letor principal	720m	2.530,00	1.821.600,00
Construção de escadas de dissipação	840m	320,00	253.680,00
Construção de muretas coletoras	1.320m	362,00	477.840,00
Fornecimento e assenta mento de tubos de con creto simples para co letor de águas pluviais para ligar à galeira principal da Rua Ernes to Bassini 2 x Ø 1m	600m	2.615,00	1.569.000,00
TOTAL			4.122.120,00

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Contenção de encostas

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Obras de contenção

4. SITUAÇÃO ATUAL

Somente o bairro da Chapada está praticamente isento de problemas de desprendimento de encostas, pois está situado diretamente sobre rocha.

A necessidade de se criar espaços para construção de moradias, fez com que a ocupação dos bairros de Santa Tereza e Cabral se desse de maneira inadequada e com grande risco para seus moradores.

A remoção da cobertura vegetal e os cortes inadequados nos taludes associados à pouca profundidade dos solos, aumentaram ainda mais os riscos de deslizamento de terras e desprendimento de matacões.

Entretanto, esses problemas não são identificáveis a partir de uma visão geral do bairro, pois quase sempre estão diretamente relacionados à construção de casas e/ou caminhos públicos, passando a ter um caráter quase que individual. Os cortes possuem uma altura média de 2,5 metros, que são muito significativos em relação a espessura do solo da região e os caminhos perpendiculares às curvas de nível são cortados por sulcos de até 50cm de profundidade.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Os problemas de encostas serão parcialmente corrigidos com as obras de drenagem, entretanto será necessária a edificação de pequenas obras de contenção, principalmente ao longo das servidões, ruelas e quintais. Assim, deverão ser construídos pequenos muros de alvenaria de pedra com comprimento médio de 5m e altura de 2,5.

Problemas específicos deverão surgir com os matacões que, quando houver necessidade de corte, poderão haver o reaproveitamento das pedras para outras obras.

O tratamento com cobertura vegetal também dependerá de estudos mais detalhados, dado a profundidade do solo, declividade atual dos cortes e disponibilidade de áreas para plantio, o que limita o uso de certas espécies.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

As obras a serem executadas compreendem:

- a) 450m³ de muro de arrimo;
- b) 150m³ de corte de matacões.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇO - Cr\$	
		UNITÁRIO*	TOTAL
Muro de arrimo	450m ³	1.640,00	738.000,00
Corte de matacões	150m ³	375,00	56.250,00
TOTAL			794.250,00

*Tabelas de preços - Secretaria Municipal de Obras
Prefeitura Municipal de Vitória

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

REDE ELÉTRICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Rede elétrica

3. PROJETO DE COMPONENTE DO SUBPROJETO

Rede elétrica

4. SITUAÇÃO ATUAL

A rede de energia elétrica atende praticamente a todo o aglomerado. No entanto, em consequência da ocupação, existem algumas moradas que estão nas proximidades da rede elétrica, que são servidas por ligações clan destinas deixando esta rede de existir nas ocupações mais recentes.

O posteamento é de madeira, com espaçamento médio de 30 metros, sendo que a maioria dos postes estão assentados sobre rocha pura, fixados com uma base de alvenaria.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

A ampliação da rede elétrica obedecerá ao padrão popular da ESCELSA - Es pírito Santo Centrais Elétricas S/A, requisito de consumo limitado e taxa mínima, provendo-se a instalação domiciliar para cada morada, regu larização das ligações clandestinas e a complementação do posteamento.

Sabendo-se da grande diversidade de solos nos bairros em questão, o posteamento não poderá ser sustentado de maneira única, havendo a necessidade da construção de apoios quando instalados sobre rocha pura.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Está previsto o posteamento da área, num total de 28 unidades.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO - Cr\$	
			UNITÁRIO	TOTAL
Pos teamen to	28		15.000,00	420.000,00

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTES

Iluminação pública

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Iluminação pública

4. SITUAÇÃO ATUAL

O serviço de iluminação pública é deficiente, abrangendo, somente algumas escadarias, ruas e áreas. Esta iluminação é do tipo incandescente, com braços de alumínio, obedecendo ao padrão popular da ESCELSA

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Pretende-se estender os serviços de iluminação pública para as áreas carentes do aglomerado com espaçamento médio de 60 metros e seguindo o padrão ESCELSA, de braços de alumínio, atendendo as escadarias, ruas e áreas principais dos assentamentos.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Serão colocados 30 braços de iluminação em toda a extensão da área.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANT.	PREÇO - CR\$	
		UNITÁRIO	TOTAL
Colocação de <i>braços</i> de iluminação	30	2.000,00	60.000,00

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

RECOLHIMENTO DE LIXO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Recolhimento de lixo

3. PROJETO COMPONENTE DE SUBPROJETO

Recolhimento de lixo

4. SITUAÇÃO ATUAL

Os serviços de recolhimento de lixo do Aglomerado atendem, apenas, àque las casas situadas em ruas que têm acesso para carro e suas mediações. O recolhimento é feito com caminhão, carrinho-de-mão e, às vezes, é neces sária a lata nas costas, pois é comum o uso de escadarias para circula ção. Os lixeiros passam duas ou três vezes por semana, porém se recusam a estenderem seus serviços, por falta de condições físicas para atende rem a todos.

O lixo não recolhido é lançado nos quintais, caminhos, escadarias, ter renos baldios e, até mesmo, na rede de esgoto.

5. INTERVENÇÃO INTEGRADA

Devido à topografia local, a expansão do serviço para todo o bairro só será possível através do aumento de pessoal para recolhimento, mesmo as sim, será bastante difícil de ser executada, caso venha a ser domicili ar.

É recomendável que o morador coloque o lixo em locais onde possam che gar *carrinhos-de-mão*, para que o serviço tenha bom rendimento.

O destino final poderá ser dado pela Prefeitura Municipal de Vitória ou, então, poderá se pensar em micro-aterros próximos aos bairros.

SANTA TEREZA - PERFIL DE PROJETO

TELEFONE PÚBLICO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura.

2. COMPONENTE

Telefone público.

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Telefone público.

4. SITUAÇÃO ATUAL

Este equipamento inexistente no aglomerado.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para a implantação deste equipamento, há necessidade da extensão de ca bos dos bairros vizinhos e instalações dos telefones públicos com um raio médio de atendimento de 700m.

Há prioridade para instalação desses junto aos equipamentos sócio-co-munitários como a associação de moradores, bem como junto às merceá rios ou bares, para proteção dos aparelhos, conforme solicitação da TELEST.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Serão instalados três pontos de telefone público no aglomerado, com um aparelho em cada ponto.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

O custo unitário do telefone é de Cr\$ 60.000,00, perfazendo um total de Cr\$ 180.000,00 para os três aparelhos previstos.

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Abastecimento d'água

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Abastecimento d'água

4. SITUAÇÃO ATUAL

O abastecimento é deficiente, não atingindo a totalidade do Aglomerado e, por ser um terminal de rede, a água chega com baixa pressão e vazão.

Para suprir esta falta de pressão, os moradores instalam caixas d'água em nível inferior da tubulação, com condições sanitárias precárias.

A rede secundária de distribuição é feita em sua maioria por tubos de 3/4" PVC, fugindo ao padrão da CESAN que estabelece tubo de 2".

5. INTERVENÇÃO PROPOSTA

Está em fase de revisão o Plano Diretor de Abastecimento de Água da Grande Vitória, na CESAN, que deverá solucionar o problema deste bair

ro. Portanto, qualquer solução definitiva quanto a implantação de no va rede dependerá desse Plano, com previsão para início de execução em 1981.

Existe, também, um programa de prioridades da CESAN, no qual Maria Or tiz está incluído, que visa soluções imediatas. Neste programa está previsto a colocação de um *bouster* que deverá aumentar a pressão e a vazão na rede.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

A discriminação das obras necessárias dependerá do detalhamento da revisão do Plano Diretor de Abastecimento de Água, da CESAN.

Em linhas gerais, será necessária a ampliação da adutora, reserva_{ção}ção subterrânea e elevada com equipamento recalque para tornar viável a ampliação da rede.

6.2. CUSTOS

Dependentes da reavaliação do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Grande Vitória/CESAN.

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

ESGOTO SANITÁRIO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Esgoto sanitário

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Esgoto sanitário

4. SITUAÇÃO ATUAL

O tratamento dos esgotos e águas servidas, neste Aglomerado, possui várias soluções improvisadas.

Parte dos moradores situados nas vias municipais despejam seus efluentes diretamente numa rede de esgotos conduzida até o canal limítrofe da ocupação ou ainda à duas valas à céu aberto que percorre toda a extensão do Aglomerado, indo desaguar também no canal.

Toda esta rede que sofre recalques diferenciais, ocasionando entupimentos e quebra de manilhas, desagua submersa no canal, mesmo com maré baixa. Quando isto não acontece, a rede termina nas áreas de lixo exposto em forma de valetas.

As moradas não servidas por esta rede destinam seus efluentes para fossas negras ou não usam qualquer tipo de tratamento ou recolhimento dos dejetos.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Prevê-se a substituição da rede existente por uma rede dupla de \varnothing 15cm, localizada lateralmente nas vias, e a implantação desta nova rede para as áreas onde existem valetas à céu aberto; recomendando-se a introdução de fossas sépticas entre o destino final e a habitação, sendo retidos assim os lodos por períodos de até 48 horas, durante os quais se faria parte da digestão por ação bacteriana. Isto reduziria grandemente a carga poluente despejada no manguezal.

Recomenda-se, para as unidades que não captam os dejetos e que despejam esses diretamente em fossas negras, a instalação de fossas sumidouros caso a natureza do aterro permita a infiltração do efluente tratado primariamente, sem trazer risco de contaminação.

Há, ainda, a possibilidade de implantação de um sistema de fossa utilizado pelos moradores locais, com eficiência, já por um ano. Essa fossa trabalha usando a variação de nível das marés, que quando vaza carrega consigo o material sólido que foi decomposto.

É construída com tonéis que atravessam as camadas de aterro de argila e de lixo, ficando sua parte inferior em contato direto com o mangue e assentada sobre uma malha de tábuas que garante a sua estabilidade. Esse tonel está ligado diretamente com o sanitário, provido de descarga, por meio de um tubo PVC de 4".

Os usos da fossa sumidouro e da fossa que trabalha junto ao movimento de fluxo e refluxo das marés, carecem de um maior amadurecimento técnico através de estudos que permitam acompanhar todo o processo operacional da proposta, associado à qualidade sanitária da mesma, antes da aplicação indiscriminada de uma ou outra solução ou, ainda, de ambas.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Como se verifica, a utilização de fossas sépticas seria possível somente com a existência de uma rede sumidouro, pois o lançamento em valas é irrecomendável. A rede teria problemas de rompimento por recalque, contra-pressão na maré alta, falta de declividade e alto custo.

A opção da fossa de refluxo teria baixo custo e desempenho sanitário razoável, porém necessita credibilidade.

Assim, seu custo dependerá da escolha tecnológica, a partir de discussões levadas a efeito com os órgãos setoriais do CPM/BIRD.

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

DRENAGEM PLUVIAL

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Drenagem pluvial

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Drenagem pluvial

4. SITUAÇÃO ATUAL

Não existe sistema de drenagem pluvial nesta área, assim como nenhuma das ruas tem calçamento.

O único meio de drenagem são as valas, que existem em algumas vias, sendo que, em quase a totalidade das outras, a água fica estagnada, formando grandes poças, devido aos recalques no aterro. As águas não têm como correr, pois as ruas não tem declividade.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para ordenar o escoamento pluvial e também das águas servidas do Aglomerado, deverá ser feita a regularização do *greide* das ruas e a escavação de valetas laterais ao longo das mesmas. Os *greides* serão levantados com uma camada de 30cm de aterro de argila compactada e as valas, com seção de 50cmx50cm, deverão manter um afastamento mínimo de um metro das divisas dos terrenos.

Para que não sejam interrompidos os acessos às residências e cruzamentos de ruas, após a abertura das valetas, será necessária a construção de pontilhões de madeira nos locais citados, de forma a se manter livre a circulação no bairro. Esses pontilhões terão 1,5m de largura e comprimento variado, conforme a largura do cruzamento, e serão assentados diretamente no solo, sobre base preparada com brita.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Os serviços previstos estão assim detalhados:

- a) construção de 2.250m³ de valas;
- b) construção de pontilhões, num total de 30 unidades.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS - Cr\$	
		UNITÁRIO	TOTAL
Construção de valas	2.250m ³	143,00	321.750,00
Construção de pontilhões	30 un.	10.000,00	300.000,00
TOTAL			621.750,00

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

ATERROS

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Aterros

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Aterros

4. SITUAÇÃO ATUAL

O Aglomerado está assentado, em sua maior parte, na área de depósito de lixo da Prefeitura Municipal de Vitória.

O lixo é depositado diretamente sobre o mangue sem compactação ficando descoberto por longos períodos e o seu recolhimento de argila é de es pes su ra va ria da n un ca u l t r a p a s s a n d o q u e t o r n a a l t o o g r a u d e p o l u i ç ã o d o a g l o m e r a d o.

Outro fator agravante da poluição do solo e de todo estuário é o *choru* *me* - líquido produzido pela decomposição natural do lixo, que quando concentrado em alguns mariscos pode causar danos à saúde dos moradores que deles se alimentam.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

A espessura da camada de argila recobridora do lixo deve ser estendida para as áreas de lixo exposto.

Esta camada, ainda, deve ser regularizada entorno de 50cm para todo o aglomerado, incluindo a atual área de palafitas, prevendo-se 70% de

compactação e uma concentração por enrocamento da borda do aterro numa extensão de 1.020m, da divisa com a faixa de domínio da rede de alta tensão que delimita o bairro ao Norte, ou na margem do braço de canal, quando este estiver situado aquém da mesma faixa de domínio. Esta contenção destina-se a evitar o assoreamento da Baía de Vitória e serviria para impedir o crescimento do bairro pelo canal adentro, o que causaria transtornos por ocasião das marés cheias coincidentes com precipitação pluviométrica elevada.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

As obras revistas em toda a extensão do Aglomerado, são descritas a seguir:

- a) obras de enrocamento, num total de 1.700m³;
- b) 99.600m³ de aterro.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS	
		UNITÁRIO	TOTAL
Enrocamento	1.700m ³	340,00	578.000,00
Aterro	99.600m ³	120,00	11.952.000,00
TOTAL			12.530.000,00

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

REDE ELÉTRICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Rede elétrica

3. PROJETO DO COMPONENTE DE SUBPROJETO

Rede elétrica

4. SITUAÇÃO ATUAL

Praticamente, todo o bairro é atendido pela rede elétrica, porém parte das ligações foram feitas por extensão das ligações domiciliares, o que traz problemas de controle e, ainda, de insegurança contra incêndios.

O posteamento é de madeira, com espaçamento médio de 30m, fixados com alvenaria.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

A ampliação da rede elétrica obedecerá ao padrão popular da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, provendo-se cada moradia de instalação elétrica, regularização das ligações clandestinas e complementação do posteamento.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Será realizado o posteamento da área com a colocação de 94 unidades.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS	
		UNITÁRIO	TOTAL
Posteamento	94	15.000,00	1.410.000,00
TOTAL:			1.410.000,00

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Iluminação pública

3. PROJETO DE COMPONENTE E SUBPROJETO

Iluminação pública

4. SITUAÇÃO ATUAL

Apenas algumas ruas principais do bairro, são iluminadas, o que vem sendo gradativamente ampliado, conforme solicitação da população através da PMV. Essa iluminação é do tipo incandescente, com braços de alumínio obedecendo a padrão popular da ESCELSA, que presta o serviço em convênio com a PMV.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Pretende-se estender os serviços de iluminação pública, atingindo um padrão de iluminabilidade coerente com a condição do bairro, mas que seja suficiente para garantir a segurança dos moradores. O padrão utilizado será o mesmo do atual, de braços de alumínio fixados nos postos existentes, com espaçamento médio de 60m.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Serão colocados 83 braços de iluminação.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS	
		UNITÁRIO	TOTAL
Colocação de <i>braços</i> de iluminação	83	2.000,00	166.000,00
TOTAL			166.000,00

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

RECOLHIMENTO DE LIXO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Recolhimento de lixo

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Recolhimento de lixo

4. SITUAÇÃO ATUAL

A disposição do lixo no Município de Vitória, vem sendo feita, principalmente neste Aglomerado, em cima dos manguezais existentes e aterrados com uma pequena camada de argila.

Apesar disso, o lixo produzido na área não é recolhido, sendo lançado livremente nas ruas ou, ainda, usado como aterro para os recalques.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

É proposta da Prefeitura Municipal de Vitória a interrupção da deposição de lixo nesta área, em face da grande densidade populacional e da grande área de mangue já coberta.

Prevê-se a separação de uma área que possa servir aos moradores locais como depósito de lixo, havendo recolhimento duas vezes por semana, feito por carrinhos-de-mão.

MARIA ORTIZ - PERFIL DE PROJETO

TELEFONE PÚBLICO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Telefone Público

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Telefone Público

4. SITUAÇÃO ATUAL

Este equipamento não existe no Aglomerado e os moradores se servem de aparelhos situados a grande distância nos bairros vizinhos.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Há necessidade da implantação de 2 pontos com um aparelho cada.

Estes telefones devem estar situados um em cada bairro do Aglomerado, respeitando um raio mínimo de atendimento igual a 700m.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Serão instalados 2 pontos de telefone público, com um aparelho em ca da ponto.

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

O custo unitário do telefone é de Cr\$ 60.000,00, perfazendo um to
tal de Cr\$ 120.000,00 para os 2 aparelhos previstos.

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Abastecimento d'água

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Abastecimento d'água

4. SITUAÇÃO ATUAL

A situação é semelhante aos demais aglomerados, onde a falta d'água é constante.

No Morro da Aparecida, apesar de existir rede de distribuição na maioria das ruas, com ligações domiciliares padronizadas pela CESAN, tem pontos onde a água não chega há vários meses, fazendo com que os moradores utilizem água de vários poços localizados entre os Morros da Aparecida e do Meio.

Por ser final de rede, a pressão da água no Morro do Matadouro é pequena e só à noite é que tem pressão suficiente para encher as caixas d'água. O mesmo acontece no Morro do Meio, sendo que em algumas áreas a água chega em dias alternados, dependendo do funcionamento ou não de uma bomba instalada neste Morro, e poucas ruas são abastecidas diariamente.

Em todo o Aglomerado, ainda há uma deficiência quanto a existência de

rede, mas a implantação de nova rede será inútil se não existir pres
são suficiente.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

O problema só será solucionado com o Plano Diretor da CESAN, que come
çará a ser implantado após 1981, estando prevista a construção de um
reservatório para atender à região.

Para solucionar o problema a curto prazo, de maneira não definitiva,
a CESAN irá instalar outra elevatória no bairro, melhorando, em par
te, o abastecimento de água.

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

ESGOTO SANITÁRIO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Esgoto sanitário

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Esgoto sanitário

4. SITUAÇÃO ATUAL

Em função do relêvo do bairro, o serviço de esgoto sanitário deve ser visto sob dois aspectos, sendo no primeiro os terrenos de morro, e no segundo os terrenos de baixada.

Nos morros, não tendo o serviço de esgotos sanitários, as soluções atuais dos moradores são as mais improvisadas. A maioria usa fossa seca de funcionamento precário e jogam as águas servidas nas valetas que existem nos cantos das ruas e nos quintais. Estas valetas desaguam nas baixadas sem nenhum tratamento, poluindo os terrenos embrejados, e por vezes deságuam em valas que também são muito poluídas, sendo foco de doenças, mosquitos etc. As fossas não funcionam a contento, ocorrendo frequentes desmoramentos das paredes laterais, e também não são bem vedadas, provocando maus odores e sendo foco de mosquitos. Umas poucas ruas têm rede coletora, que lançam os efluentes diretamente na Baía de Vitória, sem nenhum tratamento. Estas redes foram construídas sem estarem integradas num sistema global de esgotos do bairro, e ape

nas algumas casas são beneficiadas.

As baixadas entre os morros de Porto de Santana são terrenos sedimentares de relêvo que foram formados sob influência do lençol freático. Atualmente, os esgotos sanitários são lançados em valas que cortam a baixada, passando por fundos de quintais, brejos, desaguando finalmente na Baía de Vitória. Quando chove, estas baixadas são sujeitas a frequentes inundações, quando então se misturam os efluentes das valas e as águas pluviais.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para a área de morro a solução mais propícia do ponto de vista sanitário e econômico é a adoção do sistema de fossa séptica e sumidouro e caixa de gordura. Vários cuidados vem ser tomados para garantir a eficiência do sistema: as paredes devem ser revestidas e a superfície deve ser bem vedada. Os limites maiores para esta solução são: a saturação do solo e poluição do lençol freático. No entanto, levando-se em consideração que todas as casas serão atendidas para uma rede de distribuição d'água, não precisando realizar captação de poço, a poluição do lençol freático não assume tanta importância. Deve-se, contudo, atentar para a densidade ocupacional, que nas baixadas propõe-se a adoção de fossa séptica e caixa de gordura. Os efluentes serão coletados em uma rede de esgotos, separando-os das valas e o lançamento final será na Baía de Vitória.

Os esgotos e águas servidas, das residências dos pés de morros adjacentes às baixadas também serão coletados na rede, imprimindo assim maior velocidade de escoamento na rede.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

- MORRO

Para esta área estão previstos os seguintes serviços:

- a) construção de fossa sêptica e sumidouro, num total de 3.300 unidades;
- b) construção de 3.300 unidades de caixa de gordura;
- c) instalação de tubos de ligação (3m cada casa), manilha de barro - 4", num total de 9.900m.

- BAIXADAS

Serão implantadas os serviços discriminados abaixo:

- a) fornecimento e assentamento de 1.200m de manilhas de concreto de \varnothing 400mm;
- b) construção de caixa de passagem de 40 em 40m, num total de 30m;
- c) fornecimento de fossas sêpticas, num total de 700 unidades;
- d) 4.200m de tubos de ligação (6m para cada casa) manilha de barro - \varnothing 4";
- e) caixa de gordura, num total de 700 unidades.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

- MORRO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS UNITÁRIOS	TOTAL
Construção de fossa séptica e sumidouro	3.300 UNID.	7.195,00	23.743.500,00
Caixa de gordura	3.300 UNID.	280,00	924.000,00
Tubos de ligação (3m cada casa) manilha de barro - 4"	9.900m	82,50	816.750,00
TOTAL			25.484.250,00

- BAIXADAS

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS UNITÁRIOS	TOTAL
Fornecimento e assentamento de manilhas de concreto Ø 400mm	1.200m	309,00	370.800,00
Construção de caixa de passagem 40 em 40m	30m	5.657,00	169.710,00
Fornecimento de fossas sépticas	700 UNID.	3.975,00	2.782.500,00
Tubos de ligação (6m para cada casa) manilha bairro - Ø 4"	4.200m	82,50	346.500,00
Caixa de gordura	700 UNID.	280,00	196.000,00
TOTAL			3.865.510,00

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

DRENAGEM E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Drenagem e contenção de encostas

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Drenagem e contenção de encostas

4. SITUAÇÃO ATUAL

A estabilidade de encostas depende de variáveis como, topografia, textura do solo, cobertura vegetal, superfície, tipo de ocupação e pluviosidade. Como se vê, os problemas de contenções estão intimamente ligados à drenagem, sendo necessário que sejam tratados conjuntamente. O relevo de Porto de Santana é montanhoso e escarpado; o solo é de textura argila-arenosa; observa-se uma densidade razoável de árvores, mas a vegetação superficial é escassa.

Estes fatores provocam o escoamento desordenado das águas de chuva pelos sulcos escavados naturalmente, pela erosão. Como a cobertura vegetal superficial é rarefeita, o terreno argiloso se impermeabiliza provocando enchentes frequentes nas baixadas onde vão dar estas águas de chuva.

Existem alguns problemas mais sérios localizados nas encostas com mais de 100% de declividade e/ou principalmente, apresentando sinais de instabilidade tais como, fissuras que foram constatadas na vertente sul do morro do matadouro. A base dos taludes é constantemente cortada, pelos moradores de baixo, que vendem a terra para aterrar o mangue defronte, comprometendo cada vez mais o pessoal que mora em cima do barranco.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para que as soluções propostas sejam eficientes, deve-se procurar aumentar a taxa de infiltração no terreno, coletar adequadamente a água escoada e desviá-las das bacias de acumulação que são as baixadas.

O traçado das ruas do bairro acompanha razoavelmente as curvas de nível, os cordões de coleta de águas serão os drenos das próprias ruas, que estão a céu aberto, sem revestimento. As ruas deverão ter suas caixas regularizadoras com escavação de sarjetas de 30cm de profundidade. As águas coletadas nas sarjetas convergirão para escadas de dissipação de energia em ruas transversais às curvas de nível para em seguida serem encaminhadas para a Baía de Vitória por meio de galerias de manilhas com diâmetro de 1 metro.

Nos cruzamentos prevê-se a construção de bueiros com manilhamento de 30cm e paredes de alvenaria de tijolos maciços. Propõe-se o plantio de várias gramíneas, como o bambu japonês, o capim no quintal de modo a cobrir boa parte da superfície atualmente desnuda.

No que se refere às encostas, a solução seria providenciar a remoção do pessoal para acerto do talude no seu ângulo máximo (45°) e fossem feitos patamares escalonados. Isto implicaria em custos elevados de terraplanagem, desapropriação, enfim uma série de medidas que iriam so

lucionar o problema.

Medidas de prevenção como drenagem superficial, talude, drenagem de crista e plantio de gramíneas são recomendadas para encostas estáveis, ou seja, que não estejam sujeitas a um deslizamento incipiente como são as vertentes sul e leste do morro do matadouro. A adoção destas medidas, portanto, não garante a estabilidade deste taludes, apenas evita que a erosão continue a sua ação progressiva superficial. Qualquer solução para o problema necessitaria maior tempo para estudos e análise mais profunda da situação atual.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Estão previstas as seguintes obras, em todo o bairro:

- a) Regularização da caixa de rua ($\pm 20\text{cm}$), num total de 120.600m^2 ;
- b) Escavação de 14.100m de sarjetas de 30cm de profundidade nas vias paralelas às curvas de nível;
- c) Construção 5.300m de escadas de dissipação de energia nas ruas perpendiculares às curvas de nível;
- d) Construção de 180 bueiros com manilhas de concreto $\varnothing 30\text{cm}$ e paredes de alvenaria de tijolos maciços;
- e) Construção de 2.600m de galerias com manilhas de concreto de $\varnothing 1\text{m}$.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS - CR\$	
		UNITÁRIO	TOTAL
Regularização da caixa de rua ($\pm 20\text{cm}$)	120.600m ²	20,00	2.412.000,00
Escavação de sarjetas de 30cm de profundidade nas vias paralelas às curvas de nível	14.100m	15,00	211.500,00
Construção de escadas de dissipação de energia nas ruas perpendiculares às curvas de nível	5.300m	300,00	1.590.000,00
Construção de bueiros com manilhas de concreto $\varnothing 30\text{cm}$ e paredes de alvenaria de tijolos maciços	180	2.514,00	452.520,00
Construção de galerias com manilhas de concreto $\varnothing 1\text{m}$	2.600m	3.580,00	9.308.000,00
Recobrimento vegetal de contenção	20.000m ²	90,00	1.800.000,00

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

REDE ELÉTRICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Rede elétrica

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Rede elétrica

4. SITUAÇÃO ATUAL

O atendimento da rede elétrica domiciliar vem sendo feito a praticamente todo o bairro, excetuando alguns trechos onde o sobrecarregamento da rede provoca queda de tensão. A ESCELSA realiza as chamadas ligações econômicas, com características de não ter relógio de medição, delimitação de consumo e taxa mínima nos assentamentos de baixa renda. Apesar disso, são numerosas as ligações clandestinas por extensão da rede, provocando sobrecargas que constituem sério risco em áreas com predominância de construções em madeira.

A concessionária tem, como se vê, programa regular de atendimento à baixa renda, que vai sendo aplicado conforme solicitações e disponibilidade de recursos. As linhas têm ainda capacidade de ampliação, e há verificação permanente para o controle do aumento do consumo per capita.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Ampliação da rede elétrica obedecendo ao padrão popular da ESCELSA, provendo-se cada morada de instalação domiciliar, regularização das ligações clandestinas, controle técnico das ligações, campanhas de esclarecimento.

O posteamento terá suporte simples nas partes planas do morro e atirantado, nas mais íngremes, pois o solo é de argila solta. Nas partes baixas, deverá ser reforçado com base cimentada, pois serão fixados em turfa, areia ou aterro.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Propõe-se o posteamento ao longo de todo o bairro, num total de 222 unidades.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	TOTAL (Cr\$ 1,00)
Posteamento	222	15.000,00	3.330.000,00

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Iluminação pública

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Iluminação pública

4. SITUAÇÃO ATUAL

Apenas alguns logradouros principais de Porto de Santana são iluminadas, conforme levantamento realizado. A iluminação é do tipo incandescente, com espaçamento de 50 a 60 metros suportados por braços de alumínio preso a postes de madeira.

5. INTERVENÇÃO PRETENDIDA

Extensão da rede de iluminação pública, atingindo aos espaços abertos coletivos e as ruas principais, e ainda as escadarias de maior circulação, dando aos moradores condições de garantia que lhe permitam transitar em segurança nos horários noturnos e matutinos em que frequentemente é obrigado a se deslocar.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Serão colocados braços de iluminação pública num total de 367 unidades distribuídas esparsamente pelas ruas, escadarias e praças.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	UNITÁRIO (Cr\$ 1,00)	TOTAL (Cr\$ 1,00)
Colocação de <i>braços</i> de iluminação p <u>ú</u> blica	367	2.000	734.000

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

RECOLHIMENTO DE LIXO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Recolhimento de lixo

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Recolhimento de lixo

4. SITUAÇÃO ATUAL

Praticamente, não existe coleta de lixo no Aglomerado. O caminhão da Prefeitura passa irregularmente pela rua Principal e recolhe o lixo depositado numa caçamba, próximo ao encontro das ruas que descem dos morros do meio e matadouro.

Os moradores não atendidos costumam lançar o lixo nas ruas, servi dões, escadas, terrenos vazios, valas e mangues. O lixo acumulado nas áreas públicas é normalmente queimado pelos próprio moradores. Mesmo assim, são raras as limpezas feitas nesses locais, por parte da Prefeitura.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para melhoria imediata, propõe-se que seja implantado um serviço de recolhimento de lixo, que atinja a todos os bairros.

Esse serviço deverá contar com a colaboração dos moradores, principalmente aqueles que moram em áreas de difícil acesso.

Para implantação desse serviço, haverá necessidade de aquisição do material adequado, assim como admissão de pessoal para atendimento exclusivo deste Aglomerado, servindo aos 3 morros e baixadas em dias alternados.

A disposição final do lixo poderá ser feita no próprio bairro, em forma de micro-aterros ou então no depósito usado pela Prefeitura do Município de Cariacica.

Recomenda-se a confecção de aterros nos próprios morros, pois isto facilitaria bastante a operacionalidade do sistema, além de reduzir a quantidade de material utilizado nas tarefas.

Toda a Grande Vitória apresenta problemas com recolhimento e disposição final de lixo, daí a necessidade de se estudar todo conjunto, para que se possa chegar a uma solução definitiva.

PORTO DE SANTANA - PERFIL DE PROJETO

TELEFONE PÚBLICO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-Estrutura

2. COMPONENTE

Telefone Público

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Instalação de Telefones Públicos em Porto de Santana.

4. SITUAÇÃO ATUAL

Existem apenas 2 aparelhos de telefone público servindo aos 20 mil moradores dos 3 morros e das baixadas do bairro Porto de Santana, o que dá uma média abaixo do desejável. O bairro dispõe de cabo principal e a TELEST não adensou o número de aparelhos, porque a quantidade de bairros da Grande Vitória com falta desse equipamento é grande e os recursos limitados.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Pretende-se ampliar o número de aparelhos de uso público do tipo *orelhão*, procurando atender ao índice de 700m de raio de atendimento e cobrindo todo o bairro.

Recomenda-se a sua instalação junto aos equipamentos de acesso público, como farmácias, bares e empórios, afim de evitar sua depredação.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Serão instalados três pontos de aparelho de telefone público no bairro, em locais a serem determinados. Será necessária também a extensão dos cabos telefônicos até os pontos.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

	UNIDADES	PREÇO UNITÁRIO CR\$	TOTAL CR\$
Aparelho de telefone público completo	3	60.000,00	180.000,00

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Abastecimento d'água

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Abastecimento d'água

4. SITUAÇÃO ATUAL

O serviço de abastecimento de água apresenta padrões diferentes de atendimento para os diversos bairros do Aglomerado, a saber:

- Ilha das Goiabeiras: são constantes as interrupções no abastecimento, chegando a ter falta de água dois ou três dias seguidos;
- Pedra dos Búzios: possui rede com fornecimento regular, havendo, ainda, uma nascente e vários poços como alternativa de abastecimento;
- Vila Garrido: excetuando-se a parte alta, o restante do bairro está abastecido por água encanada, existindo, ainda, alguns poços e uma nascente que serve, sobretudo, à parte não abastecida;
- Santa Rita e Alecrim: o fornecimento de água, que é irregular, não atinge toda a área, sendo que a Ilha de Santa Rita não possui água encanada. A população não servida conta com uma torneira pública no Alecrim e um poço d'água na estrada de Capuaba, como alternativa para abastecimento.

- Capuaba: a rede d'água atinge, apenas, uma pequena parte da população, com ligações domiciliares e fornecimento regular. Há poços no sopê de um morro, porém o proprietário não permite o seu uso, fazendo com que várias famílias usem um só poço.
- Ilha da Conceição: possui rede d'água com fornecimento regular. Nas áreas de mangue, onde a rede é mais escassa, existem várias ligações clandestinas e uma cisterna de água contaminada.

Em todo o Aglomerado a expansão da rede foi feita de maneira não padronizada e as vezes sem o conhecimento da CESAN. Dessa forma, fica difícil especificar qual o diâmetro e tipo de tubulação predominante nas redes existentes. Estando situado próximo do reservatório do Cobi, o Aglomerado é cortado por canos mestres, dos quais partem as primeiras tubulações para atendimento dos bairros. Essas tubulações, de ferro fundido, foram ampliadas paulatinamente, com diversos diâmetros, havendo hoje em dia uma predominância de tubos de PVC com 3/4" de diâmetro, para ampliação da rede.

Apesar de frequentes ampliações da rede, existe uma grande área não servida, predominantemente em regiões de mangues. Entretanto, a maioria das casas atendidas tem ligações padronizadas da CESAN.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para melhoria imediata, devem ser instaladas novas torneiras públicas, pois várias famílias, mesmo próximas às redes, não dispõem desse serviço por falta de recursos. Deve-se, também, procurar melhorar a qualidade dos poços e nascentes, permitindo a continuação de seu uso de maneira mais higiênica, sendo recomendável a construção de pequenas obras de acabamento ^{para} pra/ os mesmos, desde que haja permissão dos proprietários.

O Plano Diretor de Águas do Município de Vila Velha começará a ser estudado em 1981 e estando sua execução prevista para ser iniciada em 82.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O detalhamento do projeto dependerá da reformulação do Plano Diretor de Abastecimento da Grande Vitória/CESAN.

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

ESGOTO SANITÁRIO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Esgoto Sanitário

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Esgoto Sanitário

4. SITUAÇÃO ATUAL

No que se refere a esgotos, apenas uma minoria de moradores é servida por uma rede, de manilha de concreto, em estado precário, que deságua em valas ou canais ligados ao estuário do rio Aribiri.

As áreas de baixadas e mangues recebem diariamente todos os dejetos produzidos no Aglomerado, onde grande parte da população está assentada, lançando suas águas servidas diretamente no solo ou em valas próximas. Todo manilhamento das partes mais elevadas deságuam nas baixadas.

Como a rede de esgoto não atende a todas as áreas elevadas, é comum o lançamento em valas a céu aberto, diretamente sobre as ruas e quintais, sendo poucas as famílias que utilizam a fossa.

A situação higiênica é péssima, não havendo solução para as águas servidas, sendo todos os detritos descarregados no mangue, quando não ficam sobre o próprio terreno, contaminando água, solo e mariscos produ

zidos no local e que são consumidos na alimentação. Estes aspectos, associados com a tendência às enchentes, apresentada pelo Aglomerado, leva às condições precárias de saúde com o aparecimento de diversas doenças.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Com o aterro proposto para as baixadas, haverá uma melhoria no sistema de drenagem, porém não corrigirá a grande diversidade nos solos da região que, associada às variações de relevo, vai requerer soluções específicas para cada área.

Nos morros, encostas e pedras, será necessário o assentamento de redes de manilhas para coleta de esgotos. A presença de matacões, solos rasos e rocha pura, em vários locais, torna complicado o uso de fossa e obriga passar a rede superficialmente.

Acompanhando a área de encostas, existe a área de baixadas que, após o aterro, será toda drenada por valas, que receberão, também, as águas provenientes das partes altas, indo desaguar no rio Aribiri.

O lançamento dos efluentes diretamente na rede, sem tratamento primário, é inadequado e condenável, principalmente quando se trata de valas a céu aberto, que cruzam áreas residenciais. Dessa forma, é recomendável o uso de tanques sépticos antes do lançamento nas redes.

Para as áreas de encostas, o uso dos tanques proporcionam uma redução do diâmetro da rede coletora, que pode chegar até 15cm, com consequente redução de custo e garantia de uma melhor operacionalidade do sistema.

Nas áreas dos sopés dos morros, também deverá ser usado tanques sépticos, se possível com sumidouro. É provável que a taxa de infiltração do aterro não permita essa solução, devendo, então, o efluente ser lançado nas valas que cortam a área.

Para os bairros aterrados com areia, recomenda-se o uso de fossas de refluxo - caso fique constatada a eficiência das mesmas, ou então deve

rã ser usado sistema de rede de 15cm de Ø, para recolhimento dos efluentes dos tanques sêpticos.

As águas de cozinha, tanque e chuveiro, serão lançados nas valas de drenagem pluvial, passando primeiramente por caixas de gordura.

Toda a água usada, recolhida nas redes, desaguarã em canais ou valas, controlados ou não por comportas, ligadas ao rio Aribiri.

As medidas aqui propostas têm respaldo ambiental somente para os terrenos, ficando a qualidade das águas em piores condições, uma vez que ao passar junto aos bairros do Aglomerado, o rio Aribiri, traz consigo toda carga poluente produzida nos bairros à montante.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

A intervenção de esgoto sanitário no Aglomerado dependerã do partido técnico adotado para a drenagem, o qual determinará a configuração futura do bairro como um todo. Seu detalhamento se dará a partir da definição do aterro da área.

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

DRENAGEM

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Drenagem

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Drenagem

4. SITUAÇÃO ATUAL

Com exceção do canal do DNOS, todas as outras obras de drenagem dos bairros funcionam de maneira precária, ou simplesmente não funcionam, devido a falta de conservação e manutenção.

Toda a água que precipita no Aglomerado escoar até o rio Aribiri, passando por uma região de baixadas semi-aterradas, permanentemente alagáveis. A água que empoça nas partes baixas fica estagnada por muitos dias, pois a saturação do solo não favorece a infiltração.

Nas regiões de encostas as águas correm livre por sobre ruas, serviços, escadas e quintais penetrando nas casas e abrindo sulcos por onde passam.

As águas que precipitam nos vales de Vila Garrido atingem o canal do rio Aribiri, através de duas valas principais.

Essas valas correm em sentidos opostos, e estão separadas pelo divisor de águas formado pelo encontro das vertentes dos vales, indo desaguar

na Ilha das Goiabeiras e no bairro de Alecrim.

A vala que desemboca na Ilha das Goiabeiras possui seção quadrangular de 1m em alvenaria de pedras. O trecho plano desta vala, está sendo assoreado paulatinamente com o material erodido das encostas, estando funcionando com apenas 30% da sua capacidade.

A outra vala não é de alvenaria e antes de penetrar nas baixadas do Alecrim, por onde atinge o canal, recebe todos os efluentes do Hospital Evangélico, situado dentro do Aglomerado.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

A exemplo dos outros bairros localizados sobre encostas, a parte elevada do Aglomerado de Santa Rita, será drenada por:

- . valas à céu aberto - quando o terreno tiver profundidade suficiente;
- . valetas muradas - nas áreas de solos rasos;
- . sargetas e regularização de ruas - nos morros argilosos;
- . muretas de concreto - para as regiões sobre rocha pura;
- . escadas de dissipação - nos locais de grandes declividades.

Qualquer solução que se empregue para áreas elevadas será integrada ao sistema de drenagem das áreas de baixadas antes de atingir o canal do rio Aribiri.

A vala que passa pelo bairro de Alecrim precisa ser alargada, necessitando também de muretas de alvenaria de pedra, ao longo de certos trechos. Após a ampliação, essa vala deverá receber toda a água do vale, donde se conclui que será necessário uma seção capaz de absorver todo esse volume. Fica proposto uma seção de 1m de base por 1m de altura, que representa um aumento de pelo menos 50% da capacidade atual de vazão.

A vala da Ilha das Goiabeiras lança seus efluentes diretamente sobre uma área de mangue não ocupada, de onde as águas escoam livremente até o canal.

Com o aterro proposto para essa área, será necessário a extensão da mesma até as margens do rio Aribiri.

Nas áreas de baixadas e aterros, será intensificado o uso de valas à céu aberto, assim como serão mantidos vários canais de mangue.

As valas, de um modo geral, terão seção quadradas de 50cm, quando estiverem correndo à céu aberto. Nos trechos em que for necessário o escoamento submerso, será usado manilhas de 40cm de diâmetro.

A localização das valas entre os quintais, objetiva uma maior proteção para as mesmas, assim como facilita as ligações entre as residências e a rede.

Para execução dessa proposta, será necessário o remanejamento de alguns barracos, porém será mantido o traçado atual das ruas. Os barracos que não puderem ser mantidos em seus lotes originais, poderão ser transferidos para os novos espaços conquistados com os aterros feitos nos bairros.

Essa área de baixada recebe diariamente um grande volume de água de maré, que aí penetra, através de canais maiores ou menores, e espalha-se sobre a região cobrindo uma grande área. Com o aterro, todo esse espelho d'água será reduzido e confinado nos canais de drenagem, permanecendo somente o movimento das marés, que é fundamental para a drenagem proposta.

Os canais naturais que penetram na área serão utilizados mais intensamente, pelo sistema de drenagem sendo necessário obras de drenagem para aprofundamento e retificação do traçado dos mesmos. Deverá permanecer o traçado atual do rio Aribiri, assim como pequenas bacias de acumulação de maré nas áreas aterradas.

Todos sistema de drenagem da região está diretamente ligado a esses canais e só funcionará adequadamente, caso fique assegurada o livre movimento das marés dentro dos coletores propostos.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Estão previstas as seguintes obras, em toda a área do Aglomerado:

- a) 4.000m³ de escavação de valas;
- b) 500m de muretas de concreto;
- c) 1.000m de escadas de dissipação;
- d) construção de 65 unidades de bueiros com manilhas de concreto Ø 40cm e paredes de alvenaria de tijolos maciços.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS (CR\$)	
		UNITÁRIO	TOTAL
Escavação de valas	4.000m	143,00	572.000,00
Construção de mureta de concreto	500m	362,00	181.000,00
Escada de dissipação	100m	300,00	300.000,00
Construção de bueiros com manilhas de concreto Ø 40cm e paredes de alvenaria de tijolos maciços-	65 unid.	2.514,00	163.410,00
TOTAL			1.216.410,00

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Contenção de encostas

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Contenção de encostas

4. SITUAÇÃO ATUAL

Apesar de contar com pouca área de morros, o Aglomerado de Santa Rita não está isento dos problemas de encostas.

Esses problemas começaram a surgir a partir da ocupação dos morros e aumentarem ainda mais com a retirada da cobertura vegetal e cortes inadequados nos taludes.

A região de encostas do Maciço do Pão de Açúcar é a mais estável do Aglomerado, com pouco risco de deslizamento de terra, devido principalmente a baixa densidade ocupacional e a preservação de grande parte da vegetação nativa.

Os problemas mais graves ocorrem no bairro de Pedra dos Búzios e na Ilha da Conceição.

Pedra dos Búzios localiza-se numa estreita faixa de mangue entre o sopé do morro do Garrido e o rio Aribiri. Essa área foi aterrada com argila retirada do morro, a partir de cortes sucessivos no talude, tornando-o escarpado e com declividade acima de 100%.

Os cortes do talude, normalmente são feitos por particulares e não obedecem nenhum padrão de altura ou largura. Como consequência disso, tem-se hoje, um talude ocupado por casas situadas em vários planos.

Essa área é condenável para ocupação, pois o tipo de solo - argiloso arenoso com matacões, a inexistência de drenagem e a retirada da terra, criam condições cada vez mais favoráveis ao desmoronamento, colocando em risco toda a população situada dentro da cunha de ruptura do talude.

Na Ilha da Conceição, os problemas atingem um número menor de casas, e aparentemente em proporções menores, devido a presença de rocha pura e vegetação no local.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para corrigir essa situação, será necessário obras de terraplanagem que possibilitem a construção de um muro de arrimo ou formação de patamares em diversos planos acompanhado de tratamento com vegetação.

Optou-se pelas obras de terraplanagem, pois todo material daí retirado será utilizado na construção dos aterros propostos.

Para realização dessas obras, será necessário a remoção de várias famílias, que poderão reocupar a área após o término das obras.

Seria possível evitar essas remoções com a utilização de muros de gabões concretados ou atirantados de concreto, porém o seu custo seria elevado. Será necessário proceder a estudo comparativo entre as alternativas.

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

ATERROS

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Aterros

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETOS

Aterros

4. SITUAÇÃO ATUAL

Com exceção do bairro de Vila Garrido, que está totalmente sobre en costas, todos os outros do Aglomerado possuem áreas planas alagadas e/ou alagáveis.

Os terrenos alagáveis resultam, na sua maior parte, de um aterro pre cário feito paulatinamente pelos próprios moradores ou com auxílio da PMVV - que lança o lixo do município na região, cujas áreas, em cons tantes recalques, são de difícil circulação, com graves problemas pa ra o escoamento das águas servidas e pluviais, estando sujeitas per manentemente à inundação.

Além de não contarem com orientação técnica para aterrarem os mangues, os moradores também não dispõem de material adequado para a feitura dos mesmos. Assim, a qualidade sanitária do Aglomerado tende a pio rar ainda mais à medida em que aumentam os espaços aterrados com lixo diretamente sobre mangues ou em áreas inundáveis, cujo contato - água X lixo - produz o *chorume*, que é um líquido altamente poluidor de len çois e cursos d'água, cujo efeito de contaminação supera ao que é pro

duzido pelos moradores.

Dentre as diversas soluções de aterros existentes na área, merece destaque a parte diqueada do bairro Santa Rita, onde toda a área de aterro encontra-se abaixo do nível da maré alta, sendo que as ruas possuem cotas um pouco mais altas que os terrenos das casas. Para evitar que a maré penetre nas valas de drenagem, existe nas extremidades do dique um sistema de comportas que funcionam por diferença de pressão hidráulica.

Há, ainda, em todo o Aglomerado, áreas de ocupação diretamente sobre os mangues, sendo, portanto, diariamente alagáveis. Os aterros aí existentes são mínimos, quase sempre em frente às moradas e embora não sendo significativos eles denotam a vontade dos moradores de eliminarem o contato diário com a maré.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Devido às condições atuais dos aterros e mangues, sobre os quais está assentada a maior parte das moradas, torna-se evidente que as proposições de interferência na infra-estrutura local deverão começar com a melhoria do quadro atual, o que implica diretamente na elevação das cotas das áreas baixas. Assim, todas as propostas estudadas envolvem obras de dragagem dos braços de maré que penetram na área, construção de diques com comportas, ou não aterro hidráulico e aterros de argila. Essas propostas, ainda que similares, diferem entre si, principalmente no que diz respeito à utilização dos diques, aterros com argila, circulação e drenagem.

Conforme ficou caracterizado, são bastante diversas as condições das áreas alagáveis, não sendo possível uma solução única para todo o espaço. Dessa forma é que se fez uma divisão setorial do espaço, que permitisse uma caracterização global do tipo de interferência possível, ficando os casos específicos para serem detalhados e resolvidos numa fase mais avançada do trabalho.

São apresentadas duas propostas apoiadas em partidos tecnológicos diferentes para o problema da Ilha de Santa Rita e a área que vai da Ilha da Conceição/Capuaba/Santa Rita. A primeira consiste no encimamento por roçagem e elevação geral do piso da ilha através de aterro hidráulico e correção de *grades* e declividades com a utilização de tratores. A segunda opção se utiliza de sistema de diques e comportas que se fecham com a subida da maré, mantendo seu piso abaixo do nível da maré gorda e drenada por um sistema convergente de valas e bombas de recalque. Esta segunda opção não foi orçada por depender de estudos mais aprofundados de vazão, solo, pluviosidade, permeabilidade, mareografia etc.

5.1. PROPOSTA Nº 1

O aterro, aqui proposto, objetiva sobretudo criar condições mínimas de higiene para o local, sendo tido como uma obra que, se realizada adequadamente, já será parte efetiva de uma solução final que deverá ser complementada quando houverem novos recursos.

Dessa forma, pode-se assegurar que a altura do piso superior do muro de enrocamento será usada como limite para qualquer obra de aterro que poderá ser feita sobre camada de areia, que também possui uma altura satisfatória.

As linhas de drenagem também obedecerão um traçado definitivo, sendo que o tratamento dado para as mesmas, baseia-se sobretudo nas condições físicas e financeiras da região, sendo passíveis de sofrerem modificações técnicas mais avançadas.

Considerando-se as condições atuais assim como a primeira camada de aterro a ser lançada, pode-se subdividir a área em 3 setores distintos.

- SETOR 1

Foi considerado como Setor 1, a ilha submersa de Santa Rita, localizada entre o Rio Aribiri e o canal aberto pelo DNOS. A ocupação dessa *ilha* iniciou-se após a retirada da vegetação na

tural de mangue, com posterior assentamento das palafitas que já ocupam quase toda a área, que continua sujeita à alagamentos diário nas horas de maré cheia.

As obras de aterro deverão começar a partir da construção de um muro de enrocamento de 1,50m de altura, acima da cota de piso da ilha nas horas de maré baixa. Esse muro será utilizado para conter o aterro hidráulico a ser lançado, e também, como via de circulação devendo portanto receber acabamento superior para tal fim.

A utilização de pedras para construção desse dique busca principalmente manter o movimento de variação da altura do lençol freático por infiltração submersa da maré, que é de fundamental importância para o funcionamento das *fossas de refluxo*.

O aterro terá duas camadas, sendo que a primeira, em areia, cobrirá toda a área, e a segunda, em argila, será utilizada apenas nas vias internas de circulação.

O aterro hidráulico objetiva sobretudo levantar o piso de toda a área até que se consiga uma cota acima do nível de influência da maré, eliminando dessa forma o contato diário com a mesma. Com as medidas do nível da maré nos dias de máxima do corrente ano, pode-se observar que o desnível máximo das águas está em torno de 70cm, prevendo-se uma folga de 30cm a mais, conclui-se que esta camada terá uma altura mínima de 100cm.

Apenas as vias de circulação de veículos serão aterradas com uma camada, de 30cm, de argila compactada. Nas ruas para pedestres, não será necessário o recobrimento imediato da camada de areia, sendo necessário somente a regularização do eixo da rua.

A drenagem da área será feita com valões abertos nos limites dos quintais. Será necessário uma faixa de 2m de largura, atravessando as quadras, no seu lado maior, e cruzando as ruas também no sentido transversal, indo desaguar em canais que conduzirão as águas até ao estuário do rio Aribiri. Essas valas te

rão uma largura de 1m, margeada por caminhos de 50cm, de cada lado, para circulação e trabalhos de manutenção. Se houver necessidade de implantação de rede de esgoto, esta deverá ser lançada acompanhando as valas, sob os caminhos.

Toda a água servida da casa será lançada nas valas, que continuarão em contato diário com a maré, prevendo-se que nas horas de vazante haverá um acrêscimo na velocidade de arraste possibilitando uma lavagem diária das mesmas.

É de fundamental importância para o bom funcionamento do sistema, que as valas sejam de uso exclusivo para águas não podendo ser utilizada para lançamento de qualquer tipo de materiais que venham prejudicar o escoamento.

A água que não correr pelas valas, certamente será absorvida pela camada de areia e percolará com o movimento da maré.

Para compensar a perda de terreno no fundo dos lotes, pode-se estreitar um pouco a largura das ruas, principalmente aquelas de uso exclusivo para pedestres.

- SETOR 2

Os bairros de Santa Rita, Ilha da Conceição e Capuaba, estão com a maioria das casas locadas em terrenos baixos alagáveis ou sobre aterros precários, numa faixa de terra à esquerda do canal do DNOS.

Esses bairros tem se expandido progressivamente ocupando as áreas livres que existem esparsadamente entre os mesmos, de uma maneira desordenada e precária.

Santa Rita encontra-se numa situação bastante precária. As valas de drenagem quando não estão entupidas de lixo, são cobertas por mato e com seus leitos praticamente assoreados. As comportas instaladas no dique funcionam de maneira precária, também por acúmulo de lixo. A qualidade do material que está sendo utilizado para aterrar certas áreas é bastante ruim, ha

vendo predominância de lixo.

Predomina, nos outros bairros a ocupação com palafitas, e os aterros quase sempre de argila, localizam-se nas áreas mais próximas, de solos secos. Existe ainda uma parte baixa que ficou separada do restante após a construção da rodovia do Cais de Capuaba. Essa porção do aglomerado encontra-se na mesma situação da área da qual foi desmembrada.

Para se tratar a área como um todo, será necessário estender o dique atual até a Ilha da Conceição, assim como instalar uma comporta entre a Ilha de Conceição e Ataíde.

Antes de ser lançada a primeira camada de aterro, será necessário em remanejamento dos volumes de aterros concentrados para que se possa ter uma camada superficial com altura uniforme.

Após esta preparação da base será lançado o aterro hidráulico que deverá elevar o piso de Santa Rita em 50cm, tornando-se então essa cota, como limite para o restante dos aterros. Embora presente se superficialmente uniforme após o aterro, essa área estará sujeita a recalque diferencial, devido aos diversos já lançados que serão recobertos. Com a elevação do piso praticamente todos barracos ficam semi-enterrados. A situação é facilmente resolvida para o caso dos barracos, cujo levantamento os próprios moradores já fazem quando necessário; entretanto, existem no bairro de Santa Rita algumas casas em alvenaria, que terão que sofrer obras de reparo para não ficarem prejudicadas com a situação. O aterro de argila, só será necessário nas vias de circulação, sendo que nesse setor haverá necessidade de um maior número de vias, dado a disposição geográfica dos bairros, assim como suas localizações em relação ao sistema viário. Recomenda-se uma camada de 30cm de argila compactada.

O sistema de drenagem pluvial de águas servidas também será com canais e valas, não sendo recomendável o uso de manilhas em grandes extensões.

As valas, se possível, deverão obedecer o mesmo padrão proposto para o setor 1. Os canais de mangue já existentes deverão ser aprofundados, podendo haver pequenas modificações no traçado atual, quando houver necessidade.

- SETOR 3

Engloba toda a região de baixadas e mangues entre as encostas de morro e o rio Aribiri.

Esse setor começa na parte baixa da Ilha de Goiabeiras e Pedra dos Búzios, segue acompanhando a margem do rio no sentido do continente passando por Alecrim e estendendo-se até o sopé do morro do bairro Planalto.

O setor resulta, na maior parte, de um aterro precário e paulatino, por ação dos próprios habitantes, o que cria terrenos alagáveis e com problemas para escoamento de águas servidas e pluviais.

Quando do início da ocupação, a área era aterrada com argila, o que garantia uma melhor qualidade de aterro, sendo este o tipo de material predominante nessa área. Atualmente, devido ao preço da terra, já está sendo aterrada com materiais diversos, principalmente lixo.

Esse setor ocupa uma faixa estreita, porém comprida, ao longo do canal, parcialmente aterrada, com espaços livres entre um aterro e outro.

Devido as condições dos aterros já existentes e tendo em vista a grande extensão de um dique para conter o aterro hidráulico, essa área deverá ser aterrada com argila compactada, com uma camada de 50cm.

A drenagem da área deverá ser toda em valas à céu aberto, sendo necessário a regularização das já existentes, assim como a abertura de novos canais uma vez que por este setor escoará todas as águas procedentes das encostas. As valas, quando pos

sível, também deverão situar-se no meio das quadras, obedecendo o mesmo padrão proposto para os outros setores.

5.2. PROPOSTA Nº 2

A proposta nº 2 representa a alternativa em que, ao invés de utilizar aterro hidráulico elevando a cota de toda a área, são empregados diques de contenção combinados com comportas automáticas, sistema atualmente utilizado na parte continental do bairro. O interior do dique deverá sofrer pequena elevação, afim de viabilizar o sistema de valas de drenagem. Deverão ainda serem utilizadas grades de filtragem, caixas de decantação e comportas manuais, afim de evitar imprevistos de não funcionamento por acumulação de detritos. Recomenda-se ainda a instalação de pelo menos um conjunto de motobombas para recalque de esgotamento de cada bacia. Tais providências são adotadas por precaução, pois toda a área continental de Santa Rita encontra-se hoje diqueada por um sistema bastante simples, porém eficiente.

- SETOR 1

O dique em argila contorna o perfil atual da ilha, obedecendo ao escoamento natural que configurou o valão. A altura do dique deverá ser de 1,0m no mínimo, acima do piso atual da ilha, que está 0,7m abaixo do nível da maré máxima. A diferença de 30cm deverá ser suficiente para compensar os recalques e não necessita ser maior por ser o canal do Aribiri fechado e não haver ondas, porém, se este for utilizado para navegação, a altura deverá ser maior.

O piso da ilha deverá ser corrigido para inverter a declividade, passando a drenar em direção ao canal do DNOS através de uma rede de valas interligadas. O canal passa, isolado do mar pelo dique, à simples condição de vala de captação.

Seriam instalados em seus extremos os equipamentos de evacuação hidráulica da bacia, ou seja: os decantadores, as grandes, as

comportas e a bomba de recalque. As comportas automáticas consistem de tubos de cerca de 0,50m de Ø dotadas de tampas articuladas em seu extremo externo. Quando a maré está alta, seu nível acima da secção do tubo faz com que a pressão hídrica feche a tampa. Quando a situação se inverte, a água pluvial retida empurra a tampa e é evacuada a pressão do fechamento da tampa pode ser reforçada com a utilização de flutuadores.

A comporta de emergência seriam do tipo guilhotina, de fechamento manual. Antecedendo ao tubo da comporta, recomenda-se a utilização de duas caixas, separadas por uma grade de ferro. A primeira presta-se à retenção de detritos sólidos, como galhos, garrafas, latas etc., e a segunda à retenção de detritos pequenos, como areia, folhas etc. Entre ambas seria utilizada uma grade de malha grossa para a filtragem da água.

Quando houver coincidência da maré cheia - quando as comportas estarão fechadas - com pluviometria exagerada, ou quando ambas as comportas apresentassem vazamentos, seriam acionadas as bombas de recalque destinadas a esvaziar a bacia do setor 1.

O tratamento das vias de circulação e do sistema de valas é semelhante ao da Proposta 1, ficando as vias em argila a 50cm do piso geral.

- SETOR 2

O tratamento dado ao setor 2 é semelhante à proposta anterior, transformando a vala natural em um canal semi-retificado e ligando a Ilha da Conceição à Santa Rita por um dique. Essa bacia é esgotada com a utilização de comportas nos extremos do canal junto ao dique atual e sob a ponte atual, auxiliada pela comporta de reserva, caixas de retenção de detritos, grade de filtragem e pelo menos um conjunto motobomba de recalque. Recomenda-se a manutenção dessa bacia separada daquela do setor 1 por motivos de segurança, porém essas poderiam, rigor, serem interligadas e o número de conjuntos de comportas e bombas ser

menor. Os assentamentos deverão ser rearranjados em função dos novos arruamentos e alinhamentos resultantes, visto que a ocupação se faz atualmente de maneira aleatória.

Os custos dessa alternativa não puderam ser estimados, pois dependem de projeto mais detalhado, envolvendo informações sobre material a ser utilizado na comporta, mareografia, projeto mecânico das comportas, estudo de bacia e pluviometria, dimensionamento e especificação das comportas, comportamento do sub-solo, recalques toleráveis etc.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO - PROPOSTA 1

6.1. FÍSICA

As obras a serem realizadas, constantes da proposta 1, estão diserminadas a seguir:

- a) 29.250m³ de enrocamento;
- b) 5.400m³ de pista de rolamento sobre o enrocamento;
- c) 680.125m³ de aterro hidráulico;
- d) 300.000m³ de aterro de argila.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇOS	QUANTIDADE	PREÇOS (Cr\$ 1,00)	
		UNITÁRIO	TOTAL
Enrocamento	29.250m ³	340,00	9.945.000,00
Pista de rolamento sobre o enrocamento	5.400m ³	120,00	648.000,00
Aterro hidráulico	680.125m ³	110,00	74.813.750,00
Aterro de argila	300.000m ³	120,00	36.000.000,00
TOTAL			121.406.750,00



SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

REDE ELÉTRICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Rede elétrica

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Rede elétrica

4. SITUAÇÃO ATUAL

A rede elétrica atende a quase totalidade do Aglomerado.

Nas ocupações mais recentes, onde este serviço não existe, há grande número de ligações clandestinas. O posteamento, dentro das normas da ESCELSA para regiões carentes, é de madeira e com espaçamento mínimo entre 30 e 40m.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Prevê-se a ampliação desta rede para as áreas não servidas e a regularização das ligações clandestinas.

Esta rede deverá, ainda, acompanhar o traçado dos aterros proposto, observando-se a necessidade de bases de concreto para o seu posteamento.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Será realizado o posteamento da área, com a colocação de 280 unidades.

6.2. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS	
		UNITÁRIO	TOTAL
Posteamento	280	15.000,00	4.200.000,00

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Iluminação pública

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Iluminação pública

4. SITUAÇÃO ATUAL

O sistema de iluminação pública neste Aglomerado não atende as ocupações mais recentes, ou seja, aproximadamente 50% da área.

A manutenção é deficiente, o que torna o serviço ainda mais precário.

O sistema usa braços de alumínio e espaçamento médio de 60m.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Extensão deste serviço, acompanhando o padrão já existente, a todas as áreas não servidas.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

6.1. FÍSICA

Todo o Aglomerado receberá um total de 250 *braços* de iluminação.

6.2: CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇOS	
		UNITÁRIO	TOTAL
Colocação de <i>braços</i> de iluminação	250	2.000,00	500.000,00

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

RECOLHIMENTO DE LIXO

1. CATEGORIA DO PROJETO

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Recolhimento de lixo

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Recolhimento de lixo

4. SITUAÇÃO ATUAL

Todo lixo produzido fica no próprio Aglomerado, atirado em terrenos vazios, nas ruas, valas e mangues, sendo, também, utilizado para aterro ou então queimado.

Além de não contarem com serviços de recolhimento, os moradores das regiões mais baixas convivem permanentemente com problemas causados pelo lançamento do lixo.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Foi elaborado um projeto para solução do lixo no Município de Vila Velha - (FJSN-80) que prevê o recolhimento do mesmo e a construção de aterro sanitário numa área já pré-determinada.

Para integrar-se a esse sistema, será necessário a implantação de serviços de recolhimento em todos os bairros, a aquisição de todo equipamento, e também admissão de pessoal para executar o serviço de coleta.

Como acontece nos demais aglomerados, aqui também não se pode contar com um serviço de recolhimento totalmente motorizado devido a falta de acesso à determinados locais. Para uma melhor operação do serviço, considerou-se que as vias de circulação de veículos poderão ser utilizadas para tráfego dos caminhões, cabendo aos moradores a tarefa de concentrá-lo em pontos possíveis ao acesso dos lixeiros, com carrinhos de mão, que conduzirão o mesmo até as vias de recolhimento.

SANTA RITA - PERFIL DE PROJETO

TELEFONE PÚBLICO

1. CATEGORIA

Infra-estrutura

2. COMPONENTE

Telefone Público

3. PROJETO DE COMPONENTE DE SUBPROJETO

Telefone Público

4. SITUAÇÃO ATUAL

Existem 3 aparelhos para atendimento de todo o Aglomerado, localizados em pontos periféricos.

Dado a sua localização e quantidade, esse serviço atende apenas a uma minoria da população.

5. INTERVENÇÃO PREVISTA

Para melhorar o atendimento, será necessário aumentar a instalação de 09 (nove) aparelhos, espalhados nos bairros, com um raio de atendimento igual a 700m.

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- FÍSICA

Serão instalados nove pontos de telefone público no Aglomerado, com um aparelho em cada ponto

- CUSTO DE IMPLANTAÇÃO

O custo unitário do telefone é de Cr\$ 60.000,00, perfazendo um to
tal de Cr\$ 54.000,00 para os 09 aparelhos previstos.